

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

DANIELA FERNANDES DA SILVA QUEIROZ

**Escola Normal Lourenço Filho (1934-1974):
Histórias e memórias da formação de professores em Rio Branco - Acre**



**RIO BRANCO- ACRE
2017**

DANIELA FERNANDES DA SILVA QUEIROZ

**Escola Normal Lourenço Filho (1934-1974):
Histórias e memórias da formação de professores em Rio Branco- Acre**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Formação de Professores e Trabalho Docente

Orientadora: Prof.^a Dra. Elizabeth Miranda de Lima (MED/UFAC)

**RIO BRANCO - ACRE
2017**

DANIELA FERNANDES DA SILVA QUEIROZ

**Escola Normal Lourenço Filho (1934-1974):
Histórias e memórias da formação de professores em Rio Branco - Acre**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Educação, da Universidade Federal do Acre, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Formação de Professores e Trabalho Docente.

Orientadora: Prof.^a Dra. Elizabeth Miranda de Lima (UFAC)

Data da aprovação 02/12/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Elizabeth Miranda de Lima
Orientadora e Presidente da Banca – Universidade Federal do Acre

Prof.^a Dra. Tania Mara Rezende Machado
Examinadora Interna – Universidade Federal do Acre

Prof. Dr. Wendell Fiori de Faria
Examinador Externo – Universidade Federal de Rondônia

Prof.^a Dra. Lenilda Rego Albuquerque de Faria
Examinadora Suplente – Universidade Federal do Acre

*Ao meu Deus, que me sustentou até aqui, com saúde, força,
foco e fé. A Ele toda honra e toda glória.*

AGRADECIMENTO

Na finalização de qualquer trabalho, é importante reconhecer as pessoas que estiveram do seu lado. Acredito que nada seja possível realizar sozinho, mas por meio de muitas mãos. As mãos espirituais que protegem, iluminam e guardam. As mãos que afagam, que empurram para frente, que puxam a orelha, que mostram um caminho, que oram, que abraçam e que se estendem para socorrer. Por isso, é preciso agradecer.

A Deus, pois Ele sempre esteve ao meu lado, dando-me forças, mostrando-me que seria capaz. Abriu a primeira porta para que este sonho se realizasse e me sustentou até aqui.

As queridas Luana e Kárytha, que na época da seleção para o mestrado foram as principais incentivadoras para que eu me inscrevesse.

Aqueles que estiveram percorrendo o mesmo caminho, meus colegas do mestrado, que ao longo desta trajetória foram se tornando amigos, especialmente Maria Aparecida, França, Rosinha, Hildo, Pablo, Carlos, Clicia e Geane. Vocês foram fundamentais para que, nos momentos de mais desânimo, eu me mantivesse firme.

As minhas queridas professoras-doutoras Ednaceli Abreu Damasceno, Lenilda Rego Albuquerque de Faria e Tânia Mara Rezende Machado, pelas oportunidades de leituras, ricas discussões e reflexões, que com certeza contribuíram em muito para minha compreensão acerca daquilo que precisava ser feito e como deveria ser feito.

A Prof.^a Dra. Elizabeth Miranda de Lima, que aceitou o desafio e mesmo já tomada por muitas orientações e outras atividades, me acolheu, acreditou em mim e cumpriu seu papel de orientadora, me mostrando os caminhos que deveria seguir. Pessoas como à senhora, com sua inegável idoneidade e caráter, farão falta a instituição, mas não nunca serão esquecidas, pelo trabalho exemplar, dedicado e comprometido.

Aos professores doutores Wendell Fiori de Faria, Lenilda Rego Albuquerque de Faria e Tânia Mara Rezende Machado, que aceitaram o convite para participar da minha banca, enriquecendo meu trabalho com um olhar apurado.

Aos meus amigos de trabalho, Gleisson, José Carlos, Rogério, Gessiana e Juliana, aos estagiários João e Gabriel, pela paciência e compreensão.

A minha chefe amiga, Filomena, que me apoiou incondicionalmente, sendo compreensiva e colo seguro quando dos meus momentos de desespero.

Aos meus familiares, mãe, tios, primos que estão sempre na torcida.

Ao meu marido Rodrigo e meus filhos Eduarda e João, meu porto seguro, meus fieis companheiros, que, mesmo nos muitos momentos de ausência e impaciência, sempre compreendiam e devolviam com a medida de carinho que eu estava precisando.

A UFAC, instituição essa que é minha segunda casa, pela qual tenho maior respeito. Vivi e vivo intensamente cada momento aqui. Pela formação acadêmica, profissional e pelos laços de amizade que construo a cada dia, meu eterno agradecimento.

As professoras Iris Célia Cabanellas Zannini, Maria Risoleta da Cruz Chaves, Edir Figueira Marques de Oliveira, Suely Amélia Bayum Cordeiro e Emilia Judite Loureiro e a Dra. Simone da Cruz Chaves, pelas horas dispensadas a mim, as conversas valiosas, cheias de sentimento e informação, que enriqueceram ainda mais o meu trabalho.

***Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem
ela tampouco a sociedade muda.***

Paulo Freire

RESUMO

A presente pesquisa teve por objeto de análise histórica a instituição educativa-Escola Normal Lourenço Filho - criada em 1934, identificada como a primeira escola de formação de professores primários do município de Rio Branco, sede do então Território do Acre. Delimitou-se como marco temporal o período de 1934 a 1974, que compreende, respectivamente, as fases de instalação, funcionamento e encerramento das atividades como Escola Normal. O objetivo geral deste trabalho foi realizar um levantamento histórico e documental acerca da formação de professores realizada na Escola Normal de Rio Branco, identificando os elementos que compõem sua cultura escolar, de modo a produzir uma interpretação ampla e aprofundada sobre esta instituição. No percurso investigativo, levou-se em consideração uma multiplicidade de aspectos que envolvem a instituição educativa pesquisada, como aqueles relacionados ao seu surgimento, construção física, relação com a comunidade e com o sistema de ensino, sentidos e finalidades de seu projeto formativo, normas internas, currículo, corpo docente e discente, ou seja, aspectos que configuram a cultura escolar da referida instituição. Importou considerar vestígios e/ou fragmentos deixados no transcorrer do tempo e rastreados em fontes como legislação educacional, relatórios de governo, notícias publicadas em jornais de circulação local, fotografias e em entrevistas com ex-professores e ex-alunos daquela conceituada unidade de ensino. Como procedimento, baseou-se na pesquisa documental, adotando-se como ritualística de organização e análise dos documentos aquela indicada por Sá Silva (2009). O referencial teórico do trabalho se baseou em Camargo (2000), Julia (2001), Vicentini (2009), Buffa (2002, 2007), Sanfelice (2007), Monarcha (1999), Magalhães (2007), Vidal (2007), Saviani (2007) e Horta (2012). Como resultado da pesquisa pode-se destacar que foi possível caracterizar a Escola Normal Lourenço Filho, desde a criação até o encerramento de suas atividades enquanto Escola Normal, identificando-se o quanto esta instituição esteve presente na vida social e cultural da sociedade acreana, contribuindo, não apenas, para formação de professores, mas também para o desenvolvimento cultural da cidade de Rio Branco- Acre.

Palavras chaves: Instituição Educativa. Escola Normal, Formação de Professores.

ABSTRACT

This research aims to historical analyze the educational institution- Normal School Lourenço Filho – created in 1934, identified as the first primary teacher training school in Rio Branco city, located in the state of Acre. The phases of installation, operation and closing of activities at Normal School happened during the specific period from 1934 to 1974. The main purpose of this paper was accomplishing a historical and documentary survey about teacher's training done at Normal School Lourenço Filho in Rio Branco, identifying the elements part of the school culture, in a way of producing a broad and deep interpretation about this institution. During this research, it was considered the multiplicity of aspects that surrounds the educative institution studied, such as those related to its origins, physical construction, relationship with the community and the educational system, goals and purposes of its training project, internal rules, curriculum, teachers and students, in the other words, aspects that characterizes the school culture of the mentioned institution. It was important to consider the trace elements and fragments left during the time and tracked in sources as educational law, government reports, publishes news in local newspaper, photographs and interviews with former teachers and former students from that conceptualized teaching unit.

As a procedure, this work is based on documentary research, adopting itself as a ritualistic organization and analysis of documents indicated by Sá Silva (2009). The theoretical framework is based in Camargo (2000), Julia (2001), Vicentini (2009), Buffa (2002,2007), Sanfelice (2007), Monarcha (1999), Magalhães (2007), Vidal (2007), Saviani (2007) e Horta (2012). Because of this research, it can be emphasized that it was possible to characterize Normal School Lourenço Filho, since its inception from the creation until the closing of its activities as a Normal School, identifying how this institution was present in the social and cultural life of Acre society, contributing not only for teacher training, but also for the cultural development of the city Rio Branco, Acre.

Keywords: Educational Institution. Normal school. Teacher training.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Relação de Interventores e Governadores – 1920-1981	35
Quadro 02 – Distribuição de escolas no Território do Acre – 1924-1931	37
Quadro 03 – Relação de professores e técnicos nomeados	42
Quadro 04 – Salários dos funcionários da Escola Normal e Ginásio	43
Quadro 05 – Relação dos alunos matriculados na primeira turma (1934)	46
Quadro 06 – Nomeações de alguns professores e técnicos para a Escola Normal ..	51
Quadro 07 – Números de escolas construídas e em construção no período 46/50 no Governo de José Guimard Santos:	53
Quadro 08 – Relação nominal de professores e suas respectivas cadeiras (1944), constante no documento que solicita o reconhecimento da Escola Normal.....	55
Quadro 09 – Distribuição das Disciplinas – Primeiros Decretos.....	65
Quadro 10 – Distribuição das disciplinas – Período de 1947 a 1950	66
Quadro 11– Disciplinas ministradas para turma ingressante em 1973 (período de transição).....	71
Quadro 12– Número de alunos formados pela Escola Normal por ano	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa do território dividido em departamentos	36
Figura 02 - Instituto Getúlio Vargas, localizado na Avenida Benjamin Constant, década de 30 (atualmente Colégio Acreano)	40
Figura 03 - Normalistas acreanas. Década de 40	45
Figura 04 - Grupo Escolar Presidente Dutra, localizado na Avenida Getúlio Vargas (Junho de 1947).	52
Figura 05 - Escola Infantil Menino Jesus. Inaugurada em 19 de novembro de 1949, ao fundo o Instituto Getúlio Vargas, onde funcionava a Escola Normal.....	58
Figura 06 - Praça Rodrigues Alves, do lado direito, Escola Normal Lourenço Filho e ao lado Grupo Escolar Presidente Dutra.....	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
SEÇÃO I - DELINEAMENTO DA PESQUISA	17
1.1 - Da pesquisa: o percurso em busca das fontes.....	17
1.2 - Problema da pesquisa	20
1.3 - As pesquisas sobre instituições educativas dedicadas a formação de professores.....	22
1.4 - Caminho metodológico.....	28
SEÇÃO II - A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO TERRITÓRIO DO ACRE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	34
2.1 - Trajetória da Escola Normal: a criação da escola normal como estratégia de melhoria do ensino primário	34
2.2 - Décadas de 40 e 50: um divisor de águas para a Escola Normal	49
2.3 - A Escola normal na década de 60: novas instalações e sob um novo regime de governo	62
2.4 - O currículo da Escola Normal Lourenço Filho: uma análise a partir dos decretos.....	65
2.5 - Década de 70: Processo de encerramento das atividades da Escola Normal Lourenço Filho com advento da Lei 5692/70.....	69
SEÇÃO III – O PAPEL DA EDUCAÇÃO E OS PROJETOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS DISCURSOS E ARTIGOS PUBLICADOS EM JORNAIS DA ÉPOCA	74
3.1 – Sobre a instalação do Ginásio Acreano e Escola Normal: a importância para o contexto e o papel da educação e do educador.....	74
3.2 – Maria Angélica de Castro: nome de referência para educação na década de 40.....	79
3.3 – Educação e saúde como salvação para a sociedade	83
SEÇÃO IV – A ESCOLA NORMAL A PARTIR DAS MEMÓRIAS DOS SUJEITOS QUE A VIVENCIARAM	90
CONCLUSÃO	100
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	107

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a instituição educativa - Escola Normal Lourenço Filho, criada em 1934 e identificada como a primeira escola de formação de professores primários do município de Rio Branco, sede do então Território do Acre. O recorte temporal vai até em 1974.

A opção pela escolha do tema parte de uma inquietação pessoal de compreender melhor como foi estruturada a instrução primária no Território do Acre, além do reconhecimento da baixa densidade de produção acadêmica sobre a história das instituições educativas acreanas, em particular, as escolas de formação de professores.

Desse modo, apresenta-se como academicamente relevante a compreensão de como se configurou a instrução primária no Território Acreano, como se difundiu e se desenvolveu, tornando-se fator decisivo para a instalação da Escola Normal, sendo este nosso objeto, buscando compreender esse modelo institucional de ensino, a cultura escolar¹ que a configurou, suas práticas e seus projetos formativos, analisando histórias e ouvindo pessoas que fizeram parte da trajetória da instituição.

Conforme Noronha (2007) e Gatti Jr. (2007) a investigação sobre a história das instituições educativas compõe o quadro de renovação do campo da história da educação, a partir da qual, utilizando-se novos objetos de estudos, com novas abordagens metodológicas, configura-se uma ampliação na produção científica no campo da história da educação.

Além disso, pesquisar a história de uma instituição escolar, conforme Magalhães (2004)

não é necessariamente a história do melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço. Desenvolve-se, desde os aspectos morfológicos, funcionais e organizacionais até aos aspectos curriculares, pedagógicos e vivenciais, numa complexa malha de relação intra e extramuros, cuja evolução se apresenta profundamente marcada pela sua inscrição e conjunturas locais sociais. (MAGALHÃES, 2004, p. 124)

¹ Neste trabalho partilho com o autor JULIA (2001), a categoria de Cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo às épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

Desse modo, as instituições escolares têm motivado muitas pesquisas em nível nacional. Existe um volume expressivo de estudos e pesquisas sobre a história das instituições escolares criadas para a formação de professores, como por exemplo, o livro *As Escolas Normais no Brasil: do Império a República*, organizado por Araújo, Freitas e Lopes (2008). A obra consiste numa coletânea de 22 (vinte e dois) artigos que tratam de descrever aspectos de instituições escolares localizadas em diferentes estados brasileiros, principalmente nos grandes centros. São apresentados resultados de pesquisas sobre o itinerário das escolas normais, desde a primeira Escola Normal, fundada em 1835, a Escola Normal de Niterói/RJ (VILLELA, 2008), seguindo um percurso cronológico de criação deste tipo de instituição pelas províncias e estados brasileiros, a saber: Bahia (ROCHA, 2008), Mato Grosso (SÁ, 2008), São Paulo (DIAS, 2008), Piauí (LOPES, 2008), Rio Grande do Sul (WERLE, 2008), Paraná (MIGUEL, 2008), Sergipe (FREITAS & NASCIMENTO, 2008), Espírito Santo (SIMÕES, SCHWARTZ, FRANCO, 2008), Rio Grande do Norte (ARAÚJO, AQUINO, LIMA, 2008), Paraíba (KULESZA, 2008), Rio de Janeiro (ACCÁCIO, 2008), Santa Catarina (DAROS, 2008), Goiás (BRZEZENSKI, 2008) e Ceará (PEREIRA & SILVA, 2008).

A leitura desta coletânea me inspirou na definição de alguns elementos que deveriam ser contemplados na investigação, bem como nos caminhos a seguir, percebendo o quanto as fontes podem ser importantes na elucidação do objeto. Foi possível perceber as semelhanças quanto aos aspectos referentes à criação das escolas normais, as intenções, as questões políticas, as escolhas dos professores, os altos e baixos aos quais as escolas foram submetidas. Mesmo com a distância temporal de criação da maioria das escolas apresentadas em relação à Escola Normal de Rio Branco é possível compreender que em quase sua totalidade, estas instituições foram criadas para atender as necessidades da sociedade no que se referia ao desenvolvimento e progresso cultural e intelectual (SÁ, 2008), em meio a acontecimentos políticos (VILLELA, 2008), baseada em uma visão otimista do papel da educação para a sociedade e para os indivíduos. Outro aspecto em comum no que se refere à criação da Escola Normal de Rio Branco com o percurso de outras escolas normais Brasil afora, diz respeito a sua criação inicial vinculada, normalmente, aos ginásios (DIAS, 2008) já existentes, além dos constantes

problemas estruturais e financeiros que as fizeram fechar e reabrir suas portas (DIAS, 2008).

Para possibilitar maior precisão em termos de exposição da pesquisa, este trabalho está organizado em quatro seções. A primeira apresentará o objeto, a justificativa quanto à escolha do tema e o caminho percorrido em busca das fontes, o problema da pesquisa, bem como os objetivos geral e específicos, a fundamentação teórica que contribuiu tanto para compreensão do objeto, como para a definição da metodologia utilizada.

A segunda seção trata de delinear a trajetória da Escola Normal, de modo cronológico, detalhando o que foi possível mapear sobre a instituição, localizando-a no cenário educacional acreano, particularmente, quanto ao seu papel na melhoria da qualidade e difusão do ensino primário no Território; na sequência apresenta-se uma descrição do contexto político local que influenciou na organização do ensino no Território do Acre, anteriormente a criação da instituição estudada, relacionando, com o contexto político nacional.

A terceira seção privilegia as propostas e concepções acerca da educação e formação de professores, através da análise de discursos e artigos publicados nos jornais da época. Buscando relacionar a visão sobre educação às condições políticas, sociais e culturais daqueles que serão apresentados, com isso discutindo os conceitos acerca da educação e formação de professores, levando em consideração o papel de cada um nesse contexto.

A quarta seção traz trechos das entrevistas realizadas com pessoas que vivenciaram a Escola Normal, seja na situação de professor, aluno ou administrador, reconhecendo, o que de fato representou a instituição para a vida de cada uma delas. Considerando a relação mantida com a instituição e muito mais que isso, apresentar através das memórias, fatos e histórias vividas, aproximando o passado e o presente.

Para o fechamento, serão apresentadas as considerações finais, nas quais busquei realizar uma síntese de todo o trabalho, apresentando as respostas para as questões norteadas apontadas.

Importante esclarecer que este trabalho não pretende reconstruir a história da Escola Normal Lourenço Filho, de um modo acabado, mas um caminho aberto,

servindo de fonte de pesquisas para novos trabalhos e até mesmo um contraponto para outros pontos de vista.

SEÇÃO I - DELINEAMENTO DA PESQUISA

Nesta seção será apresentado o caminho percorrido em busca das fontes, além disso, serão elencados os problemas levantados que subsidiaram e justificaram a importância da realização desta pesquisa e as questões norteadoras que foram no decorrer do trabalho, sendo respondidas.

Para tanto apresentarei o objetivo geral e os específicos que orientam todo o trabalho, a fundamentação teórica que contribuiu tanto para compreensão do objeto, como também na definição do caminho a seguir, no caso, a metodologia utilizada.

1.1 - Da pesquisa: o percurso em busca das fontes

Em se tratando da pesquisa em si, o caminhar do pesquisador é permeado pela arte da paciência, da calma e principalmente da persistência. O processo em si, o ato de levantar dados, de resgatar documentos, de ouvir ou deixar falar as fontes é o mais precioso de todo o percurso do trabalho. No caso da pesquisa aqui proposta, a parte realizada através da análise de documentos arquivados, esta ação ficou um tanto quanto prejudicada, haja vista a pouca documentação localizada em arquivos, sendo tal material muito mal conservado e arquivado sem os devidos critérios. Nesse sentido, é fundamental relatar o caminho percorrido.

Ao iniciar a pesquisa, visitei, inicialmente, o Colégio Acreano², local onde foi instalada a Escola Normal, em 1934, sendo esta informação obtida, através da minha orientadora, que me forneceu os primeiros materiais de pesquisa, fotos e documentos. O atual diretor do Colégio Acreano, Prof. Adalberto Rangel Lima, informou que a documentação resgatada durante o incêndio ocorrido na escola na década de 90, fora transferida para o Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH), da Universidade Federal do Acre. Redirecionei, então, a busca para o CDIH/Ufac, ocasião em que entrei em contato com o responsável por este setor, Prof. Gerson Rodrigues Albuquerque que prontamente abriu as portas daquela unidade para as minhas pesquisas. Naquele momento, verifiquei que não

² Considerada uma das instituições de ensino mais antigas de Rio Branco. Desde 1933, iniciando como Ginásio Acreano, permanecendo até hoje, atuando no Segundo Ciclo do Ensino Fundamental.

havia registro de documentos que me possibilitasse aproximar-me do objeto da pesquisa.

O segundo passo consistiu em realizar visitas ao Arquivo Geral do Estado e ao Arquivo da Secretaria de Estado de Educação e Esporte (SEE/AC). Também não obtive êxito. Aqueles que me atenderam, informaram que não havia nada referente ao objeto de pesquisa arquivado nesses lugares, indicando que eu procurasse os estabelecimentos de ensino onde a escola teria funcionado. Importante frisar que só obtive o “não possui nada arquivado acerca do material que você está pesquisando”, sem, contudo, me oportunizarem o acesso às salas e aos documentos.

Com base nessas experiências, decidi pesquisar os jornais que circularam no período delimitado pela pesquisa, disponíveis na Hemeroteca Digital. Por meio desses levantamentos tive acesso ao Jornal O Acre – Órgão Oficial³, onde foi localizada a maioria dos dados empíricos analisados nesse trabalho, qual seja: o decreto para instalação do curso, as informações referentes a aula inaugural, contratações de professores, solenidades, informações relativas a construção do prédio próprio da Escola Normal, os recursos liberados e o início das obras no governo de José Guimard dos Santos, sendo sua continuidade nos governos posteriores. Assim, o jornal O Acre se tornou a fonte documental principal, tendo em vista a escassez de fontes nos acervos pesquisados.

O passo seguinte consistiu em fazer visitas junto ao atual Colégio Estadual Barão do Rio Branco, prédio construído em 1961 especificamente para a Escola Normal. Contudo, essa tentativa não foi exitosa, não localizei nenhum material. Ainda assim, numa conversa informal com uma servidora daquela instituição, surgiu mais uma pista: obtive a indicação da transferência da Escola Normal deste prédio, em 1981, para o prédio onde funciona a Escola Estadual Heloísa Mourão Marques, e por causa deste fato, todo o arquivo da escola poderia ter sido transferido. Tal informação serviu como uma peça fundamental no “quebra cabeça” da pesquisa.

Na Escola Heloisa Mourão Marques obtive a informação de que a Escola Normal Lourenço Filho, em 1991, havia sido transferida para o prédio próprio, localizado na Avenida Getúlio Vargas. Uma obra realizada para abrigar o curso de formação de professores, a qual provocou não apenas uma mudança física, mas

³ Veículo de comunicação utilizado como uma espécie de Diário Oficial do governo territorial que publicava todas as suas medidas administrativas, inclusive com iconografias. A publicação semanal dava conta de promover o marketing do governo além de implantar no imaginário social seus feitos governamentais enquanto produtor da modernidade no Território. (BARBOSA SOBRINHO, 2014).

também organizacional. Através do Decreto N°171, de 30 de dezembro de 1981, assinado pelo Governador Joaquim Falcão Macedo, foi criado o Instituto de Educação Lourenço Filho, em substituição a Escola Normal, sendo que toda a documentação existente sobre a escola fora transferida juntamente com o quadro de profissionais que ali trabalhavam.

A partir da junção de mais uma peça do quebra cabeça, fui para o Instituto de Educação Lourenço Filho (IELF), que oferta atualmente ensino integral de nível médio. Nesta instituição tive acesso aos documentos relativos à Escola Normal, a partir da década de 70. Tal documentação mal conservada e arquivada sem critério algum, tornou a pesquisa mais demorada e desafiadora.

Mas ainda faltava um período importante, correspondente a quase quarenta anos, precisamente no período que compreende a 1930 a 1960, do qual precisava obter mais informações. Ouvindo algumas pessoas durante essas visitas, fui orientada a procurar o Conselho Estadual de Educação (CEE/AC), bem como em outras conversas, orientaram-me a procurar o Departamento Histórico, localizado na Biblioteca da Floresta. Lá teriam possivelmente fotos antigas do período estudado. Fui e realmente obtive algumas imagens que estão distribuídas neste trabalho.

Na visita ao Conselho tive acesso ao Arquivo e a uma caixa identificada como “Documento do magistério”, a qual procedi a verificação criteriosa, buscando esclarecer as dúvidas relativas à mudança da Escola Normal para o prédio da Escola Heloísa Mourão Marques, sobretudo, por não conseguir com precisão as várias mudanças (em termos de instalações físicas e de concepções) pelas quais a Escola passou no processo de constituição como Escola Normal. Com os documentos localizados que tratavam de um Projeto de transformação do Instituto de Educação Lourenço Filho em Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, consegui compreender aquilo que ainda estava confuso. A princípio, estes materiais pareciam que não se coadunavam com o meu objeto de pesquisa, no entanto, havia ali registrado algumas informações referentes à Escola Normal, como sua transformação em Instituto, por exemplo. Algumas conexões ainda precisavam ser estabelecidas no percurso.

Assumindo a postura de não subestimar nenhuma fonte, por mais que, inicialmente, ela não se mostre significativa para a pesquisa, tive acesso a um documento intitulado “Diagnóstico e levantamento de necessidades para a

implantação do curso de Formação e Aperfeiçoamento de professores do Magistério – CEFAM”, consegui identificar nomes de pessoas que trabalharam neste período e, a partir daí, fui buscando contato.

Em outra visita ao Conselho Estadual de Educação, consegui realizar a entrevista com a professora Iris Célia Cabanellas Zaninni. O diálogo, além de aprofundar meu estudo, enriqueceu o trabalho, com um olhar de quem viveu aquele momento, como aluna, professora e administradora, que me levou a refletir sobre outro prisma, no que refere principalmente, a questão do fechamento da instituição. Além desta educadora, também mantive contato com mais cinco professoras, que a partir das entrevistas, compartilharam comigo suas memórias e histórias sobre a escola normal e contribuíram para o meu trabalho.

As entrevistas realizadas e os dados obtidos por meio dos jornais e decretos foram criando formas e fazendo sentido. Esses dados trouxeram elementos mais concretos ao trabalho. Também visitei a Coordenação de Registro e Inscrição Escolar – CORINES, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Educação do Acre, sendo possível localizar, consultando os livros de atas dos resultados finais dos ex-alunos, registros relativos ao número de formandos.

Esse percurso, mesmo parecendo longo e difícil, contribuiu na obtenção de dados para ajudar a elucidar o objeto de estudo.

1.2 - Problema da pesquisa

Importou considerar nesta investigação as particularidades, singularidades e demais aspectos que envolvem a instituição educativa pesquisada, como aqueles relacionados ao seu surgimento, construção física, relação com a comunidade e com o sistema de ensino, sentidos e finalidades de seu projeto formativo, sua cultura escolar, sua transformação com o passar do tempo, dada a sua condição de instituição social.

Com o olhar voltado para os diferentes aspectos que envolvem a Escola Normal Lourenço Filho, de sua estrutura física, a organização funcional, das normas ao modelo pedagógico desenvolvido, corpo docente, discente e administrativo, ou seja, aspectos que lhe configuraram como uma instituição específica, com identidade própria, que lhe caracterizava e a diferenciava, que lhe permitiu produzir

uma cultura própria na relação com a comunidade escolar e local, e nas vinculações com as normativas e poderes locais e nacionais.

Por essa inserção em um determinado contexto é que se fez necessária à compreensão dos acontecimentos anteriores a fundação da Escola Normal, ocorrida em 1934, a partir da análise de aspectos políticos, sociais, econômicos e educacionais que levaram a implantação dessa modalidade de ensino no Território Acreano. A partir dessa visão mais global, foi possível compreender melhor nosso objeto, sua estrutura, funcionamento e seu papel social.

O objetivo geral deste trabalho foi realizar um levantamento histórico e documental acerca da formação de professores realizada na Escola Normal de Rio Branco, identificando os elementos que compõem sua cultura escolar, de modo a produzir uma interpretação ampla e aprofundada sobre esta instituição. Este mapeamento possibilitou identificar a configuração histórica desta instituição educativa, bem como as transformações e ou metamorfoses ocorridas no período delimitado pela pesquisa. Desse modo, assumi como objetivos específicos para este trabalho:

- Compreender o contexto político vivido no Território Acreano no período de criação da Escola Normal;
- Analisar as propostas pedagógicas desenvolvidas na Escola Normal Lourenço;
- Compreender as intenções que nortearam a ação educativa promovida pela Escola Normal;
- Analisar como ocorria o processo de seleção dos alunos, dos professores, da equipe técnica;

A pesquisa consistiu em mapear a configuração da cultura escolar, os traços definidores das ações, sua política interna, proposta pedagógica, os valores institucionais, estrutura física e profissional, função social, e seu envolvimento com as questões políticas e econômicas da época. Assim, o problema da pesquisa é investigar e buscar compreender a totalidade da instituição de ensino, enfocando seus aspectos internos e sua relação com a sociedade, tendo como parâmetro as questões norteadoras desta pesquisa:

- Como se dava a formação de professores?

- Qual concepção pedagógica e de formação de professores estruturou a ação da escola?
- Como se caracterizou em termos pedagógicos e administrativos o projeto pedagógico da Escola Normal Lourenço Filho?
- Que sentidos e finalidades direcionaram a implantação da escola?
- Quem eram os professores formadores, de onde viam e qual a formação?
- Quem eram os alunos?
- Quem eram seus dirigentes? Eram pessoas da área da educação ou indicações políticas?
- Como se caracterizou a relação escola com a sociedade?

Desse modo, a partir das informações selecionadas, do reconhecimento dos elementos que compõem/constituem a instituição escolar, como, por exemplo, a proposta pedagógica, equipe gestora, professor e aluno, apresentar uma interpretação da instituição escolar estudada.

O trabalho aqui proposto não almeja reconstruir a história desta instituição escolar. O que se pretende é apresentar uma interpretação, baseada nas fontes a que tive acesso, sobre a Escola Normal. Não sendo, portanto, a apresentação da única verdade acerca daquela instituição escolar, mas uma análise, uma narrativa, resultante do olhar, das indagações, e das interpretações e busca de estabelecer sentidos possíveis sobre o material selecionado e analisado. Portanto, se trata de “uma possibilidade interpretativa” (GATTI, 2007, p. 176), que poderá contribuir para outras pesquisas, mas também poderá ser ampliada, questionada, tomada por outro viés investigativo.

Como destaca Buffa (2008), ao investigar a arquitetura escolar, suas instalações físicas, seus espaços, janelas, fachadas, todos esses aspectos são intencionalmente pensados e articulados as finalidades educativas e pedagógicas que a instituição escolar assume.

1.3 - As pesquisas sobre instituições educativas dedicadas a formação de professores

Muitos pesquisadores já fizeram o percurso proposto neste trabalho, qual seja, de investigar e buscar compreender a totalidade de uma instituição de ensino, de um grupo escolar, de uma escola normal, enfocando seus aspectos internos e sua relação com a sociedade.

Em relação à produção local, no que se refere à instrução primária existem diversos trabalhos que discutem o processo de escolarização primária no Território do Acre, como no caso de Lima (2012), numa abordagem que enfoca principalmente “os aspectos constitutivos da cultura escolar” (LIMA, 2012, p. 17). Em outro artigo de Dantas & Lima (2012), trata da implantação da educação primária no Território do Acre, relacionando ao contexto político-administrativo vivido, sendo estes trabalhos fontes importantes para compreensão do processo de institucionalização do ensino no Território, especificamente a educação primária, que não constitui meu objeto de pesquisa, mas trata-se de um elemento fundamental na construção dele.

Trazendo ainda a contribuição local, tem-se recentemente o trabalho de Lima & Ferreira (2017), que debruçam o olhar sobre uma instituição educativa católica, o Instituto Santa Terezinha, no município de Cruzeiro do Sul/Ac . Neste trabalho foi apresentada a trajetória de implantação do Instituto pelas irmãs dominicanas alemãs, fundadoras da instituição, que inicialmente, funcionava para atender as crianças órfãs, posteriormente ampliando o atendimento educacional a todas as crianças, com oferta do curso primário, e curso normal regional para as jovens cruzeirenses.

A proposta apresentada pela Diretora de Educação às irmãs acerca da implantação do curso normal, buscava, além de cumprir com o que previa Decreto N. 40, de 11 de março de 1947, (quanto a organização dos estabelecimentos do curso normal dividido em Curso normal regional, destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo do ensino normal, localizados nos municípios e Escola Normal, destinada a ofertar o curso de segundo ciclo e o ciclo ginasial do ensino secundário), contribuir para formação dos professores do interior, sem a necessidade de deslocamento para Rio Branco, onde funcionava a única Escola Normal.

Neste trabalho sobre o Instituto Santa Terezinha, ainda foi abordado de maneira sucinta informações referentes à criação das Escolas Normais Regionais em outros municípios do Território do Acre como o de Sena Madureira –

denominado de Instituto Santa Juliana e de Xapuri – Instituto Divina Providência, todas vinculadas a ordens religiosas católicas.

Ainda sobre a educação no Território Acreano na gestão de Maria Angélica de Castro, tem o trabalho de Castro (2012), que também apresenta algumas informações acerca da Escola Normal Lourenço Filho, precisamente a partir da segunda metade da década de 40, referente ao processo de oficialização junto ao INEP.

Como inspiração de um percurso de investigação sobre cultura escolar em outras realidades, cabe destacar a obra de Camargo (2000) intitulada *Coisas Velhas: um percurso de investigação sobre cultura escolar – 1928-1958*, que analisa a história do Instituto Joaquim Ribeiro, inaugurado em 1926, na cidade de Rio Claro, interior de São Paulo. No decorrer da narrativa, a autora relata que, para a construção desta história, da qual ela mesma fez parte, como aluna no período de 1955 a 1957, ela buscou materiais, fotos, livros e diários, constituindo o que ela definiu por “coisas velhas”, ou seja, aquilo que para alguns não teria sentido, mas que para ela rico de significados.

Na obra, a partir das “coisas velhas” recolhidas, a autora apresenta, com riqueza de detalhes, o instituto pesquisado. Coloca o leitor diante de uma história completa, desde as informações mais simples, como o endereço pormenorizado até os detalhes metodológicos, os materiais didáticos, corpo docente e administrativo, regimento, matérias ministradas. Dentre os vários aspectos que recontam, não só a condição do Instituto Ribeiro, mas as práticas internas, como, por exemplo, o trabalho pedagógico com a disciplina de Sociologia ministrada por um professor e uma professora:

Os cadernos de alunos da Prof^a. Licia priorizam os valores “morais”, “espirituais”, e “materiais” que “satisfazem as necessidades do espírito” e valores “sociais” como a “saúde”, a “beleza”, a “religião”, a “liberdade”, a “justiça”, a “insegurança”, e a “luta para manter a existência”. Privilegiam o estudo das transformações por que passa a vida em família, dos hábitos entendidos como “modos do indivíduo se ajustar” e das “maneiras de fazer as coisas na sociedade”, de modo a satisfazer o que são consideradas as exigências da vida. Por sua vez, os cadernos dos alunos do professor Amélio falam de família, das exigências da vida e da sociedade, e de padrões de comportamento que representariam “experiências conservadas”, mas privilegiam o estudo das relações constitutivas dos “grupos sociais” e

de formas de “organização social” em que o “controle político deve ser praticado pelo povo”. (CAMARGO, 2000, p. 117-118)

Como se vê, através da análise de cadernos de alunos a autora conseguiu identificar o ideário pedagógico defendido por dois professores, cada um ao seu modo e com traços relacionados ao gênero, retratava a sociedade, o papel de cada um, o modo de viver e de agir.

Foi desta forma, vasculhando, analisando com muita atenção, tudo que se colocava diante dela, que a autora reconta a história do Instituto Ribeiro. A partir de toda a investigação realizada, ela pôde concluir, por exemplo, através da análise dos conteúdos da disciplina de Sociologia encontrados nos cadernos de alunos, o quanto os professores desempenhavam o papel disciplinador.

Outro aspecto pesquisado também é o que privilegia como categoria de análise a cultura escolar, que busca compreender o que direciona as propostas educacionais, que valores e condutas são priorizados. A partir da análise da organização, do planejamento e das atividades realizadas, compreender a serviço de quem está a instituição.

A investigação sobre uma instituição educativa na perspectiva da totalidade implica em analisar a organização escolar a partir do que a cerca, mas principalmente, daquilo que a integraliza, os elementos internos que influenciados ou submetidos aos externos constroem uma identidade da instituição, uma estrutura e organização próprias, hábitos, condutas, organização, valores, ideologias e tudo mais que se manifeste no ambiente escolar, como expressa Vicentini:

Nesse sentido, é preciso considerar os saberes, práticas e valores próprios da escola, produzidos em meio a embates que procuraram imprimir a esta instituição uma determinada configuração sujeita permanentemente tanto a estratégias desenvolvidas para mantê-la quanto a tentativas de transformá-las. (VICENTINI, 2009, p.13)

Outra forma de aproximação com o estudo de uma instituição de ensino é através das práticas e propostas pedagógicas que direcionam o trabalho formativo da instituição. Analisar a cultura escolar e a formação de professores, no sentido de compreender como a primeira determina os rumos da segunda, mediante os objetivos a serem alcançados, qual seja, a formação docente em termos

profissionais, em articulação com os modelos instituídos como padrão pelas políticas de formação de professores do país.

De um modo geral, temos como característica comum presente nas escolas voltadas para formação docente, principalmente entre as primeiras, o processo de seleção para obtenção da licença docente. Conforme Vicentini (2009), o que determinava a escolha dos professores seria sua comprovação idônea, através da igreja ou do juiz de paz, e basicamente saber ler, escrever, contar e principalmente, o conhecimento religioso suficiente para ser transmitido.

Após esse primeiro movimento, no Brasil, se buscou uma “formação mais extensa” (VINCENTINI, 2009, p.31). O acompanhamento prático dos futuros professores em sala de aulas, aprendendo com os professores titulares, observando como se desenvolviam as aulas, promovendo esses aprendizes a condição de professores-adjuntos. Os movimentos que envolvem a formação de professores estão imersos a muita resistência. Essa formação voltada para profissionalização docente não foi algo recebido de maneira tranquila. Houve muitos conflitos e embates entre grupos políticos, intelectuais na área de educação e até mesmo entre os educadores.

Com a implantação das Escolas Normais, como o lugar apropriado para a formação de professores, segundo Vicentini (2009) houve muita incompreensão. As condições oferecidas, no tocante a uma formação mais demorada e ampla, com exigência de no mínimo 18 (dezoito) anos de idade para o ingresso, ao passo que para atuar como professor-adjunto e ali obter a licença para trabalhar como professor, a idade mínima era de 12 anos. Tudo isso fez com que num primeiro momento, as escolas normais não tivessem muita procura.

Outras pesquisas que se voltam para análise do padrão arquitetônica adotado para as escolas normais, de modo a examinar a relação entre os sentidos atribuídos pelos administradores e o lugar destas instituições na vida social. Buffa (2002) realiza um levantamento acerca das obras construídas para abrigar as escolas. As questões envolvidas e que determinavam o modelo estruturante das instituições e os significados existentes por trás de cada planta, cada desenho, em termos de proposta política e concepções sobre o ensino:

Assim, da política das décadas iniciais do século XX, que prestigiava sobremaneira o ensino primário e por isso construía edifícios

escolares que ainda hoje exibem beleza arquitetônica, passou-se às políticas educacionais das décadas de 30, 40 e 50, que para atender ao enorme crescimento demográfico e às novas exigências profissionais da sociedade industrializada, modificaram os projetos arquitetônicos racionalizando-os e modernizando-os. (BUFFA, 2002, p. 13)

Ainda, conforme Buffa (2007) deve-se buscar trabalhar com a totalidade histórica, ou seja, investigar todas as linhas possíveis. Trabalhar com as categorias espaço, tempo, arquitetura escolar, componentes curriculares, sem, no entanto, esquecer o que existe para além dos muros escolares: a relação escola e sociedade, com contexto político.

Em todos os casos é importante compreender o quanto partes, mesmo separadas, conseguem recontar um pouco da trajetória de uma instituição, sem contudo, esquecer as recomendações de Sanfelice (2007), na direção de que não se pode pensar uma instituição de ensino apartada do mundo, pelo contrário, quando compreendemos a relação política fica mais fácil compreender o porquê da estrutura física ser de um modo, ou o porquê se propõe naquele grupo se discutir o papel da mulher, ou porque se defende uma determinada proposta pedagógica e não outra. Como o próprio autor destaca: “não há instituição sem história e não há história sem sentido.” (Sanfelice, 2007, p.79). A escola não se explica apenas por sua materialidade, nem apenas a partir da análise de cadernos de professores, ou de controle de faltas, ou de atas de reuniões administrativas e acadêmicas, nem tão pouco apenas através de cadernos de alunos, mas a partir de tudo isso, analisando caso a caso, dado a dado e suas contribuições. São as relações internas e externas que compõem o cenário histórico.

Na coletânea organizada por Araújo, Freitas e Lopes (2008), sobre as escolas normais são priorizadas na investigação informações como a data da criação, localização e aspectos físicos da estrutura das escolas, método, proposta curricular e orientação pedagógica, quantidade de turmas e duração dos cursos, perfil dos professores e dos alunos, a forma de ingresso e avaliação dos alunos e seleção dos professores são tratados como elementos importantes na configuração histórica desta instituição. Como também informações quanto aos procedimentos, baseada na pesquisa documental, utilizando como fontes relatórios de instrutores, diretores, matérias de jornais e literatura sobre o assunto. Realizam uma descrição

mais global, a partir do contexto social e econômico, destacando as mudanças no sistema de governo como um elemento para as reformas no ensino.

Na obra sobre a Escola Normal de São Paulo, Monarcha (1999) baseia-se em relatos daqueles que viveram aquele momento. A partir de relatórios do primeiro Inspetor Geral, Diogo de Mendonça Pinto, o autor narra a história inicial daquela instituição de ensino. Indicar a formação do inspetor, jurista, trazendo outras informações que o caracterizam física e psicologicamente, Monarcha objetiva demonstrar o quanto isso definiu os caminhos traçados e perseguidos na construção do projeto pedagógico da instituição. Quando caracteriza o inspetor como um homem que acreditava que a educação seria fundamental para transformação e emancipação política do Brasil. Favorável à educação cristã, moralizadora e mantenedora de costumes e princípios, visão defendida por todos os outros que o seguiram à frente da instituição, sendo que algumas vezes mais voltados para formação social, outras já embutidas na formação para o trabalho, acompanhando sempre os objetivos políticos definidos para a nação. Não apenas dos relatos do inspetor, mas das comunicações de outras pessoas que mantiveram alguma relação ou aproximação com a instituição contribuíram para que o autor construísse uma visão acerca da estrutura física, da condição de vida da época e dos elementos que externos à instituição.

Ainda conforme Monarcha (1999), a Escola Normal de São Paulo, sendo uma das mais antigas, por três vezes teve suas portas fechadas e cada vez que reabria trazia uma proposta pedagógica baseada em interesses políticos, orientado por uma determinada corrente filosófica, desde o Iluminismo, Positivismo e Racionalismo. Para o autor, a instituição sobreviveu as mudanças políticas e participou dos principais movimentos. Do Governo Imperial a República, ela se fez presente, transformando-se e adaptando-se.

1.4 - Caminho metodológico

A experiência de outros pesquisadores com o mesmo objeto de pesquisa, demonstrou que o trato com o maior número possível de fontes poderia contribuir para um resultado exitoso na pesquisa. Assim, foi preciso explorar e rastrear-las nos acervos disponíveis, e a partir daí proceder ao exame detalhado das mesmas. Para

tanto utilizei a categoria de cultura escolar – materializada em aspectos como: espaço escolar, o currículo, modelos pedagógicos, concepções pedagógicas de professores e alunos, finalidades educativas e sociais da escola e sentidos atribuídos a ela pela comunidade. Essas fontes permitiram apresentar uma interpretação da instituição escolar estudada, buscando compreendê-la numa perspectiva de totalidade, partindo das partes que a compõem. Para tanto, é preciso compreender como se constrói e se analisa um objeto como este, que conforme Magalhães:

A construção deste objecto do conhecimento - a instituição educativa como totalidade em organização e desenvolvimento, na sua internalidade e na sua relação ao exterior, opera-se através de um marco teórico interdisciplinar e de uma hermenêutica cruzada entre memórias, arquivos e museus, no âmbito de uma projeção e de uma regressão investigativas – um percurso metodológico indutivo/dedutivo. (MAGALHÃES, 2007, p. 70)

Desse modo, ao relacionar todos os elementos localizados por meio das fontes levantadas e analisadas, buscando suas aproximações e distanciamentos, permitiu uma compreensão melhor do objeto, partindo de uma visão mais global, que envolve os componentes externos e internos que constitui a instituição educativa estudada.

Da mesma Vidal (2007) defende que é preciso trabalhar com todos os documentos que se tem. Desde aqueles relacionados à atividade meio, até aqueles vinculados à atividade fim, ou seja, analisar desde os documentos técnicos, de cunho mais administrativo, bem como aqueles específicos que nos levem a compreender o projeto escolar, o processo ensino-aprendizagem.

Assim, não interessa uma única estratégia ou caminhos utilizados para compreensão de uma instituição escolar, mas sim “o conjunto de fontes que levanto, crítico e seleciono.” (SANFELICE, 2007, p.77). Do mesmo modo, como já mencionado, a pesquisa em si não se fecha nos muros da escola, é preciso rompê-los, mergulhar no universo ainda maior, o da sociedade na qual está inserida e toda sua conjuntura política, cultural e econômica,

Enfim, a dimensão da identidade de uma instituição somente estará bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro, e com a mesma intensidade, no macro. As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social

política, cultural, econômica e educacional. Por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma. Mesmo admitindo que as instituições adquiram uma identidade, esta é fruto dos laços de determinações externas a elas, e como já dito, “acomodadas” dialeticamente no seu interior. (SANFELICE 2007, p. 78)

A intencionalidade desta pesquisa consistiu em estudar uma instituição escolar, onde se queria investigar desde o número de alunos que ali estudaram e muito mais do que isso, o que estudavam, para isso, se apropriando dos métodos que se lhe serviram de suporte.

Os diferentes níveis, tipos e abordagens de problemas educacionais, e os diversos objetos de pesquisa requerem métodos que se adéquem à natureza do problema pesquisa. Em última estância, porém, essas abordagens e metodologias precisam contribuir para a explicação e compreensão mais aprofundada dos fenômenos humanos que, pela sua grande complexidade, necessitam ser pesquisados sob os mais diferentes ângulos e segundo as mais variadas metodologias. (SANTOS FILHO, 2013, p.52)

Conforme Saviani (2007, p.05), “as instituições são criadas para atender determinada necessidade humana.” As instituições de ensino, no caso das Escolas Normais, também foram criadas com alguma finalidade, para além da formação de professores. São essas intenções que tentarei trazer à tona para discussão. E para que se encontrem as respostas, é preciso um vasto campo de pesquisa, materiais, documentos, didáticos ou técnicos, iconográficos que possam permitir uma aproximação com o objeto.

Segundo Miguel “para alguns autores, o arquivo é um nicho que contém não apenas registro e informações, mas também possibilita a sensação da descoberta do real” (2007, p.31). Essa questão é uma possibilidade de reconstruir, por meio dos retalhos, peças, a teia histórica, o quebra-cabeça daquilo que se está investigando.

Para uma análise mais aprofundada, é preciso que o material encontrado, não seja desperdiçado, muito menos renegado, conforme Miguel (2007, p. 77), “nenhum tipo de fonte deve ser interdito.” A autora justifica a necessidade de não ignorar nenhum documento, ou arquivo que se apresentar. Diante desta realidade, a partir da investigação realizada, do material recolhido é que será possível determinar o caminho do nosso trabalho, até onde é possível chegar:

Outro exemplo significativo de que é possível conhecer a história das instituições escolares em arquivos que não seja somente os propriamente escolares foi o estudo da Escola de Professores, hoje Instituto de Educação do Paraná “Prof. Erasmo Piloto”. A pesquisa não objetivava a instituição, mas sim a Escola Nova, seu início, consolidação e expansão no Estado. No entanto, cheguei até a Escola de Professores, sua organização e práticas escolares levada pela leitura dos livros de autoria de seu idealizador, o Professor Erasmo Piloto. Eles então se mostraram fontes para conhecimento da história daquela instituição. (MIGUEL, 2007, p. 34)

Neste movimento entre o arquivo e análise dos documentos, utilizei como procedimento, a ritualística de organização e análise indicada por Sá Silva (2009), no qual a pesquisa documental é “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (p. 04), tendo como procedimento de análise a avaliação do contexto histórico no qual o documento foi escrito, a identificação do escritor do documento e sua relação com o que escreve, verificando a procedência do documento, sua credibilidade e importância.

Assim, num primeiro momento, foi realizado o mapeamento de todo material possível de ser identificado e organizado para fins de análise sobre a instituição estudada, verificando sua credibilidade e sua contribuição. Em um segundo momento, após o movimento de identificação e organização, procedi às análises dos documentos selecionados, tanto os administrativos, os oficiais, fotográficos, notícias de jornais e entrevistas, sem a pretensão de decifrá-los ou alterá-los, mas considerá-los como pontos de vistas diferentes, quais sejam dos professores, dos alunos, dos dirigentes e da sociedade, que somados, contribuiram para uma construção mais próxima do real, como também podendo gerar controvérsias, demonstrando as diferentes perspectivas acerca da instituição, considerando que, como já disse antes, o olhar, o conceito acerca da instituição muda conforme o papel exercido dentro daquele contexto, daí a necessidade de se levar em conta de onde o autor está falando, qual sua posição, não só dentro do contexto escolar, mas também na sociedade.

Desse modo, foi preciso examinar os determinantes envolvidos nas ações da educação, para além da legislação e dos decretos, dos discursos dos políticos, da função da escola que estava sendo criada, que modelo de educação estava

sendo defendido, o que esta instituição representava, em termos de expectativas para a sociedade acreana.

Em relação às entrevistas, utilizando como referencial Vidal (1998) e Minayo (1994), primeiramente, a partir das fontes já selecionadas, fui observando que alguns nomes eram bem familiares e conhecidos no cenário educacional acreano. Partindo daí, realizei a seleção entre aqueles que consegui localizar, haja vista que muitos já haviam falecido. Desta forma, busquei selecionar pessoas que tenham atuado como professor(a), administrador(a) ou aluno(a). Para tanto foram relacionadas vários nomes, sendo que alguns, por problemas pessoais, ou por estarem fora do estado, não puderam me receber. Acabei por selecionar 06 (seis) entrevistados, pessoas que estudaram e trabalharam na Escola Normal.

A partir das informações que já obtinha, construí um roteiro (em anexo) para a entrevista “entendida como uma conversa a dois com propósitos bem definidos.” (Minayo, 1994, p. 57). Partindo do conceito de entrevista semiestruturada de Minayo, a intenção era apenas de orientar as entrevistadas para os pontos que gostaria que elas abordassem, no entanto, deixando-as a vontade para falar sobre aquilo e outros assuntos que pudessem surgir, de maneira espontânea e livre, sendo que em alguns casos, por esse motivo, algumas questões propostas passaram despercebidas. No mais, a intenção era ouvir o que representou a Escola Normal para cada uma delas, questão esta que suscitou várias outras temáticas e memórias.

No primeiro contato, realizado por telefone, apresentei minha pesquisa e o quanto importante seria contar com a participação do mesmo, em especial com o relato sobre sua experiência/vivência na Escola Normal. As respostas foram muito semelhantes, todas, sem exceção, se sentiram lisonjeadas e gratas por poderem falar sobre algo tão importante em suas vidas, me parabenizando pela pesquisa, que contribuía para resgatar a história da escola. Agendadas as entrevistas, me direcionei aos locais indicados, tendo um roteiro para orientar o relato das professoras. Foi possível resgatar muita informação, além disso, sempre que possível levei comigo fotos e notícias de jornais para que pudesse ajudar na recuperação das memórias guardadas, tendo em vista, que todas, também reclamaram um pouco da falta de memória, situação extremamente normal, em se tratando de senhoras com mais de 60 e outras com mais de 80 anos de idade.

Como forma de registro mais fidedigno dessas informações e dados foi utilizado um gravador, previamente autorizado pelas professoras. Após a transcrição, levei o material transcrito para o exame e verificação por parte das professoras, para que pudessem ter contato com o que iria ser incluído no meu trabalho, para fins de concordância ou alteração.

Todas as fontes sejam as documentais, iconográficas e entrevistas, foram fundamentais para que eu pudesse dar forma ao meu objeto. A cada informação localizada em jornal, confirmada por uma imagem (quando possível), ratificada nas entrevistas, me fazia acreditar que estava não apenas contando uma versão sobre a Escola Normal Lourenço Filho, mas principalmente uma versão bem próxima do real, do que realmente aconteceu. Os encaixes que fazia através do que encontrava nos documentos e as falas das entrevistadas, me fazia acreditar que estava no caminho certo.

SEÇÃO II - A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO TERRITÓRIO DO ACRE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Para compreensão da educação no Território Acreano, numa perspectiva mais ampla, é preciso considerar as vinculações com o contexto político nacional, e suas influências e ou determinações com os rumos traçados para a instrução pública à época. Essa compreensão contribuiu para uma maior clareza da situação, considerando que as instituições de ensino não estão apartadas da sociedade, e tampouco das dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais. O Território do Acre refletia, em alguma medida, as transformações verificadas no cenário nacional.

Para apresentar uma visão sobre a trajetória de criação da Escola Normal, utilizarei, neste primeiro momento de dados obtidos em jornais da época, principalmente o Jornal “O Acre – Órgão Oficial”, iniciando o percurso na década de 1920, estabelecendo as relações com a produção científica sobre a temática, buscando também manter elos com o contexto nacional.

2.1 - Trajetória da Escola Normal: a criação da escola normal como estratégia de melhoria do ensino primário

A situação de dependência política e administrativa do Território Acreano pela esfera federal era perceptível em todos os aspectos. As nomeações e exonerações dos Interventores Federais⁴ e posteriormente, dos Governadores do Território produziam como efeitos a descontinuidade das políticas educacionais implantadas. Como não possuía autonomia política, os Governadores eram nomeados diretamente pelo Presidente da República. Estes vinham de outros estados, trazendo consigo um grupo que o ajudaria a governar, assumindo os cargos administrativos (SILVA, 2012). Desta forma, fica a necessidade de compreensão melhor da atuação/intenção do Governo quando da criação da escola, como se deu, que objetivos estavam envolvidos nessa ação e principalmente que tipo de professores se pretendia formar.

⁴ Interventor Federal foi o nome dado ao Governador do Território do Acre, nomeado pelo Presidente da República Getúlio Vargas no período correspondente ao Estado Novo. No cargo, “os interventores podiam demitir, promover e nomear funcionários, escolhiam os prefeitos da capital e influenciavam na escolha dos prefeitos do interior” (Silva, 2012, p.44). Tal nomenclatura foi utilizada durante o período de 1930 a 1937.

Para tanto é importante trazer a relação de Interventores e Governadores do Acre (respectivamente no período de Território Unificado Federal e na condição de Estado) no período delimitado de estudo.

Quadro 01 – Relação de Interventores e Governadores – 1920-1981

Nome	Formação / Ocupação	Cargo	Período
Hugo Carneiro Ribeiro	Advogado/Engenheiro	Governador nomeado	15/06/1927 a 03/07/1930
Francisco de Paula de Assis Vasconcelos	Advogado	Interventor Federal	08/12/1930 a 21/09/1934
Manoel Martiniano Prado	Bancário	Interventor Federal	14/04/1935 a 11/02/1937
Francisco de Oliveira Conde	Jurista	Governador Nomeado	25/10/1942 a 14/02/1946
Luis Silvestre Coelho Gomes	Militar/Coronel	Governador Nomeado	25/10/1942 a 14/02/1946
José Guiomard Santos	Militar/Major	Governador Nomeado	14/02/1946 a 01/06/1950
Raimundo Pinheiro Filho	Militar/Ten. Coronel	Governador Nomeado	01/07/1950 a 31/05/1951
Amílcar Dutra de Menezes	Militar/Ten. Coronel	Governador Nomeado	25/04/1951 a 04/01/1952
Valério Caldas Magalhães	Agrônomo	Governador Nomeado	06/05/1956 a 02/07/1958
Manoel Fontenele de Castro	Militar/Ten. Coronel	Governador Nomeado	02/07/1958 a 28/03/1961
José Augusto de Araújo	Professor	Governador Eleito ⁵	1º/03/1963 a 08/05/1964
Francisco Wanderley Dantas	Professor	Governador Indicado ⁶	15/03/1971 a 15/03/1975
Geraldo Mesquita	Professor	Governador Indicado	15/03/1975 a 15/03/1979
Joaquim Falcão de Macedo	Comerciante	Governador Indicado	15/03/1979 a 15/03/1983

Fonte:www.ac.gov.br

Importante esclarecer que somente foram informados nesta tabela os Governadores que de alguma forma tiveram alguma participação nas questões relacionadas à Escola Normal. Além disso, o Acre por sua condição de Território, teve alguns governos provisórios, com períodos de administração muito curtos, o que não considere importante em decorrência de não manter relação com objeto de estudo.

Após a anexação das terras do Acre definitivamente ao Brasil, por meio do Tratado de Petrópolis, assinado entre Brasil e Bolívia, em 1903, houve a necessidade de se definir uma organização administrativa e política. Conforme

⁵ Após a elevação do Território do Acre a categoria de Estado, José Augusto de Araujo foi o primeiro governador eleito por meio de voto popular.

⁶ Período da Ditadura Militar (1964 – 1985) o Governador Francisco Wanderley Danas foi indicado pelo então Presidente General Emílio Garrastazu Médici. Os demais governadores no período de 1964 a 1985 também foram indicados pelos militares.

Ginelli (2008), naquele momento a região acreana foi dividida em departamentos, (Figura 01), sendo que a Sede da Prefeitura Departamental do Acre ficava na Vila Rio Branco, localizada no Seringal Empresa, local em que foi construída a primeira escola primária. Em um período histórico em que os processos de instrução e educação se faziam em âmbito mais familiar, do que público, podem ser consideradas importantes as iniciativas dos moradores dos seringais, que mediante a autorização dos donos dos seringais, se realizavam reuniões e encontros nos quais aqueles com um pouco mais de saber, leitura e escrita, repassavam esse conhecimento aos demais. Também é bom esclarecer que não havia muito interesse, por parte seringalistas, que seus empregados obtivessem algum aprendizado, tendo em vista que a ignorância e a falta de estudo facilitavam a exploração sem questionamento. Quando da necessidade de outras formas de uso da terra além da extração da seringa, foram criadas escolas voltadas para o preparo agrícola e noções de agricultura.

Abaixo o mapa, apresentando a divisão do Território Acreano no período departamental:

Figura 01 - Mapa do território dividido em departamentos



Fonte: Souza, 2002. História do Acre.

Com o fim dos Departamentos e a unificação do Território, por intermédio do Decreto Lei nº 14.383, de 01/10/1920, o primeiro Governador nomeado para responder pelo Território do Acre foi Epaminondas Jácome, responsável pela criação da Diretoria Geral do Interior e da Instrução Pública, nomeando para responder pela pasta o administrador José Lopes Aguiar, que buscou inicialmente levantar a situação da educação naquele momento, considerando que por conta do contexto administrativo, algumas escolas passaram para responsabilidade das

prefeituras e outras, para o Território, sobre a administração e financiamento da União.

A dificuldade percebida pelo atual Diretor quanto à implementação de uma política educacional ampla foi a questão da “dispersão populacional” (LIMA, 2012). Uma das medidas foi a criação de um novo regulamento para instrução pública, disciplinando as práticas e a organização dos estabelecimentos de ensino, que eram classificados da seguinte forma: grupos escolares, escolas agrupadas, escolas isoladas e escolas particulares. A criação de novos formatos escolares visava com que a educação chegasse aos lugares mais distantes e alcançasse um maior número de pessoas. Por isso as escolas isoladas eram importantes, embora mantivessem problemas como falta de professores ou professores com muitas turmas, que ministravam todas as disciplinas. Além disso, por serem espalhadas pelo Território, de maneira desproporcional, sem clareza das necessidades, das distâncias, das dificuldades de acesso e outros empecilhos, prejudicava o deslocamento das crianças e dos adultos (GINELLI, 2008),

A necessidade de imprimir uma nova ordem social fez com que o administrador acreditasse que a instrução pública distribuída para todos os pontos do Território contribuiria para que o projeto de desenvolvimento e crescimento se concretizasse. Tal regulamento “representou uma inovação significativa: a graduação do ensino, como princípio orientador da organização das classes, quanto da organização da própria escola” (LIMA, 2012).

Já no governo de Hugo Ribeiro Carneiro, foram pensadas e aprimoradas algumas questões. Com o Regulamento da Instrução Pública do Território (1930), houve certos avanços, principalmente com a criação das escolas ambulantes⁷, alterando também as outras modalidades de escolas, que ficaram da seguinte forma: escolas rurais, escolas urbanas, escolas noturnas e os grupos escolares - estes últimos correspondiam a tendência nacional, local de formação primária, com toda uma estrutura adequada, buscando uma organização pedagógica e metodológica modernas para aquela época. Tudo visando o desenvolvimento da sociedade, diminuir o analfabetismo e acompanhar os avanços e propostas nacionais.

Quadro 02 – Distribuição de escolas no Território do Acre – 1924-1931

⁷ Escolas ambulantes eram instalações provisórias que objetivavam atender as necessidades do lugar por escola, sendo que caso necessitasse se fazia a transferência para outro destino.

Município	Escolas Territoriais	Escolas Municipais	Total
Rio Branco	08	15	23
Xapuri	12	06	18
Purus	14	04	18
Tarauacá	16	08	24
Juruá	21	07	28
Total	71	40	121

Fonte: Relatório do governo Cunha Vasconcelos, 1924 (Arquivo Geral do Estado).

Todo esse contexto de intensificação e ampliação de acesso à educação, tinha como intenção melhorar o indivíduo, no que se refere instrução. Todavia, faltava um elemento essencial: professores qualificados. Aqueles que atuavam, eram na maioria poucos preparados, sabendo apenas a ler e escrever. As aulas se baseavam na repetição, limitando-se a ensinar a leitura e escrita, com atividades de memorização e aplicação de castigos físicos, como ficar de joelho no milho (Ginelli, 2008). Desta forma, fazia-se necessário que fosse implantado algum curso voltado para formação de professores. Paralelamente, por meio disso, outra situação poderia ser resolvida: a necessidade de oportunizar aos jovens uma forma de continuar seus estudos no Território, evitando o deslocamento de muitos para outros estados, o que incomodava muitas famílias, sendo que para outros, não havia esta oportunidade, ficando, em termos de escolarização, restritos a instrução primária devido à baixa condição financeira. Além disso, era necessário seguir novos rumos, tentando acompanhar o ritmo nacional. Assim se manifesta Monarcha (2007):

Mas seja como for, podemos dizer que, ao longo dos anos de 1930 e início dos anos 1940, uma conjugação de fatores – tais como a consolidação do Estado Nacional, a voga ascendente dos estudos brasileiros, a estrutura e expansão da educação nacional e a centralidade do tema da educação nacional no imaginário político-social - favoreceram sobremaneira o surgimento uma consciência duplamente sociológica e histórica do passado cultural e educacional do país. (p. 129)

Retratando um pouco a situação nacional, para que seja possível uma melhor compreensão do que estava acontecendo, a década de 1930 é marcada por uma crise instalada pela denominada Revolução de 30, na qual Getúlio Vargas, com o apoio de vários políticos contrários a chamada “oligarquia do café com leite”, depôs o então Presidente Washington Luís e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes, colocando fim ao que então se conhecia como República Velha. Essa

mudança no cenário político nacional com a chegada de Getúlio Vargas ao poder trouxe a necessidade do governo de impor seus ideais, de apagar as marcas deixadas pelo regime anterior. Para tanto, todas as áreas de domínio do Estado sofreram grandes impactos. Com a educação não seria diferente. Neste governo, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo nomeado para a pasta, Francisco Luis da Silva Campos e, posteriormente, Gustavo Capanema.

A educação passou por uma reforma, principalmente no que se refere a sua organização, através da edição de vários decretos, no que tange ao Ensino Secundário, o Ensino Técnico, Ensino Primário e Ensino Normal (MORAES, 1992, p. 295-296).

Desse modo, no afã de acalantar a sociedade que clamava para que fosse ofertado para além do ensino primário e, sobretudo, objetivando acompanhar o cenário nacional, o Interventor Federal Francisco de Paula de Assis Vasconcelos, assinou, em 1934, o Decreto nº 72, que autorizava o Prefeito de Rio Branco, Major Natalino da Silveira Brito a organizar oficialmente⁸ o Ginásio Acreano e determinava, além disso, a criação de um curso normal, vinculado aquele estabelecimento, voltado para formação de professores primários.

Após essa autorização, o Prefeito tratou de organizar as duas unidades de ensino, através dos Decretos 40 e 41, de 28 de fevereiro de 1934. O local onde as duas instituições foram alojadas foi o Instituto Getúlio Vargas⁹, atualmente local em que funciona o Colégio Acreano.

É importante salientar que a implantação da Escola Normal no Território Acreano, no que diz respeito à estrutura predial, não foi tão ruim assim, haja vista a possibilidade de comparação com a Escola normal do Paraná, por exemplo, que foi aberta ainda no século XIX, que, além de dividir espaço com o Ginásio (da mesma forma que aconteceu aqui), “ambas encontravam-se instaladas precariamente em um prédio residencial, abrigando com dificuldade as duas modalidades de ensino” (RANZI, 2007, p.195).

⁸ A expressão oficialmente é utilizada haja vista que desde 1933 o curso ginásial já era ofertado, no entanto através de esforços de alguns membros da sociedade, sem apoio financeiro do Governo, apenas através de doações e participação de professores de maneira voluntária.

⁹ Instituto Getúlio era um prédio utilizado pelos governos para instalação de repartições públicas, comissões, cursos e como havia um auditório, muitas solenidades governamentais também eram realizadas nesse local. Ficando depois sendo utilizado para abrigar, em horários distintos, a Escola Normal e o curso Ginásial.

Figura 02 - Instituto Getúlio Vargas, localizado na Avenida Benjamin Constant, década de 30 (atualmente Colégio Acreano)



Fonte: Acervo: CDIHAcervo Digital: Deptº de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM

O Jornal O Acre, n. 220, de 18 de março de 1934, publicou na íntegra os Decretos 40 e 41, de 28 de fevereiro de 1934, da Prefeitura Municipal de Rio Branco, que tratavam da organização do Ginásio Acreano e da Escola Normal, aprovados pelo Decreto 73, de 12 de março de 1934, da Interventoria do Território, também publicado na mesma edição.

No que se refere ao Ginásio Acreano, o Decreto 40 dispunha sobre a composição administrativa formada por: 1 (um) Diretor, 1 (um) Amanuense inspetor de aluno, 1 (um) Porteiro servente e corpo docente, sob a responsabilidade do Governo do Território de tratar das questões de nomeação e demissão. Chama a atenção o número reduzido da equipe administrativa.

Sobre as disciplinas que compunham o currículo do curso ginasial, para as duas primeiras séries, este ficou assim organizado: Português, Francês, Inglês, História da Civilização, Geografia, Geometria e Desenho, Ciências Físicas e Naturais, Aritmética e Álgebra, Música (canto orfeônico). Quanto ao número de professores, foram contratados apenas um para cada disciplina.

Em relação as séries subsequentes o decreto não determinou, deixando em aberto a contratação conforme fosse sendo necessário, embora o curso ginasial tivesse a duração de quatro anos/quatro séries.

Já o Decreto 41 tratou da organização propriamente da Escola Normal, prevendo que sua administração seria realizada conjuntamente pela Prefeitura Municipal de Rio Branco e o Governo do Território. Anteriormente, quando mencionei as disciplinas a serem ministradas no Ginásio Acreano, é porque, segundo esse decreto, estas seriam as mesmas trabalhadas na Escola Normal, com o acréscimo de outras disciplinas como: Caligrafia, Noções de Literatura Nacional, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, Corografia, Educação Moral e Cívica e Noções de Pedagogia e Psicologia infantil.

Importa destacar o que determinava o Art. 3º, em seu parágrafo primeiro, sobre a ministração dessas disciplinas, que ficariam sob a responsabilidade dos professores já contratados para as disciplinas comuns aos dois cursos, de acordo com a relação de aproximação:

§ 1º -o ensino de caligrafia e de noções de literatura nacional será ministrado conjuntamente pela cadeira de português; e o de corografia pela de geografia. O ensino de trabalhos manuais e economia doméstica, como a educação moral e cívica, em conjunto com o de pedagogia e psicologia infantil, constituirão de duas cadeiras especiais. (TERRITÓRIO DO ACRE: Decreto 41, de 28 de fevereiro de 1934. Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 220, de 18 de março de 1934, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Segundo o decreto, algumas disciplinas, como Datilografia, Escrituração Mercantil e Estenografia eram facultativas, ficando a critério do Governo do Território a criação de cadeiras. Para que tais disciplinas fossem ministradas, estabelecia-se como requisito a inscrição de no mínimo 20 interessados em cursá-las. É importante destacar que o decreto teve sua orientação baseada em legislações vigentes em outros estados, tendo em vista que em nível nacional, só houve a regulamentação a partir de 1946, no entanto existiam educadores tratando do ensino normal em vários estados do Brasil, como Lourenço Filho no Ceara, Anísio Teixeira na Bahia, Fernando Azevedo no Distrito Federal e Francisco Campos em Minas Gerais (TANURI,2000).

Segundo Lourenço Filho o que se pretendia era dar “aos candidatos ao professorado, no curto prazo de alguns anos e logo após o curso de primeiras letras, uma cultura geral e uma formação técnica” (LOURENÇO FILHO, 2001, vol. 4, p.21).

O Curso normal foi organizado em duas partes: a primeira, com duração de dois anos, voltada para formação de estagiárias de alfabetização. A segunda, com duração de mais dois anos e séries, voltada para formação de professores do ensino primário, ou seja, a critério do aluno, ele escolhia fazer somente os dois anos e trabalhar apenas com alfabetização ou estudar mais dois anos e sair com título de professor do ensino primário. Uma observação importante diz respeito ao tempo, que talvez fosse insuficiente para preparar um professor alfabetizador, conforme Lourenço Filho:

Certamente, não seria de esperar que um curso de quatro anos, realizado entre as idades de 14 e 18, pudesse fornecer completa preparação técnico-profissional. Dele, porém, seria de esperar a base necessária e, acima de tudo, a aquisição de uma conveniente “atitude” para que essa preparação viesse a aperfeiçoar-se, de modo constante, com a experiência diária das atividades de ensino. (Lourenço Filho, 2001, vol. 4, p.53)

A instalação oficial do Ginásio Acreano e da Escola Normal de Rio Branco, se deu em 20 de março daquele ano. Tal solenidade foi destaque no Jornal O Acre nº 221, de 29 de março de 1934, ocupando toda uma página do folhetim.

Ato contínuo à solenidade de instalação do Curso Normal vieram as primeiras nomeações:

Quadro 03 – Relação de professores e técnicos nomeados

NOME DO PROFESSOR NOMEADO	FORMAÇÃO	CARGO/CADEIRA
Flaviano Flávio Batista	Bacharel	Diretor e professor de Aritmética
Francisco d'Oliveira Conde	Bacharel	História da civilização
Valdemar Torres da Costa	Bacharel	Geografia/Corografia
Roberval Pompilio Nogueira Cardoso	Agrimensor	Geometria e Desenho
José Rodrigues Leite	Farmacêutico	Ciências Físicas e Naturais
Jeanne D'Alcantara Freire	Não informado	Cadeira de Francês
Hilda Mourão Leite	Não informado	Música (canto orfeônico)
José Bezerra Duarte	Não informado	Português/Ensino de Caligrafia e Noções de Literatura Nacional
Valmiki Ramaiana de Chevalier	Médico	Noções de Pedagogia e Psicologia infantil /Educação Moral e Cívica
Julieta Peixoto Passos Galvão	Não informado	Economia Doméstica e trabalhos de agulhas e similares
Henrique Pires de Moraes Rego	2º Tenente	Álgebra
Manoel Gomes do Vale	Não Informado	Porteiro servente

Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 224, de 22 de abril de 1934, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

É necessário destacar que os atos de nomeação se realizavam com a referência de que se tratava de nomeações de professores que atuavam nos dois estabelecimentos, Ginásio Acreano e Escola Normal. Como já dito antes, as escolas possuíam um currículo com várias disciplinas comuns e mesmo corpo docente. Outra questão a ser observada diz respeito à formação inicial do quadro de professores da escola normal, em sua maioria, bacharéis como farmacêutico, agrimensor e médico. Naquele contexto, em que a formação superior era algo raro, eram incorporados ao quadro de professores aqueles que tinham esta formação, aliado aos contatos políticos que estes possuíam com os administradores locais, ou a própria escolha do Governo. No Caso do professor de Português, ele não possuía nenhuma formação. Em seu ato de nomeação foi descrito como o “O cidadão José Bezerra Duarte” (extraído do jornal o Acre, de 29 de março de 1934, nº 221), talvez por reconhecimento de sua capacidade intelectual ou por decisão do governo foi designado para tal cadeira. Essa questão quanto às nomeações dos primeiros professores não ficou muito distante do que aconteceu no restante do Brasil. Conforme Vicentini (2009):

Se considerarmos que os sistemas escolares estavam instituídos no Brasil naquele momento, uma questão interessante referia-se à formação dos professores que lecionavam nas Escolas Normais. Que qualificações essas pessoas tinham? De um modo geral, eram profissionais de “notório saber” (autodidatas), muitas vezes com diploma universitário em diversas áreas, sobretudo em Medicina e em Direito. (VICENTINI, 2009, p. 37-38)

Quadro 04 – Salários dos funcionários da Escola Normal e Ginásio

Cargo	Salário
Diretor	500\$
Porteiro – servente	165\$000
Professor	400\$000 + imposto e taxas sobre admissão e ensino, além do selo federal

Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 220, de 18 de março de 1934, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

No Jornal O Acre, na edição n. 221, de 29 de março de 1934, foi publicado o Decreto 74 da Interventoria do Governo do Território, regulamentando a matrícula na Escola Normal, além de facilitar o ingresso dos professores que atuavam no ensino primário, objetivando sua legalização, através da obtenção do diploma de habilitação, tal qual se verifica no disposto do Art. 1º e Art. 2º do Decreto N. 74/1934:

Art. 1º

[...]

§ 2º - As atuais professoras efetivas dos estabelecimentos do ensino primário do Território, não diplomadas, poderão obter matrículas na Escola Normal, dispensadas da exibição de provas de estudos primários ou exames de admissão.

Art. 2º - o requerimento da matrícula das professoras efetivas ou interinas dos estabelecimentos de ensino primário do Território, para o curso normal, poderá ser feito por via telegráfica ao Prefeito de Rio Branco. (TERRITÓRIO DO ACRE, Decreto N. 74, de 20 de março de 1934. Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 221 de 29 de março de 1934, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Posteriormente, as demais nomeações ficaram submetidas ao cumprimento de Decreto N. 76, de 29 de abril de 1934, da Interventoria Federal, publicado no Jornal o Acre, n. 224, de 22 abril de 1934, que determinava que as nomeações de professores, tanto do Ginásio quanto para a Escola Normal, seriam realizadas por escolhas dentre os professores inscritos no registro federal¹⁰, mediante concurso de título e provas, perante comissão de três membros das respectivas congregações docentes, sobre as disciplinas das cadeiras a serem preenchidas, ou contratos na forma das leis federais. Somente em caso de emergências poderia ser realizada contratação independente de concurso, com a exigência de que se constasse nos atos de nomeação, a indicação de “caráter interino.”

Outra questão importante a ser destacada quanto às disciplinas ofertadas, no que tange aquelas voltadas à educação para o lar, não pode ser entendida como algo específico do Território Acreano, mas sim conhecimentos que integravam o currículo da escola normal no Brasil, vinculados ao papel ou posição social designado a mulher em nossa sociedade, a qual enfatizava como importante a preparação das moças para o lar e para as prendas domésticas.

¹⁰ Registro Federal, documento criado em 1931, na Reforma Francisco Campos, era uma exigência para os professores do ensino secundário pudessem lecionar, fornecida pelas Faculdades existentes na área de licenciatura. Como foi sendo verificada a ineficácia do registro, foi sendo concedido registro provisório para os professores que conseguissem comprovar idoneidade moral, certidão de idade e certidão de aproveitamento em instituto oficial de ensino secundário e superior. Tendo em vista que poucos professores possuam nível superior, em 1946, através do Decreto 8777 (24/1/1946) abriu a possibilidade de conceder o registro definitivo mediante a comprovação de 3 anos de docência, permitindo, assim, aos “velhos mestres” – autodidatas ou oriundos de cursos superiores diversos (Direito, Medicina, Engenharia, etc) e de seminários -, o direito de continuar lecionando uma vez que estes professores dispunham até então somente de registro provisório. (Vicentini, 2009, p. 64)

Curso instalado, fazia-se necessário organizar internamente a escola, destacando-se como uma das primeiras medidas a definição do uniforme a ser utilizado pelos alunos do Ginásio e da Escola Normal. Por meio do Edital, publicado no O Acre – Órgão Oficial, de 24 de junho de 1934 foi estabelecido: Para as alunas da Escola Normal: a) blusa de estamine branco com gola da mesma fazenda¹¹, conforme modelo adotado para o Ginásio; b) saia de tricoline azul marinho, conforme modelo adotada para o Ginásio; c) gravata de laço comprido de tricoline azul marinho, conforme modelo adotado para o Ginásio; d) boina de lá azul marinho; e) sapatos de cor preta, meio salto; f) meias de cor preta. Para o Ginásio Acreano era utilizado o mesmo modelo, alterando as cores, que eram o branco para blusa, caqui amarelo para as saias, gravatas e boinas, e meia cor creme. Os sapatos podendo ser preto, como na Escola Normal. O uniforme, nesse contexto era algo extremamente importante, sendo considerando o espelho da escola. Pais, alunos e a própria instituição prezavam de tal maneira pelo cuidado com cada detalhe, o que em época de desfiles, atividades cívicas ou festas escolares eram devidamente observados e admirados pela exibição impecável. A foto abaixo evidencia bem esses aspectos:

Figura 03 - Normalistas acreanas. Década de 40



Fonte: Acervo: CDIH Acervo Digital: Deptº de Patrimônio Histórico e Cultural - FEM

¹¹ Fazenda era a palavra usada para nomear tecido.

A primeira turma contou com um total de sessenta e nove alunos matriculados, contando apenas com a presença de cinco homens, conforme relação abaixo.

Quadro 05 – Relação dos alunos matriculados na primeira turma (1934)

Aldo Moreira Maia	Diorice d Vasconcelos Lins	Maria Guiomar Alves de Melo
Alexandre Silva	Djanira Bezerra de Freitas	Maria Antonieta Nogueira Linhares
José Safa Filho	Eulália Loureiro de Oliveira	Maria Miracel de Souza Batista
Manoel Freire Brasil	Euricleia Nogueira Linhares	Maria Abigail de Menezes
Raimundo Eustáquio Moura	Elza Bezerra de Brito Baima	Maria Argentina Cruz
Arlete Leitão Araujo	Eunice Maria Gonçalves da Silva	Maria Amelia Rodrigues
Aurea Martins da Costa	Fatima Farhat	Maria do Carmo Neves Barbosa
Armenia d'Oliveira Conde	FrancinaDionizia de Melo	Maria Estêla Feitosa
Amelia Vieira da Silva	Francisca Zelia Albuquerque	Maria do Carmo Tavares
Adelia de Lima Vieira	Hilda Menezes Duarte	Maria da Conceição da Costa
Maria AlaideHerminia do Nascimento	Herminia Jovita de Oliveira	Maria Eligênia da Silveira Pessôa
Argentina Pereira Feitosa	Hormezinda Magalhães Brandão	Maria da Luz Cabral
Almira Barbosa Bendaham	Heloísa Peres Mourão	Minervina Monteiro
Abell Alves Coelho	Iliada Campos Silva	Noemi de Souza Vasconcelos
Belkiiss de Abreu Rebêlo	Iolanda Dourado Leitão	Nilce do Pinto Leite
Basilia Silveira	Ismenia Freire Brasil	Nanci Brasil
Corina Cravo de Ferreira da Silva	Irene Tocantis Frota	Olivia Leite de Araújo
Clarisse de Sousa Batista	Jener Maciel de Lemos	Otilia de Souza Batista
Cândida Caldas do Lago	Juraci de Vasconcelos Fernandes	Odilia Rodrigues de Albuquerque
Creusa Moreira Maia	Joanita Barro-o da Cruz	Rosalina de Souza Silveira
Celisa Moreira Maia	Leonor Rodrigues de Sena	Raquel Haila Queiroz
Cesarina de Pontes Machado	Maria Eugênia de Abreu Rebelo	Sizinia Costa Feitosa
Carlota D'Anzicourt Fernandes	Maria Carlos	Zilda Neves Barbosa

Fonte:Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 243, de 16 de setembro de 1934, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Tratava-se de quantidade até elevada, tendo em vista que não havia outra opção de continuidade dos estudos, além do Ginásio Acreano, que contou naquele momento, com 35 (trinta e cinco) alunos matriculados, sendo 18 do sexo masculino e 27 do sexo feminino. Importante destacar a procura quase igual entre ambos os

sexos para o Ginásio, o que não se verificou com a procura dos alunos para a Escola Normal.

Em termos de caracterização social, os alunos matriculados no curso normal eram de todas as classes sociais, ainda que havendo a exigência de pagamento no valor 64\$000 (sessenta e quatro réis) referente a imposto e taxas sobre a admissão e ensino, além do selo federal, que como já visto eram repassados aos professores. Muitos alunos, ao término dos estudos foram contratados como professores, permanecendo atuando junto a Escola Normal, outros foram para o interior, outros assumiram cadeiras no ensino primário e outros deram continuidade aos estudos em outros estados, buscando uma complementação na área do ensino.

Em 22 de agosto de 1934, foi expedido um novo Regulamento da Instrução pública no Território, aprovado pelo Decreto 94 A, da mesma data, assinado pelo Interventor Federal Francisco de Paula de Assis de Vasconcelos e por Francisco d'Oliveira Conde, Secretário Geral do Governo, o qual organizou o ensino no Território: ensino pré-primário, ensino primário, ensino secundário, ensino normal e ensino técnico-profissional, copilando o que já havia de normatização para cada uma das modalidades. Quanto ao ensino normal, foi disciplinado no Capítulo V e trouxe como preceitos a definição do currículo do ensino normal composto pelas seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, História da Civilização, Geografia, Geometria e Desenho, Ciências Físicas e Naturais, Aritmética e Álgebra, Música (canto orfeônico), Noções de Literatura Nacional, Trabalhos de agulhas, Educação Doméstica, Lógica, Educação Moral e Cívica, Pedagogia e Psicologia educacional.

No que refere às orientações de natureza didático-pedagógicas, as disciplinas, conforme o regulamento, obedeceriam a uma sequência didático-analítica, elaborado pelo professor, observando o disposto no regulamento, a posterior, sob a apreciação da Congregação e aprovação da Diretoria de Educação essa organização seria apreciada.

Em 1936, no Relatório da Administração Territorial, tendo como Interventor Federal senhor Manoel Martiniano Prado traz como uma das preocupações a situação do Curso Ginasial e, por conseguinte, do Curso Normal. Considerando a necessidade de organização do espaço, buscando uma estrutura mais adequada para instalação do Ginásio e da Escola Normal, para que desta forma fosse possível a oficialização por meio do Ministério da Educação, o que garantiria o recebimento

de recurso federal, nesse sentido, o Interventor Federal enviou ofício ao Ministério da Educação, solicitando orientações quanto as normas estabelecidas para construção de prédios escolares. Conforme publicado no Jornal o Acre, n. 335, de 28 de junho de 1936, foi dada a seguinte resposta:

Respondendo o telegramma de vossencia tenho a honra de informá-lo o seguinte – o edificio destinado a instalação de estabelecimento oficializado deve possuir cinco salas retangulares medindo, no mínimo, 25 metros quadrados cada uma, um laboratório com área mínima de 50 metros quadrados, além de salas especiais para auditório, biblioteca, professores, administração do Gynnasio, com área livre e cobertura medindo 200 metros quadrados. Edifício sem elevador, deve ter no máximo 3 pavimentos, escada na largura mínima de metro e meio, caixa d'água, bebedouros automáticos, lavatórios, mictórios, badets, water closets, pinturas de cores claras não brilhantes e janelas dispostas de maneira que a luz entre pela esquerda, caso a iluminação seja unilateral. Saudações cordiais – Carlos Drumond, director do gabinete do Ministro da Educação. (Fonte:Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 335, de 28 de junho de 1936, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Recebida a devida orientação, naquele momento nada foi feito. A construção do prédio próprio para a Escola Normal foi iniciada somente no Governo de Guiomar dos Santos (1946), sendo que o Ginásio Acreano permaneceu por muito tempo no prédio onde inicialmente fora instalado.

Durante quase quatro anos as instituições conseguiram se manter, porém, devido a algumas dificuldades, conforme publicado no Jornal O Acre, numa espécie de histórico acerca das instituições, foi possível compreender melhor os motivos:

Eis porém, que, em fins de 1937, depois do advento do Estado Novo, com a lei proibitiva das acumulações remuneradas, por parte de funcionários públicos, o Ginásio Acreano (incluindo a Escola Normal) sofre sua primeira grande crise, que seria um colapso na vida do estabelecimento. Sem professores, carecido de docentes, que, de sua quase totalidade, eram buscado na seara do funcionalismo intelectual – pelo ano de 1938 teve o Ginásio de cerrar suas portas, suspendendo aulas. Todavia, obtinha uma grande vitória. Por portaria do Sr. Ministro da Educação, foram considerado válidos todos os atos escolares processados até então, autorizada a transferência de estudantes ginasiais para outros estabelecimentos congêneres. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 703, de 18 de julho de 1943, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

O fechamento dos estabelecimentos durou apenas um ano, retornando em 1939, numa situação quase de instituições particulares, tendo em vista que as despesas eram custeadas por um grupo de intelectuais, que, por meio da fundação da Associação Acreana de Educação¹², manteve a instituição pelo período de quase quatro anos (GINELLI, 2008). Somente em 1939, após a sua reabertura, realizou-se a formatura da primeira turma da Escola Normal, que havia começado com 69 alunos matriculados e talvez por conta dessa imprecisão, acabou formando apenas 07 alunos professores.

2.2 - Décadas de 40 e 50: um divisor de águas para a Escola Normal de Rio Branco

Em 1943, sob a administração do coronel Luis Silvestre Gomes Coelho, a Escola voltou para a responsabilidade do Governo do Território. Para tanto foi criado novo Regulamento da Escola Normal e por meio do Decreto N. 104, de 25 de fevereiro de 1943 o nome da Escola Normal foi alterado para Escola Normal "Lourenço Filho". O novo regulamento, diferente do anterior é muito mais amplo, dispõe de novas normas e organização. Em relação a administração, ampliou o número de funcionários, criando os cargos de Secretário, Escriturário-Bibliotecário e Jardineiro. Incluiu as disciplinas de Prática de Ensino, Higiene e Biologia, Agricultura e Economia Rural, Cooperativismo, Trabalhos industriais e Educação Física.

Fato que merece destaque neste regulamento é o Capítulo IV, que tratou dos direitos e deveres dos professores. Quanto aos direitos, estes se prendiam a questão salarial e aos demais direitos garantidos a todos os demais funcionários públicos. Em relação aos deveres, estavam relacionadas às questões docentes, como a obrigação de comparecimento à instituição, de ministrar as disciplinas para qual foi nomeado, apresentar relatórios com resumo dos conteúdos ministrados durante o mês, e, talvez a mais exageradas das obrigações, atender e cumprir as ordens do Diretor da Escola. Nota-se que havia um forte controle administrativo sobre o trabalho dos professores. Outro aspecto relevante é o que tratava das possíveis ações dos professores que seriam consideradas como faltas, as quais me deterei a examiná-las de forma mais detalhada:

¹² Entidade mantenedora do Ginásio Acreano e Escola Normal, responsável pela administração das instituições Escola normal e Ginásio Acreano, formada pelos mesmos membros da sociedade, considerados os intelectuais da época, que abriram o Ginásio em 1933. (GINELLI, 2008, p. 244)

Art. 11 – São consideradas faltas dos professores:

- a) Não obedecer as determinações do Diretor da Escola;
- b) Deixar de lecionar fielmente o programa traçado para sua disciplina e aprovado pela Diretoria antes do início do período letivo;
- c) Ausentar-se do estabelecimento por mais de três dias, sem causa justificada;
- d) Servir-se da cátedra ou da função para propaganda de ideias subversivas ou credos políticos contrários ao regime;
- e) Proceder indecorosamente no recinto da Escola, ou fora dele;
- f) Dirigir, sob qualquer motivo injúrias verbais ou escritas ao Diretor ou qualquer dos professores ou funcionários da Escola.

Art.12 – As faltas constantes das letras a, b e c, do artigo anterior, serão punidas com a censura verbal ou por escrito do Diretor e, na reincidência, com censura em Congregação. A falta prevista na letra d, será unida de acordo com a lei da Segurança Nacional. As faltas previstas nas letras “e” e “f” serão punidas com afastamento as funções por seis meses e, na reincidência, com demissão. (TERRITÓRIO DO ACRE. Decreto 104, de 25 de fevereiro de 1943. Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 684 de 07 de março de 1943, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Não há menção quanto aos aspectos didáticos e orientação pedagógica que seguiam. Existia, sim, de maneira bem explícita, a preocupação com o controle em relação às ações dos professores, do seu comportamento enquanto docente e principalmente, como cidadão moral e cívico. É notório que havia uma preocupação com uma possível propagação de ideias contrárias ao governo ou um possível levante contra a situação do país, aspectos altamente controlados. Nesse período, Getúlio Vargas assumiu novamente o poder, no entanto por meio de um golpe, o que provocou uma mudança na sua forma de governar, agora de caráter autoritário, ditatorial e controladora (PALMA FILHO, 2005).

Outro aspecto que confirma a necessidade de ajustes com os ditames do governo federal foi à inclusão de disciplinas voltadas para o estudo de Agricultura e Economia Rural, Cooperativismo, Trabalhos industriais e Educação Física. Se novamente buscar relacionar os fatos ao contexto nacional, será possível verificar o forte elo que determinavam as tomadas de decisão no Território: momento da Segunda Guerra Mundial, o Brasil apoiando os Estados Unidos, o avanço da industrialização e do modo de vida capitalista, bem como os processos de urbanização das cidades brasileiras. Desta forma, a escolarização foi considerada, pelos administradores, uma estratégia eficaz na tão propalada modernização da sociedade brasileira e constituição de um projeto de nação.

Ao promover a regulamentação do ensino normal no Acre, estava-se disseminando seus propósitos não apenas aos alunos e professores, mas a partir destes, espalhavam sua ideologia. Trabalhar com agricultura, economia rural, cooperativismo, serviria para os futuros professores? Para eles, em termos de exercício profissional, quase nada, mas para aqueles que eles iriam ministrar, teria seu significado. Naquele momento os professores serviam como transmissores dos propósitos do Estado, objetivando a manutenção do regime político imposto.

Em 1944 foi nomeada para a Diretoria da Escola Normal Ruth Pinheiro Borges, mantendo as mesmas exigências dos editais anteriores quanto à inscrição de alunos para a escola. Na Edição do Jornal O Acre, n. 755, de 16 de julho de 1944, foi realizada a nomeação de alguns professores e trouxe a notícia da sessão solene de inauguração e posse do corpo docente da Escola Normal Lourenço filho.

Quadro 06 – Nomeações de alguns professores e técnicos para a Escola Normal

NOME	CADEIRA
Maria Ceilde Novais Neves	Desenho e Caligrafia
Alberto Salignas de Sousa	Educação Cívica e Sociologia
Ruth Pinheiro Borges	Metodologia e Práticas de Ensino
Helena D'Anzicourt Ribeiro	Música e Canto Orfeônico
Bemvindo Barroso Cordeiro Ribeiro ¹³	Trabalhos manuais e economia doméstica
Helena Martins Rodrigues de Macedo	Secretaria da Escola Normal

Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, de 16 de julho de 1944, n. 755, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A outra metade da década de 40, precisamente a partir de 1946, de fato, representou um momento de grande mudança no contexto nacional. Assumia a Presidência o Marechal Eurico Gaspar Dutra, por meio de eleições. Sendo nomeado para governar o Território Acreano, o Coronel José Guiomar dos Santos.

Sob essa nova conjuntura, a área da educação no Território passou por muitas transformações, houve a criação de novos municípios, aumento de número de escolas e de matrículas. Conforme Ginelli (2008)

Quanto a matrícula, que em 1946 contava com 5.829 alunos, com uma frequência de 3.600, dos quais foram aprovados só 2.185, em 1949, apesar de um ano de doenças infantis, a matrícula do primário foi de 8.261 alunos com uma frequência média de 5.413 e um

¹³ O jornal por erro de impressão assinalou o nome da professora como se fosse um homem, no entanto, através de documentos localizados junto a Secretaria de Educação, onde constava a assinatura da professora, verificou-se tratar de uma mulher.

aproveitamento geral de 2,957 promoções. Foi certamente uma melhoria expressiva em tão curte espaço de tempo. (GINELLI, 2008, vol. 2, p. 142)

Nesse governo, tendo Maria Angélica de Castro a frente da Diretoria de Educação, deu-se um incremento na abertura de escolas e na construção de novos prédios escolares. Uma dessas obras foi o Terceiro Grupo Escolar instalado em Rio Branco, denominado de Grupo Escolar Presidente Dutra, localizado onde atualmente se situa a Praça da Biblioteca, ao lado da Biblioteca Pública, no centro da cidade. Por ocasião da Instalação da Escola Normal em seu prédio próprio, a partir de 1961, esta unidade de ensino ficou sendo utilizada para realização de acompanhamento e práticas dos alunos-professores.

Figura 04 - Grupo Escolar Presidente Dutra, localizado na Avenida Getúlio Vargas (Junho de 1947).



Fonte: Acervo: CDIH, Acervo Digital: Deptº de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM

É possível verificar o aumento do número de escolas em relação à década de 30, que naquele momento contava com 111 escolas, alcançando no Governo de Guiomard Santos, o número de 178 escolas espalhadas em todo o Território. Importante frisar que ainda constava nas estatísticas, informações referentes ao internato da Escola normal, como obra em construção. Não se pode deixar de pontuar a parceria do INEP na construção dessa unidade de ensino, através de liberação de recurso. Aspecto igualmente importante é que com a construção e

início das obras de grupos escolares e escolas infantis, o Governo de Guimard Santos, alcançava todas as idades e todos os níveis de ensino. A situação demonstra o grande avanço no que se refere ao sistema de ensino do Acre. Tal ênfase nas questões educacionais, fez com que o Governo de Guimard Santos fosse assim considerado por Ginelli (2008) como:

Um governo tenazmente dinâmico, que não se desanimava nem se arrastava frente às dificuldades que esta mata amazônica apresentava, com um desafio contínuo. As pessoas que na educação, naqueles tempos, entrevistadas, descrevem Guimard Santos como um homem decidido. Uma vez convencido da necessidade de uma escola, chamava os responsáveis, dava ordem de construir na tal área. (GINELLI, 2008, p. 145)

O aumento nas obras e principalmente construções de prédios em alvenaria, representavam bem o momento político vivido no Território. Sobre esta situação Barbosa Sobrinho (2014), se expressa nesses termos:

É nesse sentido que os prédios em alvenaria na década de 40 vão surgindo na cidade como espaço de orem, como símbolos de modernidade, uma espécie de monumento que simbolizava um novo tempo que começava no Território do Acre, expressão do ideário sociopolítico da República recém-instalada. Não que não houvesse prédios em alvenaria nos governos anteriores ao seu, mas foi durante o governo de Guimard dos Santos que este número cresceu de forma significativa. (BARBOSA SOBRINHO, 2014, p.28)

Quadro 07 – Números de escolas construídas e em construção no período 46/50 no Governo de José Guimard Santos:

Município	Escolas		Grupos Escolares		Escola Infantil	
	Construídas	Em construção	Construídas	Em construção	Construídas	Em construção
Rio Branco	15	-	02	-	01	-
Brasiléia	06	-	01	-	-	-
Cruzeiro do Sul	07	02	01	-	-	-
Feijó	04	01	01	-	-	-
Sena Madureira	05	01	01	-	-	-
Tarauacá	06	-	01	-	-	-
Xapuri	05	02	01	-	-	-
Total	48	06	08	-	01	-

Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, 03 de dezembro de 1950, n.1003, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Ainda nesta década foi criado, em substituição ao Órgão Geral da Instrução Pública (1920), o Departamento de Educação e Cultura, que, para além das responsabilidades já existentes, voltou-se para a reforma do ensino em si. Buscou-se uma educação fundamentada nas orientações da Escola Ativa, continuando, ainda, a realizar o acompanhamento e fiscalização das instituições escolares.

Segundo Castro (2012), não apenas no aspecto numérico de aberturas e construção de escolas, mas a gestão de Guimard dos Santos se preocupou em melhorar a qualidade do ensino como um todo. Investiu no Ginásio Acreano, na melhor formação de professores. Através de convênio entre o Governo do Território e o INEP, foi concedido bolsas a alguns professores para que pudessem participar de cursos na capital federal e em outros estados, principalmente em Minas Gerais (Castro, 2012), além disso, foi organizado cursos de férias, onde se buscava envolver não só os professores da capital, mas também do interior, para que pudessem trocar experiências, participar de oficinas e outras atividades basicamente pedagógicas. Todas essas medidas tiveram impactos na melhoria da qualidade de ensino do Território, sendo até mesmo elogiado e considerado com um dos melhores do Brasil pelos inspetores enviados pelo INEP, para realizar a avaliação dos grupos escolares.

Mas ainda não estava o Território Acreano em dias com a educação. Por conta da sua condição geográfica, com uma população prioritariamente rural e com a existência de seringais, ainda havia muito que ser feito.

Em 1947, o governador iniciou o procedimento necessário para solicitar ao INEP a autorização de funcionamento da Escola Normal Lourenço Filho de Rio Branco. Situação que vinha se consolidando no país, tendo em vista que nesse período estava ocorrendo a ampliação dos cursos normais, voltados para formação de professores para atuarem nas escolas primárias. Não só a expansão desses cursos como também a criação dos Institutos de Educação, legado do governo anterior. (PALMA FILHO, 2005, p. 11-13)

Através de ofício encaminhado pelo Governador do Território Guimard dos Santos ao Ministério da Educação, que após seu recebimento formalizou o Processo sob o número - Processo 888/47, encaminhado ao INEP, para que fosse realizada uma visita in loco para fins de emissão de parecer. Como justificativa, o então

Governador se respaldou no Decreto-Lei nº 8530, de 02 de janeiro de 1946, mais precisamente no Art. 44:

Os estabelecimentos de ensino normal subordinados à administração dos Territórios não poderão funcionar validamente sem prévia autorização do Ministério da Educação e Saúde. (BRASIL. Decreto-Lei nº 8530, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 04 de janeiro de 1946. Seção 1. P.116. Publicação original. Fonte: www.camara.leg.br/)

Com vista a reforçar e ajustar a situação deste estabelecimento de ensino junto ao INEP, o Governador, ainda no mesmo documento, destacou a existência de espaço apropriado e sua localização junto a outras instituições escolares, como Ginásio Acreano e o Grupo Escolar Sete de Setembro, com isso, atendendo aos requisitos constantes no referido decreto.

Através de um texto bastante minucioso “Escola Normal Lourenço Filho” - Histórico, foram descritos todos os aspectos concernentes a instituição, como suas instalações físicas, corpo docente e horário das aulas. No documento foram encaminhados também a relação de professores e as devidas cadeiras ocupadas.

Quadro 08 – Relação nominal de professores e suas respectivas cadeiras (1944), constante no documento que solicita o reconhecimento da Escola Normal

Primeira série		
PROFESSOR	DISCIPLINA	FORMAÇÃO
Miguel Jerônimo Ferrante	Português	Bacharel em Direito
Gerardo Parente Soares	Matemática	Cirurgião Dentista e Agrimensor
Maria Angelica de Castro	Psicologia Educacional	Curso de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte/MG
Maria Luluz de Souza	Metodologia do Ensino Primário	Curso de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte/MG
Wolithz de Araújo França	Biologia Educacional	Curso Secundário de Assistência e de Orientação a Atividades
Maria Ceilde Novaes Neves	Desenho e Artes Aplicadas	Curso Secundário
Benvinda Barroso Cordeiro Ribeiro	Desenho e Artes Aplicadas	Curso Primário
Ellen Guedes de Paiva Melo	Educação Física (recreação e jogos)	Curso da Escola Nacional de Educação Física
Selva Leite Sobreira	Música e Canto Orfeônico	Curso Normal

Segunda série

PROFESSOR	DISCIPLINA	FORMAÇÃO
Miguel Jerônimo Ferrante	Português Fundamentos Sociais da Educação Psicologia	Bacharel em Direito
Maria Luluz de Souza	Metodologia do Ensino Primário Prática do Ensino	Curso de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte/MG
Wolithz de Araújo França	Puericultura e Educação Sanitária	Curso Secundário de Assistência e de Orientação a Atividades
Maria Ceilde Novaes Neves	Desenho e Artes Aplicadas	Curso Secundário
Benvinda Barroso Cordeiro Ribeiro	Desenho e Artes Aplicadas	Curso Primário
Ellen Guedes de Paiva e Melo	Educação Física (recreação e jogos)	Curso da Escola Nacional de Educação Física
Selva Leite Sobreira	Música e Canto orfeônico	Curso Normal

Fonte: Arquivo pessoal da Prof.^a Dra. Elizabeth Miranda de Lima, informação extraída do documento “Histórico da Escolar Normal”.

Importante destacar que nesse momento, começaram a relacionar melhor a formação com a disciplina a ser ministrada, envolvendo professores com cursos na área de educação a nível nacional e principalmente os formados na Escola normal.

Como já foi mencionado, a Escola Normal Lourenço Filho, já funcionava desde 1934. No entanto, com a edição do Decreto, fazia-se necessária a autorização para que fosse oficializado e reconhecido pelo Ministério da Educação via INEP para o seu funcionamento. Outro motivo que causou a necessidade de tal autorização foi que a primeira turma estava concluindo suas atividades, e a administração escolar não sabia como faria a certificação. Conforme documento encaminhado pelo Departamento de Educação e Cultura em 02 de outubro de 1947, ao Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Lourenço Filho:

Aproximando-se o término do ano letivo, as alunas da segunda série do Curso de Formação desejam saber, e, com justa razão, se poderão receber, logo depois dos exames finais, o diploma de professor primário, informação que só esse órgão tem competência para prestar. (Fonte: Arquivo pessoal da Prof.^a Dra. Elizabeth Miranda de Lima, informação extraída do documento “Histórico da Escola Normal”)

Enquanto aguardava a autorização do MEC, por meio da Diretoria de Educação, dirigida por Maria Angélica de Castro, foi criado o Regulamento do Ensino Normal do Acre, publicado no Jornal o Acre, de 16 de março de 1947. De acordo com este ordenamento legal, ensino normal seria ministrado em dois ciclos:

o primeiro daria o curso de regente de ensino primário, com duração de quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em dois anos.

Quanto aos estabelecimentos, estes foram organizados em dois: Curso normal regional, destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo do ensino normal; e Escola Normal, destinada ao curso de segundo ciclo e ao ciclo ginásial do ensino secundário.

Importante esclarecer que, mesmo com a intenção de atender as determinações constantes na Lei Orgânica, não houve, naquele momento, a criação do Instituto de Educação, previsto na lei, e que somente ocorreu anos depois.

Quanto aos requisitos para admissão aos cursos, constavam as seguintes exigências: a) ser brasileiro; b) sanidade física e mental; c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente; d) bom comportamento social; e) habilitação nos exames de admissão; f) idade mínima de 15 anos. Este regulamento estabeleceu, ainda, a necessidade de que a Escola Normal mantivesse um grupo escolar a ele vinculado para fins de viabilização das aulas práticas, o que já estava sendo contemplado, através da realização dessas atividades junto ao Grupo Escolar Presidente Dutra.

Em comparação com a normativa anterior, de 1943, aliado ao fato de se estar vivendo um outro momento político, não se percebe mais a mão controladora e coerciva do Estado, nem dos administradores. Em dois capítulos, um intitulado “Dos programas e da Orientação Geral do Ensino”, e o outro “Da prática do ensino”, são feitas as orientações quanto ao agir do professor, suas escolhas, metodologia, as formas de avaliar o aluno enquanto aulas práticas, algo que desponta em relação a primeira regulação, a questão da prática de ensino, os alunos poderem ir para sala de aula, acompanhar, preparar aulas e praticar.

Em relatório, INEP confirma as informações apresentadas pelo Governador Guiomar Santos, encaminhando o Parecer Nº 139, de 22 de abril de 1949, reconhecendo oficialmente o funcionamento da Escola Normal Lourenço Filho. O Jornal O Acre, que sempre trazia notícias acerca da educação, publicou, de maneira bem discreta a informação da autorização de funcionamento, conforme notícia publicada:

Autorizado pelo Ministério da Educação seu funcionamento

Em despacho dato do último dia 17, o senhor Ministro da Educação e Saúde concedeu autorização preliminar, a título precário para funcionamento da Escola Normal “Lourenço Filho”, desta cidade. Essa resolução ditada, sem dúvida, pelo elevado espírito público daquela alta autoridade administrativa do país, vem de certo favorecer o setor educacional deste Território, de vez que a manutenção da Escola Lourenço Filho contribuirá para a ampliação dos quadros do magistério primário, tão necessário para o desenvolvimento da educação e do ensino da mocidade acreana. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, de 09 de maio de 1948, n. 871, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Agora devidamente autorizada para funcionar, os administradores buscaram atender a orientação quanto a escola anexa para a realização das atividades práticas por parte dos alunos. Esta instituição denominada de Colégio Menino Jesus, anexa a Escola Normal, atenderia as crianças de 5 a 7 anos, ao tempo em que serviria como espaço para aplicação das aulas práticas.

Figura 05 - Escola Infantil Menino Jesus. Inaugurada em 19 de novembro de 1949, ao fundo o Instituto Getúlio Vargas, onde funcionava a Escola Normal



Fonte: C.D.I.H, Acervo Digital: Deptº de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM

Outra providência foi a abertura de processo para a construção do prédio próprio da Escola Normal, com grandes expectativas de uma obra grandiosa e impactante. Desde o governo de Hugo Carneiro (1927-1930), já havia a promessa

de criação da escola normal, conforme divulgado no Jornal O Acre, de 15 de junho daquele ano, edição 44, quando foi realizado o balanço de três anos de governo.

Pode-se assegurar ainda que estão estudadas e projectadas a criação de uma escola normal modelo; - criação do centro escolar; e a criação e uma escola profissional para menores desamparados. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, de 15 de junho de 1930, n. 44, p. 2, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

A ênfase na construção da Escola Normal e do internato para atendimento às moças do interior representava uma ação de necessidade imediata. Na edição de n. 913, de 06 de março 1949, na seção intitulada “Fatos Escolares”, narra o baixo número de interessados no curso normal, justificando tal situação, pela falta de internato para receber os alunos do interior e o interesse por cursos científicos, considerando emergente a realização de discussão na Assembleia, no sentido de nivelar o curso normal a outros cursos técnicos. Por esse motivo, o Governador Guiomard Santos decidiu por organizar uma casa para abrigar as moças interessadas em estudar na Escola Normal. O Jornal O Acre, de 28 de dezembro de 1947, trouxe a notícia da decisão do Governador:

Compreendendo ser difícil aos pais mandar os filhos estudarem em Rio Branco, onde não encontram um internato, preocupa-se o Governo com a organização de uma casa que possa receber pelo menos 20 alunas dos municípios, até que se possa construir o edifício em projeto, para internato da Escola Normal. A casa em organização ficará a cargo de religiosas e começará a funcionar em março próximo, recebendo moças que já tenha feito o curso ginásial, como bolsistas do Território, na proposição de duas para cada município e alunas para o próprio ginásio. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, de 28 de junho de 1947, n. 852, p.01, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Essa atitude do Governador foi bem recebida pela comunidade interiorana, que, atendendo e compreendendo a importância, encaminhou conforme orientado, suas moças para a capital a fim de frequentar a Escola Normal. Essa atitude como já dito era para aumentar o número de matrículas na escola Normal e também proporcionar um melhor preparo para o professorado do interior, no entanto, não havia o retorno total das formadas para sua cidade, muitas já permaneciam na capital, arrumavam emprego e constituíam família.

Para acelerar a construção do prédio próprio da Escola Normal e do internato, foi assinado um Termo de Acordo Especial entre o Ministério da Educação e Saúde e o Território do Acre para fins de repasse de recursos para execução do plano. Tal acordo garantia o pagamento de duas parcelas no valor de Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros) por meio do Ministério da Educação e Saúde.

Após o pedido de exoneração do Governador Guiomard dos Santos, datado de 30 de junho de 1950 (publicado no jornal O Acre, de 02 de julho de 1950), foi nomeado para o cargo o Ten. Cel. Raimundo Pinheiro Filho, que antes de cumprir seu primeiro semestre de Governo, publicou o Decreto N. 55, de 09 de novembro de 1950, aprovando o Regulamento do Ensino Normal do Território, revogando as disposições em contrário. Como já dito, a cada governo, uma nova regulamentação educacional, às vezes com poucas alterações, mas servindo aos propósitos do governante, de marcar o novo momento, deixando seu nome na história.

Em termos configuração da educação, o novo regulamento instituiu a educação pré-primária, alterou a nomenclatura do curso normal, dando o seguinte formato: o primeiro voltado à formação de regentes do ensino primário, a ser ministrado em três anos e o segundo, o curso de formação de professores primários, em quatro anos.

Quanto aos requisitos para o ingresso dos alunos, permaneceram as mesmas exigências ou requisitos para inscrição no curso normal do Decreto 40/47, sendo alteradas somente em 1952, ficando da seguinte forma: certificado de conclusão do curso ginásial ou de escola normal regional; certidão de idade; prova de sanidade constituída por atestado médico; certificado de vacinação antivariólica recente.

Nota-se que a exigência da idade e da vacina era requisitos imprescindíveis, tendo em vista que idade máxima era de 25 anos e a mínima de 15 anos. Em relação a vacina, fazia-se necessária coibir a proliferação da doença, sendo que a obrigatoriedade, exigia as pessoas a manter-se sempre com as vacinas em dias. Trata-se de uma tentativa de controle.

Outro aspecto desse decreto que suscitou debate é o capítulo que trata das proibições ao professor. O Art. 77 normatiza: “é vedado ao professor prevalecer do cargo para propaganda política partidária ou propaganda antinacional, contra a ordem pública e os bons costumes;” (Jornal O Acre, de 07 de janeiro de 1951).

Essa imposição pode ser explicada pelo contexto político daquele momento. O Acre, ainda na condição de Território, administrado por governadores nomeados pelo Presidente da República, acompanhava o movimento político de âmbito nacional, tendo os partidos políticos com filiados e apoiadores no Território, até porque, a população local já participava do processo eleitoral para a escolha de Presidente, Senador e Deputado Federal.

Por conta de eleição do Presidente Getúlio Vargas (1951-1954), o Ten. Coronel Raimundo Pinheiro Filho é destituído do cargo de governador do Território, após menos um ano de governo, sendo nomeado Ten. Cel. Amilcar Dutra de Menezes. Foi novamente uma verdadeira enxurrada de exonerações e nomeações, nada permanecia igual.

No âmbito da Escola Normal, foi designado para o cargo de Diretor, o Dr. Miguel Jerônimo Ferrante. Para o cargo de Diretor de Educação e Cultura, em substituição a Maria Angélica de Castro, que já estava a frente desta diretoria havia mais de cinco anos, foi nomeado Dr. Emyl Flygare. Neste curto período de cinco anos, o Acre passou por quatro governos, o que justifica as poucas alterações no âmbito educacional, a não ser no que se refere à troca dos administradores.

Outro fato importante para a sociedade naquele momento e que acabou por refletir na Escola Normal foi a criação da Escola Técnica de Comércio Acre – ETCA, que veio a atender a demanda por cursos noturnos e por formação técnica. Nesta escola eram oferecidos os cursos de Técnico em Contabilidade e Auxiliar de Escritório. Nesse período, o Acre então passou a ofertar como formação profissional além da formação de professores normalistas, os cursos de formação técnica. O Curso funcionava também do Instituto Getúlio Vargas, no período da noite.

A abertura desses cursos, não representou algo positivo para a Escola Normal. Durante a década de 50, houve um número muito pequeno de formados. Em alguns anos, como o de 1955, a escola formou apenas oito professores. Dois motivos podem ser considerados relevantes: o primeiro, é que a procura pelo curso caiu drasticamente, graças a outras oportunidades que surgiram, como cursos técnicos. O outro motivo refere-se à questão da reprovação.

O Jornal O Acre de 05 de dezembro de 1954, trouxe em página cheia, a notícia dos professores diplomados naquele ano. Mesmo com todo entusiasmo da notícia, somente oito alunos concluíram o curso. Um número intrigante, tendo em

vista que a publicação dos resultados dos exames finais de 1952, (notícia publicada no Jornal O Acre, de 24 de janeiro de 1953), esta turma iniciou com 20 alunos. Ou seja, no decorrer dos três anos de curso, muitos foram reprovando, outros desistiram do curso, restando para a formatura o número inexpressivo já informado.

Tratando ainda sobre a construção do prédio da Escola Normal, não foi possível localizar a planta da Escola, mas através do Jornal O Acre, de 30 de maio de 1959, ed. 1398, foi possível compreender melhor a arquitetura e organização do prédio que estava sendo construído, estando em processo de acabamento. O primeiro andar era composto pelo Pavilhão Refeitório (localizado do lado direito) e Pavilhão Central. Em relação ao Pavilhão do Refeitório, o jornal apresentou as seguintes características: com área de 215 metros quadrados, composto por salão de refeições, salas para copas, “passendaria”¹⁴, lavandaria, frigorífico, depósitos, cozinha, etc. Em relação ao Pavilhão Central, este seria composto por um dormitório, com capacidade para mais de 20 leitos, onze peças na instalação sanitária, salas para serviços médico e dentário, secretaria, diretoria e sala de espera, sala de espera geral, portaria, sala dos professores, sanitário menor, salas de arquivo e material didático.

O que se pode definir é que a Escola Normal passou por um momento de grandes modificações, de organização e de valorização, mesmo não estando ainda em seu prédio próprio, a Escola Normal, e não só ela, mas todo o complexo educacional do Território Acreano teve seu lugar de destaque no que se refere ao valor dado pelos administradores. É notável também, que o contexto político, principalmente a partir de 1950, não favoreceu tanto a Escola Normal, devido às constantes mudanças na administração do Território, corroborando também, a implantação da Escola Técnica de Comércio. Era os altos e baixos da Escola Normal mais uma vez se manifestando.

2.3 - A Escola normal na década de 60: novas instalações e sob um novo regime de governo

De fato, a década de 60 foi marcante para o Acre e para os acreanos, tanto em relação à educação, como na política. Em 1961, no Governo do Cel. Manoel

¹⁴ Passendaria seria o lugar onde eram passadas as roupas.

Fontenele de Castro, houve a entrega total¹⁵ do prédio da Escola Normal Lourenço Filho, obra que vinha sendo construída desde o governo de Guiomard dos Santos, considerada para época monumental, com capacidade de atender até 1500 alunos e com a possibilidade de internato, anseio dos jovens do interior que sonhavam em vir estudar na capital.

Em relação a imponência do prédio e a necessidade de ser algo tão grandioso para a região, estão relacionados ao contexto político e social. A obra não era somente de uma escola, mas uma escola que vinha de uma trajetória de respeito e de respaldo, se fazia necessário, imprimir isso na estrutura física de suas instalações. De acordo com Bufa (2007):

Pelo que acabamos de afirmar, é possível depreender de uma outra idéia diretriz que nos orienta e que diz respeito às relações entre sociedade e educação. Ainda que essas relações não seja mecânicas, é preciso lembrar que é a sociedade que produz a escola e, portanto, a escola tem as feições que a sociedade lhe imprime. Isso pode ser percebido de várias formas. No que diz respeito ao projeto e construção de escolas, cabe verificar se há uma política explícita para tal. (BUFFA, 2007, p. 157)

Esse período marca a trajetória da Escola Normal em vários aspectos: houve a separação do Ginásio (que permaneceu funcionando no Instituto Getúlio Vargas), suas instalações (consideradas o mais moderno para época), a possibilidade de garantia que jovens do interior viessem para capital, tendo condições de se alojar e estudar, o que representava uma grande conquista para a sociedade acreana. Todos, os alunos, funcionários técnicos, administradores e professores eram bem vistos pela sociedade; a comunidade escolar participava dos eventos cívicos, com grande destaque, as cerimônias de formatura eram esperadas e prestigiadas por muitos.

No entanto, todo esse respaldo conquistado pela escola foi se perdendo de acordo com os novos rumos da sociedade e principalmente conforme as regulações da política educacional.

¹⁵ A cada pavilhão concluído havia a entrega e esses espaços já iam sendo ocupados, com instalação de salas e aulas e até mesmo a própria administração da Diretoria de Educação e Cultura foi alojada nesse espaço.

Figura 06 - Praça Rodrigues Alves, do lado direito, Escola Normal Lourenço Filho e ao lado Grupo Escolar Presidente Dutra.



Fonte: <http://bpeac.blogspot.com/p/historico.html>

No tocante a questão política nesta década, precisamente em 1962, após muita luta por parte daqueles que defendiam a necessidade de federalização do território, considerando que isso garantiria muito mais conquistas para o povo acreano, como a própria instalação de cursos superiores, autonomia para escolha de governadores e prefeitos, aumento no número de deputados federais e inclusão de vagas para senadores. Um movimento iniciado ainda na década de 50, por um grupo formado principalmente por políticos que reivindicavam a autonomia política do Território, e que ficou conhecido como Movimento Autonomista, contribuiu para que em 15 de junho de 1962, fosse assinada pelo então Presidente João Belchior Marques Goulart a Lei 4070, que transformava o Território do Acre em Estado. Isso significou muito para o Acre, no entanto representou muito mais para os políticos que conforme Farias (1996)

Além dos cargos eletivos, haveria o aumento de cargos burocráticos com a criação de diversas Secretarias de Estado e Órgãos Federais, onde seria possível acomodar os amigos derrotados nos pleitos eletivos, desta forma recompensando-os pelos serviços prestados ao líder. Nestes casos, a escolha de pessoas para exercer funções públicas fazia-se muito mais de acordo com a confiança que o possível candidato merecia e muito menos de acordo com suas qualidades profissionais. (FARIAS, 1996, p.47)

Essa agitação no cenário político, ocasionando a eleição do primeiro governador por meio do voto popular, acabou deixando a educação um pouco esquecida, focalizando as forças do governo para essa nova organização do Estado, priorizando outras áreas como a política e economia.

2.4 - O currículo da Escola Normal Lourenço Filho: uma análise a partir dos decretos

Nesta seção, buscarei analisar as alterações no campo curricular da Escola Normal a partir de quatro decretos expedido pelos Governos do Território no período compreendido entre 1934 a 1950. A intenção é acompanhar a trajetória de continuidades e mudanças do currículo da Escola Normal. Apresentarei dois quadros, cada um contendo dois decretos para que fique mais viável a análise e compreensão.

Quadro 09 – Distribuição das Disciplinas – Primeiros Decretos

DECRETO Nº 41/1934		DECRETO Nº 104/1943	
Curso de formação de estagiárias para alfabetização (Dois anos/séries)	Formação de professores do ensino primário (Dois anos/séries)	Curso preparatório/propedêutico (Dois anos/série)	Curso Especial/Técnico (Dois anos/série)
Português, Francês, Inglês, História da Civilização, Geografia, Geometria e Desenho, Ciências Físicas e Naturais, Aritmética e Álgebra, Música (canto orfeônico), Caligrafia, Noções de Literatura Nacional, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, Corografia, Educação Moral e Cívica, Noções de Pedagogia e Psicologia infantil.	-	Podia ser substituído pelo 1º Ciclo Ginásial	Constituído de 1ª e 2ª série com as seguintes disciplinas: Pedagogia, Metodologia e Prática de Ensino, Psicologia, Higiene e Biologia Educação Moral e Cívica, Sociologia Agricultura e Noções de Economia Rural e Cooperativismo, Desenho e Caligrafia, Música e Canto Orfeônico, Trabalhos manuais, rurais, Industriais e domésticos, Educação Física.

Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 215, de 11 de fevereiro de 1934, e de 07 de março de 1943, n. 684, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

É possível inferir que, de um decreto para outro, com quase uma década transcorrida entre ambos, houve alteração na estrutura curricular do curso. O Decreto de 1934 foi pensado e elaborado rapidamente, no sentido de dar início ao funcionamento do curso. Organizado em dois tipos, um primeiro com duração de

dois anos e séries, voltados para formação de estagiárias de alfabetização. O segundo tipo, com duração de mais dois anos e séries, voltou a separar a formação de professores do ensino primário.

No entanto, o Decreto não apresentou a distribuição das disciplinas conforme a organização dos cursos, sendo que o critério para o segundo curso, que tornaria os alunos, de fato, professores primários, não se vê como seria a organização curricular. Outro elemento ausente no Decreto de 34, diz respeito a orientação pedagógica e metodológica, ficando muito centrada na organização administrativa.

Quanto ao currículo, este muito simples e com pouca ênfase na formação didática. Com apenas a disciplina Noções de Pedagogia e Psicologia infantil, ministrada por Valmiki Ramaiana de Chevalier, médico amazonense, Diretor de Higiene e Saúde Pública, que pela própria formação não detinha muito conhecimento na área de ensino. No entanto, como já foi observado anteriormente, os Interventores Federais eram responsáveis pelas nomeações dos professores, não levando muito em consideração sua formação, mas sim sua relação de fidelidade com o governo.

Já o Decreto de 1943, expedido pelo governador Cel. Luis Silvestre Gomes Coelho, como se vê no Quadro 4, apresentou algumas disciplinas pedagógicas, tendo na cadeira Metodologia e Práticas de Ensino Ruth Pinheiro Borges, que além de professora, respondeu pela Direção da Escola, em 1944. Importante reforçar aqui, que neste mesmo Decreto houve a alteração do nome da Escola, para “Escola Normal Lourenço Filho”. A justificativa para isso, talvez seja, que nesse período Manoel Bergström Lourenço Filho, médico, mais que isso, educador e pesquisador, despontava no cenário nacional, consolidando seu trabalho de anos de atuação na educação, seja no Ceará, no Distrito Federal, no Ministério da Educação e INEP, com elaboração de cartilhas com foco no ensino da escrita, mas também voltadas para questões didáticas, com ênfase e utilização do modelo de Escola nova.

Como se vê, nenhum dos decretos de fato trabalhou com as questões gerais da educação: o ensino, o método, a proposta pedagógica. A intenção era basicamente fixar diretrizes muito mais técnicas do que pedagógicas.

Quadro 10 – Distribuição das disciplinas – Período de 1947 a 1950

Decreto nº 40/1947	Decreto nº 55/1950
---------------------------	---------------------------

Curso normal regional	Curso de formação de professores	Curso de regentes do Ensino Primário	Curso de formação de professores primários
Primeira série: Português, Matemática, Geografia Geral, Ciências Naturais, Desenho e Caligrafia, Canto orfeônico, Trabalhos manuais e economia doméstica, Educação Física.	Primeira série: Português, Matemática, Biologia educacional (noções de anatomia, fisiologia humana e higiene, Psicologia educacional (noções de psicologia da criança e fundamentos psicológicos da educação, Metodologia do Ensino primário, Desenho e artes aplicadas, Música e Canto, Educação Física, recreação e jogos.	Primeira série: Português, Matemática, Geografia Geral, Ciências Naturais, Desenho e Caligrafia, Canto orfeônico, Trabalhos manuais e economia doméstica, Educação Física.	Primeira série: Português, Matemática, Física e Química, Anatomia e Fisiologia humanas, música e canto, desenhos e artes aplicadas, educação física, recreação e jogos.
Segunda série: Português, Matemática, Geografia Geral, Ciências Naturais, Desenho e Caligrafia, Canto orfeônico, Trabalhos manuais e economia doméstica, Educação Física.	Segunda série: Português, Psicologia educacional, Fundamentos sociais da educação, Puericultura e educação sanitária, Metodologia do ensino primário, prática de ensino, Desenhos e artes aplicadas, Música e canto, educação física, recreação e jogos.	Segunda série: Português, Matemática, Geografia do Brasil, Ciências Naturais, Desenho e Caligrafia, Canto orfeônico, Trabalhos manuais e economia doméstica, Educação Física	Segunda série: Português, matemática, Biologia educacional, Psicologia educacional, Higiene e Educação Sanitária, Metodologia do ensino primário, Desenhos e Artes aplicadas, Música, Educação Física, Recreação e jogos.
Terceira série: Português, Matemática, História Geral, Noções de anatomia e fisiologia humana, canto orfeônico, desenho, trabalhos manuais e atividades econômicas da região, Educação Física, recreação e jogos.		Terceira série: Português, Matemática, História Geral, Noções de anatomia e fisiologia humana, canto orfeônico, desenho, trabalhos manuais e atividades econômicas da região, Educação Física, recreação e jogos	Terceira série: Psicologia Educacional, Metodologia do ensino primário, Sociologia da educação, Desenho e artes aplicadas, História e Filosofia da educação, Higiene e Puericultura, Música e canto, Prática de ensino, Educação Física, Recreação e jogos.
Quarta série: Português, História do Brasil, Psicologia e Pedagogia, Didática e prática de ensino, Noções de Higiene, Desenho, Canto Orfeônico, Educação física, recreação e jogos.		Quarta série: Português, História do Brasil, Psicologia e Pedagogia, Didática e prática de ensino, noções de higiene, Desenho, Canto Orfeônico,	

		Educação física, recreação e jogos	
--	--	---------------------------------------	--

Com relação a esses dois últimos decretos, percebe-se a existência de curso com diferentes nomenclaturas para a preparação dos professores que atuariam no interior e na zona rural - Curso Normal Regional e Curso de formação de regentes do ensino primário. Quanto às disciplinas, nada foi alterado, nem tampouco a duração dos cursos. Já no que se refere ao Curso de formação de professores primários, além do aumento de uma série, houve também alteração no tocante à disposição das disciplinas pedagógicas. No primeiro decreto do Quadro 5, desde a primeira série, os alunos já estudavam voltados, de fato, para a prática docente. Já o Decreto de 1950 (Quadro 5), a preparação na prática aconteceu a partir da segunda série e perdurava até a terceira, onde fato, somente se trabalhava as disciplinas pedagógicas.

No que se refere à orientação para o ensino, para o trabalho docente mesmo, no Decreto de 1947, percebe-se nitidamente no Capítulo VI – Dos programas e da Orientação Geral do Ensino – uma certa conformidade e ou identidade com os ideais propostas pela Escola ativa, como por exemplo:

Art. 21 – os programas das disciplinas que serão simples, claros e flexíveis atenderão:

a) Adoção de processos pedagógicos ativos;

d) a prática do ensino será feita em exercícios de observação e de participação real no trabalho docente, de tal modo que nela se integrem os conhecimento teórico e técnicos de todo o curso;

Art. 25 -o professor terá o cuidado de não se limitar ao método expositivo. Assinalará aos alunos o que lhes cabe realizar: Leituras, experiências, relatórios, exposições, palestras, etc. orientando-lhes o caminho a seguir na coleta, comparação e interpretação dos fatos, auxiliando-os na organização das idéias e conclusão a respeito dos assuntos em estudo. (TERRITÓRIO DO ACRE. Decreto N. 40 de 11 de março de 1947, publicado no O Jornal O Acre, n. 811, de 23 de março de 1947, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

As propostas defendidas pela Escola ativa, ou escolanovismo¹⁶ estavam bem visíveis. Percebe-se a necessidade de se estabelecer um modelo de

¹⁶ John Dewey (1859-1952) foi um dos principais defensores dessa proposta educacional denominada Escola Ativa. Para ele a escola deveria permitir que o aluno, observasse, experenciasse e praticasse,

organização da escola e da aprendizagem segundo a qual o aluno seja considerado ativo, com liberdade de escolhas e identificação com as atividades escolares. No decreto de 1950, as mesmas orientações quanto às questões metodológicas a serem utilizadas permaneceram, havendo uma continuidade na proposta pedagógica anterior, o que me leva a considerar a década de 40, principalmente a segunda metade, como um marco no que se refere a organização da Escola Normal no Acre.

2.5 - Década de 70: Processo de encerramento das atividades da Escola Normal Lourenço Filho com advento da Lei 5692/71

Como já foi mencionado, durante 13 anos, a Escola Normal permaneceu funcionando no prédio construído para ela e atuando na formação de professores primários para o Estado. No entanto, como a sociedade acreana ainda em processo de reconstrução por conta de sua emancipação política, necessitava se afirmar com Estado, investir na educação, promover a ampliação de cursos, garantir o cumprimento das legislações vigente acerca da educação era ponto fundamental. Com a vigência da Lei 5692/71 que organizou o sistema de ensino, se fazia urgente novos rumos para o sistema de ensino acreano, incluindo aí a formação de professores.

Conforme documento intitulado “Diagnóstico e Levantamento de Necessidades para a Implantação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério – CEFAM”¹⁷, datado de novembro de 1992, onde foi realizado todo um contexto histórico acerca da formação de professores, no sentido de embasar e solidificar o pedido de criação do CEFAM, foi possível compreender o quanto a Escola Normal Lourenço Filho, por conta da Lei 5692/71 que fixava diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus, foi afetada.

A organização educacional proposta pela nova legislação veio a interferir sobremaneira na Escola Normal, não só quando propõe a criação de complexos de

sendo o papel do professor, como um facilitar/mediador. No Brasil tal proposta foi defendida por muito educadores, com eles Lourenço Filho e Anísio Teixeira.

¹⁷Os Centros de formação e Aperfeiçoamento do Magistério foi uma proposta do Ministério da Educação, em 1988. A proposta era criar centros de formação de professores para o magistério para pré-escola as primeiras quatro séries do 1º grau. Alguns estados como São Paulo abriram mais de 50 CEFAMs. O Acre, mesmo com a iniciativa de alguns educadores, mesmo com a criação da proposta não foi levado a efeito.

ensino, ou seja, um espaço onde seria oportunizado o ensino médio (2º Grau) em várias áreas, mas principalmente, ao transformar as tradicionais escolas normais em cursos de 2º grau magistério, ou seja, mais uma modalidade ou habilitação, como foi então designado. O Capítulo V, da Lei 5692/71, ao disciplinar a formação de professores para o exercício do magistério, assegurava aos professores formados pela Escola normal somente a atuação junto as quatro primeiras séries do primeiro grau, mesmo que no Capítulo VIII – Das Disposições Transitórias, ficasse permitido o exercício do magistério em nível menos elevado, desde que de fato não houvesse professores devidamente habilitados.

Diante disso, buscando atender ao que estava disposto na legislação quanto a nova estrutura do ensino, com a abrangência dos cursos que poderiam ser oferecido em nível de 2º grau, o Estado, governado por Francisco Wanderley Dantas, por meio da Secretaria de Educação criou, através do Decreto 305, de 30 de dezembro de 1974, o Complexo Escolar de Ensino Médio – CESEME. Instalado no prédio da Escola Normal. Este complexo de ensino ganhou espaço e notoriedade, de modo que a Escola normal perdeu seu sentido de ser enquanto escola, sendo reduzida a um dos cursos de 2º grau ofertados pelo novo centro educativo, o Curso de Formação de Professores de 1º grau (1ª a 4ª série).

No ano de 1975, foi criado o Curso de Administração e Secretariado e no ano de 1976, houve a implantação dos cursos de Habilitações básicas em Agropecuária, Crédito e Finanças, Eletrônica, Construção Civil e Comércio. A intenção do Governo, para além de estar em dia com a regulação educacional nacional, também visava oferecer outros cursos de formação aos jovens, de modo que estes pudessem assegurar uma formação técnica, garantindo uma habitação profissional para atender ao mercado de trabalho que estava se ampliando no Estado.

O ano de 1974 pode ser considerado como aquele que marcou o fim da Escola Normal Lourenço Filho enquanto instituição de ensino, tendo em vista a transformação do Curso Normal em uma mera modalidade ou habilitação de segundo grau, ou seja, encerram-se os anos dourados da Escola Normal, sendo reduzida a uma habilitação de segundo grau destinada a formar o professor de 1ª a 4ª série do Primeiro Grau.

Posteriormente, em 1978, já com a Escola Normal desativada, restando somente o Curso de Formação de Professores de 1º grau (1ª a 4ª série), este curso foi transferido para o prédio do Projeto Rondon, onde atualmente funciona a Escola Heloísa Mourão Marques. Conforme entrevista com a Secretária de Educação daquele ano, Maria José Bezerra Reis, para o jornal denominado O Jornal, edição 43, de 10 de abril de 1978, ela justificou a necessidade de mais espaços para instalação dos cursos de segundo grau, devido ao número expressivo de procura por matrícula. Desse modo, seria possível abrir outras turmas e atender mais interessados. Outros motivos seriam a necessidade de instalação de laboratórios na área de Química e Física e Biologia, de salas ambientes, ampliação das salas já existente, o que de fato, exigia espaço. Outra justificativa apresentada para essa situação foi a necessidade de reforma das instalações do agora CESEME. No entanto somente o curso de formação de professores foi transferido.

Através da análise das fichas individuais dos alunos, material arquivado no Instituto de Educação Lourenço Filho, que possui documentação a partir do ano 1973, foi possível localizar as disciplinas ministradas nesse período de transição. A turma que iniciou seus estudos em 1973 fez as primeiras duas séries ainda na Escola Normal Lourenço Filho e a última já através do Complexo Escolar de Ensino Médio.

Quadro 11 – Disciplinas ministradas para turma ingressante em 1973 (período de transição)

Primeira série Escola Normal) – 1973	Segunda série Escola normal) 1974	Terceira série CESEME – 1975
Português e Literatura Brasileira	Português e Literatura Brasileira	Português e Literatura Brasileira
Matemática	Matemática	Psicologia Educacional
Estudos Sociais	Psicologia Educacional	Didática Com. Exp. P. E
Anatomia (substituindo Ciências Naturais)	Artes Infantis	Didática Matemática PE
Psicologia Educacional	Educação Moral e Cívica	Didática Estudos Sociais Pe
Didática Geral	Sociologia	Didática Ciências PE
Artes Infantis	Biologia Educacional	História Fil. Educação
Educação moral e Cívica	Didática Com. Exp. P. E	Estrutura e Funcionamento de 1º grau
	Didática Matemática PE	Educação pré-escolar
	Didática Estudos Sociais Pe	Higiene e Puericultura
	Didática Ciências PE	

Fonte: arquivo da escola IELF.

Em 1981, a partir do reconhecimento da importância da Escola Normal para formação de professores, foi criado o Instituto de Educação Lourenço Filho, através do Decreto N. 171, de 30 de dezembro de 1981, do então Governador Joaquim Falcão Macedo. Neste período também foi iniciada a construção do novo prédio para abrigar agora o IELF, localizado na Avenida Getúlio Vargas, obra concluída em 1990, ocasião em que houve a mudança para o novo prédio, permanecendo ali até o encerramento de suas atividades enquanto escola voltada para formação de professores na modalidade magistério, até o ano de 2000, em cumprimento às exigências da lei 9394/96, quanto a necessidade de formação superior em Pedagogia para atuação na Educação Infantil e primeiro ciclo do Ensino Fundamental.

Abaixo, segue os números obtidos de alunos formados pela Escola Normal por ano, sendo que não foi possível localizar todos os anos, mesmo realizando busca junto a Secretaria de Educação, local onde deveriam constar essas informações.

Quadro 12 – Número de alunos formados pela Escola Normal por ano

Ano	Qtde.	Ano	Qtde.	Ano	Qtde.	Ano	Qtde.
1939	07	1949	-	1959	-	1969	-
1940	-	1950	10	1960	12	1970	-
1941	-	1951	19	1961	06	1971	-
1942	-	1952	12	1962	17	1972	-
1943	-	1953	-	1963	29	1973	-
1944	-	1954	08	1964	17	1974	-
1945	09	1955	08	1965	29	-	-
1946	-	1956	12	1966	20	-	-
1947	-	1957	11	1967	32	-	-
1948	13	1958	18	1968	-	-	-

E desta forma, encerro a apresentação da trajetória da Escola Normal Lourenço Filho, no qual busquei apresentar de maneira cronológica o período de instalação, oficialização, reformas, até seu fechamento, que compreendo tratar-se do encerramento de suas atividades naqueles moldes, sendo que ela deixou de existir enquanto Escola, no entanto, junto ao Complexo Escolar de Ensino Médio, o curso de formação de professores continuou sendo ministrado.

Até aqui se pôde efetivamente acompanhar o movimento de transformação que a instituição educativa estudada passou, as alterações não apenas de sua configuração didático-pedagógica, mas seus sentidos e finalidades. Do centro das

atenções a aquilo que não atendia mais as novas exigências. O valor dado as instituições muda de acordo com que as reformas acontecem.

SEÇÃO III – O PAPEL DA EDUCAÇÃO E OS PROJETOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS DISCURSOS E ARTIGOS PUBLICADOS EM JORNAIS DA ÉPOCA

O objetivo desta seção é apresentar a percepção de alguns professores e administradores da Escola Normal Lourenço Filho, no período circunstanciado pela pesquisa, divulgados no jornal O Acre. A intenção é rastrear indícios das concepções pedagógicas e de formação de professores defendidas por esses educadores e com desdobramentos nas práticas formativas desenvolvidas pela Escola Normal. Serão priorizadas as discussões atinentes às concepções de formação, discussões metodológicas e teorias defendidas por esses educadores, inserindo-as no debate educacional do período.

3.1 – Sobre a instalação do Ginásio Acreano e Escola Normal: a importância para o contexto e o papel da educação e do educador

A partir da leitura do Jornal O acre, foi possível localizar diversos textos, sejam discursos ou artigos acerca da educação de um modo geral e também sobre a Escola Normal Lourenço Filho.

Iniciando pela década de 30, especialmente pela data de oficialização do Ginásio Acreano e da Escola Normal, ocorrida em 20 de março 1934, o Jornal O Acre nº 221, de 29 de março de 1934, trouxe em detalhes a descrição do ato solene, ocupando toda uma página do periódico, informando as autoridades presentes, além de reproduzir na íntegra o discurso do “Doutor” Valdermar Torres da Costa¹⁸, posteriormente nomeado professor da cadeira de Geografia, tendo, também, em outro momento ocupado o cargo de Diretor de Educação, Diretor da Escola Normal e outros cargos administrativos.

Em seu discurso, um trecho que merece destaque, representa bem a perspectiva de educação e de suas finalidades sociais e políticas que administradores, políticos e educadores tinham: uma visão otimista e salvacionista.

¹⁸Valdemar Torres da Costa nasceu em Belém no dia 26 de março de 1909, filho de Amaro Máximo da Costa e de Maria Torres da Costa. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Pará em setembro de 1931. Iniciou as atividades profissionais no Acre como oficial-de-gabinete do interventor, tornando-se depois diretor da Imprensa Oficial, diretor de Educação, Biblioteca e Estatística, chefe de polícia, secretário-geral do governo, procurador da República e professor de história e geografia do Ginásio Acreano e da Escola Normal. (Fonte: www.fvg.br/cpdoc/acervo)

O texto apresentou a importância desse ato de instalação desses dois estabelecimentos de ensino, que representou para época, o marco de desenvolvimento, de esperança e de entusiasmo para a sociedade, que via ali, a oportunidade de seus jovens darem continuidade aos estudos:

Não prometo, pois, corresponder a honrosa expectativa, mas dentro de ilimitante sinceridade farei o possível para traduzir dos que ufanam de trabalhar nesta grande oficina onde se vão polir os cérebros incultos e carentes de são ensinamentos”. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 221, de 29 de março de 1934, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

É salutar indagar sobre os sentidos e as finalidades que a educação representava, como os professores percebiam os alunos, fossem os pequenos ou até mesmo os que estavam buscando a formação docente. Naquele contexto o que se buscava era o fortalecimento da nação. Aspectos fortemente presentes na década de 30, como já foi analisado, o governo em fase de estabilização frente a sociedade. Percebe-se a defesa de uma discursiva a qual entrelaça educação, desenvolvimento da sociedade e crescimento do Estado Brasileiro, mas nas entrelinhas é possível considerar o crescimento do governo Vargas, sua aceitação, tanto em nível nacional, como em relação aos outros países.

Em outro trecho do discurso, o orador além dos agradecimentos ao governo, narra a situação já apresentada neste trabalho, quanto à situação de muitos jovens que tinham o sonho de continuar estudando interrompidos por falta de opção, ou a tristeza das famílias que mandavam seus filhos para outros estados:

Mocidade estudiosa e digna, acredito que a escolha de meu nome para um dos oradores desta solenidade, escolha a que eu me prosterno, reverentemente agradecido, deva-se apenas á condição minha de professor que fui estudante acreano, pobre, sacrificado e ansiou no aconchego carinho do lar por esta obra gigantesca. Sim mocidade, mais do que outrem com a sensação própria e amarga de quem almejou e não possuiu, eu bem posso dizer do vosso justo contentamento, nesta hora em que vos vedes felicitados atendidos no vosso mais sublime anseio.

[...] Nos meus tempos de criança, como agora, um Ginásio nesta terra era o eterno desejo da família acreana que hoje vibra de contentamento ao ser atendida. A sua falta representava a magua infinita, o dilacerar de corações, a lagrima da partida e o suspiro sentido da saudade. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n.221, de

Identifica-se que no empolgado e poético discurso do Prof. Valdemar uma percepção extremamente positiva da instituição e do que ela representava no imaginário local: possibilidades de desenvolvimento cultural, para a mocidade, mas também para a sociedade local. O que se percebe é que o discurso está muito interligado as questões sociais e culturais da época, a inauguração do Ginásio e do Curso Normal representavam uma luz no fim do túnel, uma possibilidade de manter na região muitos jovens que se deslocavam para dar continuidade aos seus estudos fora da região acreana, além de assegurar uma alternativa de formação para o trabalho de jovens que estavam sem perspectiva nenhuma.

Da mesma solenidade, foi registrado o discurso de José Bezerra Duarte¹⁹, que logo em seguida foi nomeado professor de Português. Como já dito não foi informado a formação do professor, nem tão pouco foi possível localizar esta informação, no entanto, a partir de seu discurso é possível compreender o quanto era bom orador e culto, o que pode ter sido um motivo pelo qual foi escolhido para cadeira de Português. Seu discurso, muito mais poético e bem mais exagerado, demonstra o que aquele momento representou:

O que representa este momento para o meu espírito senhores, compreendem bem poucos dos presentes. Entendem-nos aqueles que o sentem como eu e que como eu não podem exprimir. Aqui nos erguemos hoje, como transporte inaudito, como regojiso inefável e eponicioovantíssimo das mais brilhantes de quantas vitórias tem visto o heroísmo acreano. Não teve glória maior o grande Plácido, nem maior regojisoesperimentou seu espírito de herói, que a glória que hoje fulge ante os nossos olhos e gôso transbordante que baile dentro nós neste momento. Não sei se devo mesmo avançar nesta atrevida hipérbole e dizer que nem Xerxes, nem Alexandre, nem Cezar, nem Anibal, nem Carlos Magno, nem Napoleão, nem Washington jamais tiveram uma vitoria tão completa como esta, nem as suas lhe puderam proporcionar uma alegrai tranqüila e desanuviada como a nossa. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 221, de 29 de março de 1934, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

¹⁹ Poucas informações foram obtidas em relação a José Bezerra Duarte, apenas que ele primeiramente foi nomeado, em 1933, como Inspetor Escolar do Município e em 1934 foi nomeado Professor na cadeira de Português.

Ao comparar o que representava a implantação dessas instituições educativas com os grandes feitos realizados pelas personalidades citadas soa a um exagero. Até porque, cada uma das conquistas desses considerados heróis marcou civilizações, mudaram rumos e definiram destinos de muitas pessoas.

Ao citar Plácido de Castro, um dos nomes que marcam a luta, da denominada Revolução Acreana, para anexação das terras acreanas ao Brasil, demonstra o quanto as conquistas do povo acreano são de fato resultado de muitas batalhas e a instalação das instituições escolares também partiam de muito trabalho e suor, no entanto sem sangue derramado e vidas perdidas, mas sim uma batalha social, em favor do desenvolvimento de uma sociedade.

Em outros trechos do discurso é possível resgatar como o Professor Bezerra Duarte compreendia a educação e o seu papel como educador, nesse momento dirigindo-se aos futuros alunos:

Lembra-vos de que penetrais aqui numa casa, numa oficina, onde sois chamados a fabricar o vosso bem futuro. Em mim, encontrareis um companheiro esforçado, mais rico do que vós em experiências, e mais convicto de que precisa estudar. Encetemos nesse trajeto luminoso porém árduo, por onde encontraremos sangas e abrolhos a vencer, mas por fim, acumularemos um tesouro espiritual, que nem se consome pela traça, nem o rouba o ladrão, que não se gasta, nem mesmo se diminui pelo uso. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 221, de 29 de março de 1934, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Em se tratando da instituição, percebe-se que o professor a via como uma oficina, da mesma forma que o Professor Valdemar Torres. Quanto ao seu papel de educador, não o desmerece, mas também considera a necessidade de estar junto, aprendendo, descobrindo e caminhando junto. O Valor dado ao conhecimento adquirido, a forma rica que ele constrói o seu discurso, demonstra o quanto era um leitor e conhecedor das letras.

Em 16 de janeiro de 1944, foi apresentado um artigo de Geraldo Brasil²⁰ que narrou a trajetória do Ginásio Acreano, desde sua criação, antes mesmo da oficialização, descrevendo o período de fechamento de suas portas e posterior abertura. Destacou o que estas instituições representaram:

Aqui, pois, restritamente esposta, a história do Ginásio Acreano, que, por de certo, está orgulhoso da elevada função cultural que desempenha dentro na pedagogia moderna e a evolução impôs ao ensino secundário de nossa Pátria.

Juventude Acreana! Sois grande no vosso destino pela essência da vossa tarefa. Em breve trilhareis outros campos de atividades, pois ao deixardes esse teto, ter-se-a definido apenas a primeira etapa de vossa responsabilidade.

[...] A vossa disposição acha-se um professorado culto e proficiente que nos legou o saber como justos que cumpriam honrosa missão, exercendo na cátedra um sacerdócio.

[...] Saudo-vos criteriosos mestres, em cuja missão árdua e complexa, reside o futuro desses jovens que aos vossos cuidados ficam, como expoente máximo de vontade que levamos para a sequência necessária no esforço que constrói e edifica. E aqui deixo os meus votos pela vossa felicidade no exercício das funções de que estais incubido.

A vós todos o adeus do que comigo partem e as minhas saudades que amargura totalmente a primeira hora. Seguiremos firmes, certos de que esta casa que é uma tradição moral de heroísmo patente, será mantida ao mais elevado nível, fazendo jus a expressão máxima de virtude de seus fundadores que são um exemplo de constância, abnegação e patriotismo. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, de 16 de janeiro de 1944, n. 729 disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Nesse discurso, alguns elementos estimulam a reflexão sobre a recorrência de algumas concepções e crenças sobre a educação, a escola e o professor. As percepções sobre a pedagogia moderna e o papel do professor como sacerdócio, duas questões distanciadas pelo tempo, no entanto ainda muito presente nos discursos.

Em relação ao primeiro elemento, Pedagogia Moderna, percebe-se a presença da visão educacional difundida no Brasil ainda em meados do século XIX, que se afirmou no século XX, pelo seu principal expoente, Rui Barbosa (que

²⁰ Geraldo Brasil, nasceu em Tarauacá-AC, em 31 de agosto de 1925. Considerado intelectual, estudou em Manaus, Rio de Janeiro, trabalhou na redação de jornais em Minas Gerais. Ao retorno ao Acre, foi nomeado para trabalhar na Diretoria de Geografia Estatística, escrevia artigos e resenhas de livros e filmes para o Jornal O Acre, que posteriormente tornou-se diretor do folhetim. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, de 12 de julho de 1953, n. 1128, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

acreditava na substituição dos métodos tradicionais pelo método intuitivo), defendido também por Lourenço Filho, sob a denominação de Escola Nova, uma educação com mais participação dos alunos, através de experiências, da atividade e na experimentação do aluno.

Quanto a visão do professor como um sacerdócio, uma visão ainda vinculada ao século XIX de conceber o trabalho docente apenas como uma vocação, um chamado para o qual não havia recusa, aproximando o papel do professor ao religioso vocacionado, que teria uma maior obrigação em garantir aos alunos, e conseqüentemente, a sociedade a boa conduta, bom futuro e a melhoria da sociedade, estas compreensões se fazem presentes até os nossos dias.

3.2 – Maria Angélica de Castro: nome de referência para educação acreana na década de 40

Na segunda metade da década de 40, assumiu a pasta da Educação do Território do Acre Maria Angélica de Castro²¹, que vendo a necessidade de organizar melhor o sistema de ensino do Território, elaborou um novo regulamento, enfatizando mais as questões pedagógicas. Sendo considerada a responsável pela “evolução” no que se refere a educação, Maria Angélica investiu na formação de professores com ações como, os grupos de estudos, encontros e as reuniões com os professores, ocasião em que discutia as necessidades e dificuldades encontradas, buscando criar saídas para os problemas, através de leitura de materiais, baseados nos ideários escola novistas. (Castro, 2012)

Nos muitos textos de sua autoria publicados nos jornais, é possível verificar sua compreensão do papel da educação. Na formatura das normalistas de 1948, Maria Angélica de Castro, homenageada como paraninfa da turma, realizou um discurso, do qual o trecho dirigido as normalistas merece destaque:

²¹ Maria Angélica de Castro (12/02/1898 – 07/06/1988), nasceu em Santo Antonio do Mote, interior de Minas Gerais. Fez magistério, trabalhou nas escolas de sua cidade, onde foi professora de José Guiomard Santos, que anos depois a convidou para assumir a pasta da educação do Território Acreano quando foi governador, a idéia era que ela permanecesse um ano, mas acabou ficando cinco anos no Território. Antes disso, assumiu a direção de várias instituições escolares. Estudou na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, onde teve acesso aos ideários da Escola Nova. Nesta instituição desenvolveu pesquisas e estudos relacionados a área da Psicologia Infantil. (CASTRO, 2011).

Presadas normalistas, a vocês devo ainda palavras de agradecimento pela gentileza do convite para paraninfar este ato. Aproveitando-me do ensejo dir-lhes-ei algo sobre um tema de interesse comum - a escola. Criada para suprir as deficiências da educação doméstica e estabelecer uma forma de educação mais eficaz, a escola deve se uma instituição fundamentalmente educativa, ainda mesmo que tenha por finalidade precípua a instrução. É que a instrução, sob o ponto de vista qualitativo, resulta de um trabalho, do qual o aluno é o principal cooperador e cooperando, ele se desenvolve, e desenvolvendo-se, ele se educa. A escola tem assim, dupla função: dirigir e estimular o aprendizado e promover a aquisição de novas formas de conduta ou a modificação das anteriormente adquiridas e qualificadas de indesejáveis. Mas o aprendizado, porque constitui trabalho de auto-educação, só se consegue num regime de liberdade bem regulada. Em ambiente de coação ou de disciplina imposta, pode-se conseguir que os alunos deixem de realizar atos anti-sociais, mas nem sempre se conseguirá que efetuem ações essencialmente boas. Com efeito se o aluno deixa de praticar atos ante sociais, se comportamento poderá ser considerado satisfatório, mas para que tal conduta se torne realmente social e ética, faz-se necessário que seja mantida sob a pressão do amor e não do medo, sob a influencia de um altruísmo pessoal e não de um dever que se impõe à consciência de fora para dentro. Eis porque as ditaduras políticas ou pedagógicas são absolutamente inaceitáveis por espíritos equilibrados e esclarecidos. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 903, de 26 de dezembro de 1948, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Maria Angélica de Castro possuía um repertório de conhecimentos na área da educação que permitia sua postura firme, esclarecida, que sob a égide do programa da Escola Nova, defendia uma educação ampla, alargada, sem pressão, ou opressão, mas com liberdade de pensar, de agir e de falar. Ao falar de ditadura, demonstra seu caráter forte, levando a todos a refletirem suas ações e o papel de cada um na sociedade.

Em outro trecho, também é possível verificar o quanto o ideário da Escola Nova determinava sua visão sobre educação e o papel da escola e do professor:

Boas amigas, aquele tipo de escola primária- um professor sentado a frente dos alunos procurando inculcar-lhes conhecimentos - não coaduna com as exigências da vida moderna. Será, em futuro próximo, uma relíquia do passado. A escola de vocês deve organizar-se em ambiente da liberdade do trabalho, no qual o aluno é levado a fazer o que deve, pelo desejo de cooperar, pois nada favorece mais a prática da autonomia escolar do que a cooperação entre os alunos. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 903, de 26 de dezembro de 1948, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Por fim outro trecho,

Não as esqueçam, professoras amigas, que a escola de hoje é escola de educação e que educar é a mais difícil das artes, pois na sua realização não basta como em outros domínios, procurar formas para as idéias, empregando a matéria prima que se escolheu à vontade. No atelier escolar, o artista não faz escolha. Recebe todos os meninos que nasceram no local – os que gosam do conforto do lar, o que têm por leito o enxergão duro ou a esteira miserável e a gama multiforme dos remediados. A grande arte do professor consistirá em adaptar a sua Idea à mentalidade particular do educando e em fazer ressoar no mundo psicológico da criança, povoado de sonhos e fantasias, o seu próprio mundo, não com as desilusões e desenganos da idade, mas com as experiências da vida e ainda, com alegria e otimismo.

[...] É preciso pois, que a escola permita a cada educando desenvolver-se na direção de suas aptidões e esta é a escola ideal “escola sob medida”, preconizada por Claparede. “E a escola que se acomoda as formas do espírito, como a roupa ou o calçado se adapta ao corpo ou aos pés. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 903, de 26 de dezembro de 1948, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Evidencia-se na leitura do discurso, a presença dos ideais defendidos pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", documento escrito em 1932, resultado da IV Conferência Nacional de Educação, ocorrida no ano anterior, ficando seus elaboradores conhecidos como reformadores, porque se propunham uma revolução na educação, através de muitas propostas que não foram devidamente implementadas pelos governantes.

Para os intelectuais assinantes do Manifesto, a educação tinha outra função, ainda maior, ainda mais voltada para formação integral do homem, enquanto cidadão, livre para pensar e fazer suas escolhas.

Sobre o manifesto é importante resgatar o contexto histórico político nacional no qual este foi produzido, para compreender que tal documento representou o enfretamento às propostas de caráter conservador e religiosas no campo educacional brasileiro.

Assim, este grupo de intelectuais liberais - como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, por dois momentos, se manifestou na defesa de uma educação laica, científica, pública e de qualidade. Primeiramente, através do

texto intitulado "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", documento escrito em 1932, resultado da IV Conferência Nacional de Educação, ocorrida no ano anterior, ficando conhecidos como reformadores, porque se propunham uma revolução na educação, através de muitas propostas que não foram devidamente implementadas pelos governantes. Para confirmar a aproximação das propostas defendidas no manifesto com as concepções definidas por Maria Angélica de Castro, expressas no discurso anteriormente destacado, apresento os seguintes trechos do manifesto:

Nessa nova concepção da escola, que é uma reação contra as tendências exclusivamente passivas, intelectualistas e verbalistas da escola tradicional, a atividade que está na base de todos os seus trabalhos, é a atividade espontânea, alegre e fecunda, dirigida à satisfação das necessidades do próprio indivíduo. Na verdadeira educação funcional deve estar, pois, sempre presente, como elemento essencial e inerente à sua própria natureza, o problema não só da correspondência entre os graus do ensino e as etapas da evolução intelectual fixadas sobre a base dos interesses, como também da adaptação da atividade educativa às necessidades psicobiológicas do momento. O que distingue da escola tradicional a escola nova, não é, de fato, a predominância dos trabalhos de base manual e corporal, mas a presença, em todas as suas atividades, do fator psicobiológico do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando (criança, adolescente ou jovem) a buscar todos os recursos ao seu alcance, "graças à força de atração das necessidades profundamente sentidas".

[...]A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de "dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento", de acordo com uma certa concepção do mundo. (Fonte: Revista HISTEDBR On-line. Manifesto dos Pioneiros da educação nova. Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006).

Foi baseada nessa forma de pensar a educação que Maria Angélica contribuiu para educação acreana, sendo até hoje lembrada e homenageada, haja vista o legado deixado.

3.3 – Educação e saúde como salvação para a sociedade

Como já destacado em outro momento deste trabalho, na primeira metade da década de 50, o Território do Acre experimentou, no âmbito governamental, muitas mudanças, resultantes de muitos governos provisórios, que por aqui passaram, quase um para cada ano. Assim, no Governo de Amílcar Dutra Menezes (1951-1952) foi nomeado para o cargo de Diretor do Departamento de Educação e Saúde Emyl Flygare²², que em seu ano de gestão realizou seminários com os professores visando estabelecer novas diretrizes.

Na primeira reunião ocorrida em 19 de maio de 1951, em seu discurso de abertura da solenidade, o administrador destacou os seguintes aspectos:

A reunião que a ora temos a honra de assistir constitui para nós, motivo de real satisfação. Ela representa o nosso primeiro contato coletivo e toma o aspecto de um pequeno congresso, cuja finalidade é estabelecer as novas diretrizes a serem tomadas relativamente a moderna pedagogia no Território do Acre, procurando ao mesmo tempo tornar mais útil, mais significativa e mais atraente vossa nobre missão de ensinar o mais profundo o conteúdo da educação.

[...] E o nosso fito, utilizando a nossa experiência e o apoio generoso e forte do nosso digno governador Amílcar Dutra de Menezes, inspirado na orientação segura do grande Presidente Getúlio Vargas, transformar cada um de vós num verdadeiro missionário do bem, alutar contra o egoísmo, a indiferença, a corrupção e a ignorância, encorajando a vossa geração na conquista de uma vida melhor. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 1029, de 27 de maio de 1951, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

É perceptível a diferença entre os discursos do médico Emyl Flygare e da educadora Maria Angélica de Castro, em especial no que se refere a visão de educação e do papel do educador.

Importante considerar que, por conta do retorno de Getúlio Vargas ao poder, foi criado o Ministério da Educação e Saúde e Pública, ocasionando, no Território, a junção dos serviços de educação com os de saúde, ficando assim o Departamento de educação e saúde pública sob a direção de médicos, neste ano de 1951 e no ano seguinte, em 1952, assumiu como diretor o Dr. Julio Alves Portela.

²²Emyl Flygare, “notável educador e médico patricio”, veio do Rio de Janeiro a convite do então Governador Amílcar Dutra Menezes para assumir o Departamento de Educação e Saúde (Jornal O Acre- Órgão Oficial, de 29/04/1951)

Em 1952, foi publicado no jornal O Acre, o artigo denominado “Hábitos sadios na esfera na infância e sua influência na esfera psíquica”, escrito pelo médico sanitaria Wagner Eleutério²³.

Neste artigo, o médico descreve como se dá o desenvolvimento da mental da criança, suas necessidades e dificuldades, o papel dos pais e da família, também analisou a ação indissociável entre educação e higiene mental, denominada eufrenia, na construção de hábitos e costumes adequados, na intenção de formar uma sociedade mais civilizada e moderna, estando a criança no centro do debate. Quando se refere ao papel dos pais e professores ele diz:

Aos pais e professores caberá a tarefa de orientar o infante, no sentido de fixar hábitos mentais e corporais sadios. Aos observadores atentos não passam despercebidas as dificuldades que se afiguram aos professores dos cursos primários brasileiros por não haver separação entre crianças normais e anormais. São esses infra-normais que, com hábitos de preguiça, vadiagem, indisciplina, maus costumes, atrasam as classes. Eles cansam os professores e modificam os sistemas pedagógicos. Quantas dessas crianças problemas não serão mais tarde, jogadores, assassinos, ladrões falsárias? Para remediar tão graves males urge a instalação de Clínicas de Eufrenia. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 1066, de 24 de fevereiro de 1952, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Essa relação saúde e educação como responsáveis junto a família na formação de bons cidadãos tinha segundo Grotti (2016), objetivos claros:

O objetivo de formar uma nação forte e sadia não deixou de prescindir da saúde e da educação para que adultos e crianças se tornassem trabalhadores úteis ao progresso da nação. Somente com a mudança de velhos hábitos e, por meio de uma educação que instruisse adequadamente os sujeitos, haveria mudança no quadro que se apresentava. (p.71)

Mesmo parecendo aos dias de hoje, visão totalmente abominável do médico sanitaria em relação as crianças com necessidades especiais (assim tratadas nos

²³Dr. Wagner Eleutério, carioca, residente naquele momento em Belém, foi contatado, de forma que aceitou o desafio de vir para o Acre e assumir o Posto de Pediatria, a convite do então Diretor do Departamento de Educação e Saúde, o médico Julio Alves Portela. Naquele período, como já analisado anteriormente, era imprescindível para o cumprimento do projeto nacionalista —cuidar da raça, ou seja, da nação. (GROTTI, 2016, p.162)

dias atuais), naquele momento as escolas, os professores e a sociedade de modo geral ainda não estavam preparadas para lidar com essa situação, até porque se o objetivo era tornar a nação forte, preparada para o trabalho, como conseguiriam com crianças que fugiam ao padrão considerado “normal” da época? Não era concebido as crianças “diferentes” convivendo em um mesmo ambiente²⁴, conforme o médico, elas atrapalhavam. Não havia preparo o para os professores, a inclusão, tema hoje regulamentado, nem era imaginada pelos pensadores educacionais da época. Mesmo tendo pessoas como Maria Angélica de Castro com estudos e trabalhos na área da educação e psicologia infantil, o Acre ainda estava longe de criar condições físicas e materiais para atendimento de crianças com necessidades especiais em salas de aulas comuns.

Trazendo novamente, o pensamento de Maria Angélica de Castro, contrapondo um pouco a visão do médico sanitário a respeito das crianças consideradas por ele “anormais”, a professora em um artigo intitulado “Sobre o educador” disse:

O ideal seria que cada professor pudesse tornar-se um clínico no tratamento da debilidade mental dos próprios alunos. Daí a exigência de que a formação dos educadores, tanto na escola normal, como no decurso da profissão, se oriente no sentido da observação direta e da atenção individual.

[...] A atitude do educador, indefinível, porque depende de uma gama de particularidades emanadas do meio e de complexos adstritos à criança, não pode ser padronizada, para servir de modelo aos alunos. É que de certa maneira, se trata um menino, tímido, delicado, afetuoso e, de outra, um presunçoso, arrogante e estorvado. Em uns, como observou D. Bosco “uma palavra, um olhar um gesto, a subtração de um carinho habitual, produz impressão fortíssima e serve até de castigo. Em outros, só a repreensão enérgica e oportuna surte algum efeito e este mesmo precário e passageiro. Mas confessemos, nossas escolas normais e faculdades de filosofia não tem levado na devida conta essa grande necessidade: formar nos futuros educadores uma atitude de espírito que corresponda aos reclamos do educando e as finalidades da educação. É preciso que o educador se torne sensível as manifestações da criança, hábil no registro de coisas pequenas na aparência, mas de grande interesse educativo para quem as pode interpretar. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 791, de 27 de outubro de 1946, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

²⁴Na década de 50, por iniciativa de uma americana Beatrice Bemis, buscando melhorar as condições das crianças com necessidades especiais, a época, denominadas excepcionais, foram criadas em quase todo o Brasil as APAES – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. No Acre, a função desta instituição aconteceu somente em 1981

Mesmo que contemporâneos, talvez por conta da formação diferente, é notório a diferença entre o pensamento do médico e da professora, no modo como concebem a criança, a escola e o educador.

Interessante reconhecer a falta de continuidade nos trabalhos desenvolvidos pela educadora Maria Angélica. Percebe-se uma ruptura na política educacional desenvolvida, e a implantação de um projeto educativo baseado em ideias higienistas e sanitárias, reconhecendo a saúde e a educação como centrais na melhoria da sociedade, no que se refere a definição de um padrão de comportamento, higiene e conduta para a vida social.

Em 1960, durante a aula inaugural do ano letivo da Escola Normal Lourenço Filho, o Padre Cristovão Freire Arnaud²⁵, Diretor do Departamento de Educação e Cultura, durante sua fala as alunas, conforme o Jornal O Acre, de 24 de março de 1960, aconselhou as alunas que cooperassem com os professores no sentido de fazerem um trabalho em conjunto para maior desenvolvimento do estabelecimento. No trecho que foi transcrito pelo Jornal, o Diretor falou que “O silêncio e a boa amizade entre alunas e mestres é a ponte para se alcançar o ideal que desejamos”²⁶.

Em um pequeno trecho é possível compreender o quanto a boa educação para o padre partia de dois elementos: o silêncio que sugere a obrigatoriedade de somente se ouvir e não falar, e da amizade, voltada para o respeito mútuo, a ausência de conflitos ou divergências. Em relação ao silêncio, se distancia um pouco do que sugeria a educação defendida pela Escola Nova, haja vista que para efetiva participação dos alunos é preciso a expressão oral, a fala, a troca de informações. O silêncio como observado nessa frase, reflete uma aula na qual o protagonismo é do professor.

²⁵ Não foram localizadas muitas informações a respeito do Padre Cristovão Freire Arnaud, somente que era filiado ao PSD – Partido Social Democrático e em 1960, designado pelo então Governador Manoel Fontenele de Castro, assumiu o cargo de Diretor do Departamento de Educação e Cultura. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 1434, de 25 de fevereiro de 1960, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

²⁶ (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 1439, de 24 de março de 1960, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Em um artigo da década de 70, escrito pela educadora Iracira Perys Magalhães²⁷, com título “Educação e Desenvolvimento”, publicado no Jornal O Acre, trata da importância da educação para formação da sociedade:

O homem ao ser integrado na sociedade através da ação educativa, herda a experiência das gerações anteriores, ajusta-se às condições de sua sociedade, responde a sua exigência, torna-se um homem capaz de transformá-la, criando e recriando coisas novas na marcha para o desenvolvimento. Para tanto, ao basta ensinar-lhe coisas intelectuais, mas também a aceitação e a assimilação de padrões, valores e sentimentos próprios de cada sociedade. Uma educação integral para que adquira características realmente humanas com os modos de pensar, sentir e agir próprias de sua comunidade. Aperfeiçoá-lo em todas as suas potencialidades. Eis a obra da educação. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 0008, de 05 de agosto de 1972, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Com base nesta forma de entender a educação são definidos como objetivos que deveriam ser alcançados:

O Brasil ao ingressar numa nova era de transformações básicas, necessita de uma reorganização educacional para atender a essa situação emergente, visando atingir o seguinte objetivo:

- Formar uma mentalidade homogeneamente aberta para a democratização;
 - Desenvolver o senso de responsabilidade de verdadeiros líderes identificados com o povo;
 - Despertar para a reflexão sobre si mesmo, sobre sua responsabilidade participante, tornando-o conscientemente crítico e capacitado às inovações técnicas que se vão introduzindo;
 - Dar-lhe conhecimento da realidade de sua sociedade e consciência sobre seu papel no novo clima cultural da sociedade em transição;
 - Propiciar condições de reflexão sobre sua própria potencialidade da qual decorrerá sua capacidade de escolha quanto ao papel social.
- Espontaneidade, estabilidade psíquica, vontade criadora, participação ativa no processo de construção e reconstrução da sociedade democrática.

Nesse sentido, as maiores urgências no desenvolvimento econômico e social estão centralizadas na educação. (Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 0008, de 05 de agosto de 1972, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

²⁷Iracira Perys Magalhães era professora de Sociologia da Universidade Federal do Acre e colunista e colaboradora do jornal.

Ao analisar os conceitos acerca da educação, partindo de diferentes visões, de condutas e formações distintas e possível verificar o que a educação representou. Políticos, professores com e sem formação pedagógica, médicos e psicólogos pensando e formulando ideias sobre como educar, com quais objetivos, em função de atender a quais demandas da sociedade. Projetos distintos, realizados de modos distintos. Cada um colocou a seu modo a educação sob a égide da responsabilidade social, política, cultura, moral, psicológica e até econômica.

Verifica-se também a descontinuidade de projetos, de ideias e em alguns casos, retrocesso na forma de pensar e fazer educação. Em momentos, voltados para formação do homem em sociedade, em outro a formação do homem para sociedade, e outros a formação do homem para transformar a sociedade. Avanços e retrocessos são comuns no campo da educação, rupturas que “compreensivelmente, se manifestam mais nitidamente, ao menos em suas formas mais profundas, com a mudança dos modos de produção da existência humana” (SAVIANI, 2007, p.12).

A cultura escolar de uma instituição como já dito anteriormente é formada por elementos intra e extramuros:

Não é possível, portanto, afirmar as instituições escolares somente como expressões singulares, particulares, individualizadas ou ilhadas, mas sim, como co-participes de projetos históricos, particularmente os vinculados às visões de mundo que se confrontam em uma conjuntura, fazendo valer uma concepção, que se põe- por exemplo, através das instituições escolares – como uma estratégia, como uma influência em vista do exercício de disputa e de hegemonia. Por isso, a razão de ser da escola não se explica, fundamentalmente, apenas pela sua materialidade, por sua organização por sua pedagogia ou por quaisquer outros dispositivos, mas necessariamente tais aspectos operacionalizam, sinalizam e revelam projetos de ordem ideativa. (ARAÚJO, 2007, p. 96)

Não só as instituições, mas a própria educação encontra sua razão de ser, nas necessidades sociais e nos contextos em que sofrem suas transformações e reformas.

Os discursos apresentados nesta seção recontam como se organizou, no plano administrativo, considerando que estas pessoas falavam de um determinado lugar. Na educação do Acre, alguns avanços foram realizados, no entanto percebe-se que retrocessos também, até mesmo por quem deu continuidade a ações bem importantes, não teve o cuidado em mantê-las ou melhorá-las. A educação pensada

por muitos e diferentes, de conhecimentos e formações que lhe davam condições de agir sobre a educação, de maneira construtiva, no sentido de desenvolvimento, ou de maneira regressiva, quando se pensava numa educação apenas para salvação da sociedade, para transmissão de valores sociais, relacionando a educação a bons modos e boa saúde.

SEÇÃO IV – A ESCOLA NORMAL A PARTIR DAS MEMÓRIAS DOS SUJEITOS QUE A VIVENCIARAM

Nesta seção será privilegiado o relato sobre as práticas, os sentidos, as experiências de sujeitos que vivenciaram o dia a dia na Escola Normal Lourenço Filho como aluno, professor ou administrador, por meio de entrevista ²⁸ semiestruturada. A intenção é apresentar esses relatos, levando em consideração as memórias produzidas, o lugar de onde estas pessoas falam hoje, sua percepção do que representou esta instituição para elas, trazendo a biografia de cada uma. Com já dito na introdução, seis entrevistados aceitaram partilhar suas memórias e experiências sobre a Escola Normal Lourenço Filho.

Entrevistando essas pessoas se percebe o quanto a escola foi importante, não apenas para a sociedade, para o Território do Acre, mas especialmente, para aqueles que fizeram o curso. Estes se tornaram renomados educadores, administradores do sistema de ensino, contribuindo, assim, significativamente para a cultura local.

Primeiramente, apresento trechos da entrevista da senhora Maria Risoleta Cruz Chaves, natural de Cruzeiro do Sul, nascida em 28 de dezembro de 1933, que se deslocou para Rio Branco em 1950, para estudar na Escola Normal. Depois de formada foi contratada como professora da escola e foi uma das responsáveis pela instalação do ensino superior no Estado. Em conversa com a mesma, esta demonstrou grande sentimento pela escola normal:

Fiquei tão contente de ver alguém pesquisar sobre a Escola Normal. Eu estudei apenas a Escola Normal, por isso que eu sinto pesar dela ter se acabado. Nunca fiz faculdade. Vim de Cruzeiro do Sul para fazer Escola Normal. Quando vim, fiquei primeiro na casa de um tio Walter, depois eu fui para o abrigo da LBA. Lá nós éramos professoras, uma de Sena Madureira, uma de Tarauacá e duas de Cruzeiro do Sul. Em Cruzeiro do Sul não tinha nem o Ginásio, as freiras do Instituto Santa Terezinha lecionavam um Ginásio Regional mais ou menos assim, dirigido para o magistério, com formação de primeiro grau completo. É tanto que não tinha segundo grau, que depois as freiras instalaram a Escola Normal lá, mas eu já estava fazendo aqui em Rio Branco.

²⁸As informações apresentadas como nome completo, idade e nacionalidade, bem como os trechos transcritos das entrevistas foram devidamente autorizados.

Através do depoimento é possível relacionar os acontecimentos da época, como por exemplo, esse relato sobre o deslocamento das moças do interior para Rio Branco, com objetivo de cursar a Escola Normal, para complementar o Curso Normal Regional, destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo do ensino normal, ofertado no interior. É possível verificar que a ausência do internato, dificultava as possibilidades para recebimento das moças do interior, sendo necessário encontrar alternativas, como a mencionada pela professora. Em relação a sua contratação como professora ela destaca:

Como fui a primeira aluna da minha turma, naquele tempo ninguém fazia concurso, a gente era indicado. Fui indicada para ser professora da Escola Normal. Lecionei no segundo ano Higiene e Educação Sanitária e no terceiro ano Higiene e Puericultura. Trabalhei já no prédio novo, em frente a praça. Ministrei aula de Economia doméstica, ensinava boas maneiras, ensinava como receber as pessoas, botar uma mesa, o que servir, receitas, fazia bordados, fazia camisetas de menino, pregar botão, fazer bainha, ponto cruz, crochê e tricô.

Durante a entrevista com a Profa. Maria Risoleta, sua filha mais velha, Simone da Cruz Chaves²⁹, considerando que também foi aluna entre os anos de 1970 e 1971 da Escola Normal, também deu sua contribuição:

Eu tinha terminado o Ginásio, lá no São José com 14 anos e com 15 anos eu entrei na Escola Normal, fiz dois anos, depois fui para o Rio de Janeiro, fazer o terceiro ano e junto me preparando o vestibular de Medicina. Eu era muito danada, minha mãe me obrigava a estudar o Científico de manhã e fazer a Escola Normal a tarde e como tinha muitos trabalhos escolares, eu ficava ocupada o dia todo. A Escola Normal era o máximo, porque como não existia faculdade, o objetivo de qualquer pessoa era fazer a Escola Normal, era uma escola maravilhosa, uma escola que todo dia cantava o hino nacional ou o acreano. A Escola Normal ensinava tudo para uma professora de ensino de primeiro grau, ela dava aula de flanelógrafos, cartazes, as caligrafias, caligrafia significa letra bonita. Você tinha que saber fazer as caligrafias, aqueles cartazes. Você estudava quatro horas na escola, quatro horas em casa era fazendo trabalhos das escolas.

No caso da professora Maria Risoleta, a idéia de trazer as moças do interior para que pudessem ter o preparo pedagógico junto a Escola Normal para que

²⁹Simone da Cruz Chaves se formou em Medicina no Rio de Janeiro, foi servidora da Universidade Federal do Acre, ocupando o cargo de médica, hoje aposentada.

puddessem retornar para seus municípios não funcionou. Após formada, ela foi contratada, casou, constitui família, atuou na instalação da Universidade Federal do Acre, onde trabalhou até sua aposentadoria na Universidade Federal do Acre, não retornando para Cruzeiro do Sul.

Outra entrevistada foi a Professora Iris Célia Cabanellas Zannini, nascida em 03 de julho de 1938, e estudante da escola normal no período de 1959 a 1961. No mesmo ano foi contratada como professora da escola normal, assumindo, no decorrer de uma longa trajetória de dedicação a educação pública do estado do Acre, diversas funções administrativas como coordenadora regional do Movimento Brasileiro de Alfabetização em 1972, Secretaria de Educação em 1981, primeira senadora pelo estado do Acre, professora aposentada da Universidade Federal do Acre e Presidente do Conselho Estadual de Educação do Acre, a mais de quatro décadas.

Em sua narrativa sobre a Escola Normal, a professora evidenciou aspectos relacionados à sua atuação profissional como docente nesta instituição:

Depois de formadas e já contratadas, fomos fazer cursos, Divisão de Aperfeiçoamento de Professores em Belo Horizonte. Era um curso de igual valor a um curso superior da universidade, e aí foram formados os professores das metodologias, das diversas em metodologias, isso, em 65 a 67. Os professores nessa época se especializavam em uma metodologia. O currículo da Escola Normal nessa época ficou muito mais adequado a educação básica do que hoje. Nós tínhamos a Linguagem do Ensino primário, e a metodologia da matemática e assim por diante.

Em relação ao fechamento da escola, segundo a professora:

A Escola Normal nunca foi fechada, até hoje. A Escola normal estava sufocada, mesmo no prédio dela. Foi criado o Complexo de Ensino Médio, que foi CESEME, pela Profa. Maria José Reis. Não tinha lugar, ficou na Escola Normal. Como tudo botavam na Escola normal! Os outros cursos chegaram, com seus diretores e seus professores e tudo mais e aí a Escola Normal ficou sufocada. Eu sempre valorizei muito a Escola Normal e até hoje luto para que ela seja reconhecida.

Em outro momento de sua narrativa destaca a importância da criação do Instituto de Educação, período em que ela exercia o cargo de Secretaria de

Educação. A intenção era de fato garantir a formação dos professores para as primeiras séries, algo imprescindível para o Estado:

Valorizar a Escola Normal. Foi por isso que daí a necessidade de reativar a Escola Normal com outro nome, algo que estava mais condizente com as regulações, por isso foi criado o Instituto de Educação Lourenço Filho. Seria uma boa coisa se você pudesse incluir no seu trabalho uma pesquisa mostrando a importância da Escola Normal, ainda hoje, e a necessidade dela. E hoje ela está fazendo falta, aonde? Nas creches e pré-escolas. A Pedagogia trata das séries iniciais até o 5º do Ensino Fundamental, já assume essa responsabilidade, sobrecarrega a Pedagogia. Entendo a questão do cuidar e do ensinar que traz a nova lei para a educação infantil, ficou com bem pouco tempo para ser trabalhada, no curso de Pedagogia, a não ser se o curso fosse reformulado.

A questão apresentada sobre a criação do Instituto de Educação Lourenço Filho como forma de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela Escola Normal, no entanto sob a égide das regulamentações vigentes, demonstra o valor dado àquela instituição, verificando o quanto o seu papel era importante, mesmo que sobre nova nomenclatura e constituído a partir de novos parâmetros. Importante aqui esclarecer que o Instituto de Educação Lourenço Filho acabou se tornando uma escola muito prestigiada. Muitos alunos, ao término do primeiro grau, optavam por cursar o magistério, como curso de conclusão de segundo grau. Somente no ano de 2000, o instituto teve suas atividades encerradas nesta modalidade de ensino, permanecendo o prédio escolar como o mesmo nome, no entanto ofertando ensino de primeiro grau e atualmente o Ensino médio integral.

Da mesma forma, a Professora Suely Amélia Bayum Cordeiro, nascida em Rio Branco, em 16 de junho de 1955, cursou a Escola Normal no período de 1971 a 1973. É professora aposentada do Estado e Coordenadora Pedagógica da Prefeitura, estando à disposição há mais de dez anos para o Conselho de Estadual de Educação:

Eu cursei a Escola Normal por que eu já tinha a intenção de ser professora. Minha mãe era professora e sempre me falava sobre o quanto importante era ser professor. Ela sempre me dizia que a função mais nobre é a de professor. E o professor é um profissional reconhecido socialmente. E ainda que o professor não era reconhecido financeiramente pela sociedade. Então eu fui estudar na Escola Normal por opção.

Sobre o curso e a formação oferecida na Escola normal, a professora considera que:

Achei o curso de fundamental importância, me deu uma bagagem muito grande pra eu trabalhar no contexto da sala de aula. A gente tinha um elenco de disciplina que dava um suporte muito grande, que eram as Metodologias de Ensino. E se trabalhava muito a parte prática. E isso era muito bom. Porque fazia com que se chegasse na sala de aula e já soubesse como ia lidar. A Escola normal era muito mais voltada ao trabalho com a criança, mas ao trabalhar com adulto, a gente também se aplicava alguma orientação que pudesse fazer sentido no contexto da sala de aula.

Em relação ao fechamento da Escola Normal Lourenço Filho de Rio Branco/AC, a professora demonstra, como outras integrantes do quadro docente da escola, sua opinião sobre essa situação:

Eu lamentei quando o curso de Magistério fechou, porque no meu ponto de vista eu considero um equívoco esse curso ter fechado. Até porque conheço a realidade de outros estados, como é o caso do Estado do Ceará, que nunca extinguiu o curso e existe até hoje. E a lei é clara, quando ela fala o professor que não tiver a habilitação superior ele pode dar aula na educação infantil com o curso de magistério em nível médio. Temos realidades distintas, por exemplo a nossa realidade na zona rural, não tem como ter todos os professores habilitados.

Tanto a professora Iris Celia como a Professora Suely Amélia, talvez por continuarem atuando no campo da educação e possuírem conhecimento de causa, apresentam argumentos que justificam a importância da permanência da Escola Normal. A primeira para atendimento em creches e pré-escolas, lugar onde a Pedagogia atua, mas conforme a professora, a formação não é voltada para isso. A segunda discute a realidade do Estado, as dimensões e distâncias, as localidades longínquas que possuem dificuldades de permanência de professores formados.

São argumentos de quem considera o potencial formador da instituição Escola Normal Lourenço Filho, mesmo se tratando de uma realidade e um contexto que não existem mais.

Outra professora que partilhou suas memórias e experiências como discente da Escola Normal Lourenço Filho foi a professora Emília Judite Silva Loureiro, nascida em 03 de fevereiro de 1954 (no entanto foi registrada somente no dia 11 de fevereiro) em Rio Branco. Em termos de escolarização inicial, estudou no Instituto São José, fez o segundo grau na Escola Normal Lourenço Filho, e posteriormente, o curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Acre, com especialização em Administração e Orientação. Foi sub coordenadora do Curso de administração, no CESEME, tendo participado da Equipe Técnica do Departamento de ensino de Segundo Grau. Foi diretora do Departamento de Segundo Grau, diretora de Planejamento da Secretaria de Educação do Estado. Foi por dois anos Secretária Municipal de Educação, atualmente trabalha na Prefeitura, responsável pelo Programa Educação Fiscal, junto as escolas, através de palestras e seminários.

Quando me formei na Escola Normal, passei no concurso da Prefeitura e fui dar aula no Diogo Feijó; peguei uma turma de alfabetização. Eu me vi bem preparada para alfabetizar, eu usava todos os recursos que eu aprendi na Escola Normal. Na minha cabeça, eu não tinha certeza que eu ia fazer o menino ler ou não, mas eu estava indo, eu estava caminhando por aquele caminho que me foi ensinado pela Escola normal, mas sem a certeza que eu ia levar a criança ler; aí, num belo dia lá estava os meus meninos lendo. Aí eu vi que realmente valia a pena. Fui professora de outras séries.

Em relação aos motivos que a levaram a estudar na Escola normal a professora relembra alguns deles:

Naquele tempo a Escola Normal era de dia. Existia a escola normal e o Curso de Contabilidade. Esse curso de Contabilidade funcionava na Escola Técnica de Comércio Acreana, hoje escola José Rodrigues Leite. A Escola Normal funcionava de dia, e o curso de Contabilidade funcionava à noite. Meu pai não queria que eu estudasse a noite. Por isso eu fiz a Escola Normal. Eu passei por um processo de reconhecimento do curso, demorei em me encontrar, mas também não tinha interesse em fazer Contabilidade. Quando fui fazer Pedagogia, foi a mesma coisa. Eu queria fazer Direito, mas era a noite, e de novo meu pai não deixou eu fazer. De novo, tive um pouco de crise para me reconhecer no curso, mas como tinha feito Escola Normal, acabei me encontrado. Hoje eu adoro o que eu faço, fiz bem a escolha. Quando chego nas escolas que as crianças vem pra cima da gente, me sinto fortalecida e tenho a certeza de que foi a escolha acertada.

Para concluir, outro trecho em que evidencia o momento em que a professora considera que realmente se encontrou como professora:

Trabalhei muito pela Educação nesses anos todos, comecei com 19 anos lá no Diogo Feijó. Para chegar lá passava por muita lama, chegava lá tinha que lavar os pés para poder entrar na sala de aula. Mas na verdade lá foi uma realização, foi um encontro. Quando eu vi que seguindo as orientações dos meus professores, eu estava conseguindo realizar aquilo para o que eu fui orientada, fui formada. A escola Normal, fez o seu papel e é uma pena que ela tenha sido desativada. Ela ainda existe em alguns estados brasileiros, a zona rural ainda precisava da Escola normal.

Nas memórias destas professoras percebe-se que a opção pelo magistério, se assenta, firmemente, em questões de natureza familiares, relacionadas as representações sobre o papel da mulher na sociedade, as possibilidades de estudos existentes à época, questões financeiras, do que questões afetas a vocação e ou dom para ensinar. Trata-se de sujeitos aos quais, por uma série de circunstâncias tiveram sua formação e atuação profissional entrelaçado a escola normal.

Outro relato que obtive foi o da professora Edir Figueira Marques de Oliveira, nascida em Minas Gerais, em 25 de novembro de 1941, mas criada no Rio de Janeiro; veio para o Acre em 1963, acompanhando seu marido, que assessorava o governador eleito José Augusto de Araujo. Como já era formada no Instituto de Educação do Rio de Janeiro e funcionária do Estado carioca, foi colocada á disposição do Estado do Acre, assumindo vários cargos na área de educação no Estado. Inicialmente, professora da Escola Normal, em seguida assumiu a Diretoria do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação do Estado, foi conselheira do Conselho Estadual de Educação, primeira coordenadora Estadual do Projeto Minerva, Técnica da Coordenação de Planejamento da Secretaria de Educação e do Departamento de Ensino de 2º Grau, ocupando, por diversas vezes, interinamente, a pasta da Secretaria de Educação do Estado. Primeiramente, ela narra como foi sua inserção junto à Escola Normal, como professora:

Eu morava no Hotel Chuí, sozinha com o marido e um filho pequeno. Não conhecia ninguém, não tinha um parente na cidade. Precisava fazer alguma coisa, trabalhar, para me ocupar. Foi então que, conversando com a diretora da Escola Normal, esta me convidou para dar aula. Eu fiquei espantada, como eu poderia dar aula na escola Normal? Eu era formada no mesmo nível, eu era normalista.

Mas a então diretora, professora Maria José Reis, disse-me: “em terra de cego, quem tem um olho é rei”. Só havia 05 professores com nível superior e alguns profissionais de outras áreas que ministravam disciplinas específicas. E havia os professores com Exames de Suficiência que lhe davam legalidade para lecionar. Então, não havia pessoas formadas para dar aula das disciplinas pedagógicas.

Em relação ao seu papel junto a Escola Normal, a professora narra sua participação em reformas que contribuíram para a melhoria do curso:

Quando eu comecei a dar aula, introduzi a prática de ensino “reality show”, porque antes a prática de ensino era feita na própria sala de aula, simulada entre os próprios colegas. Do lado havia um grupo escolar. Introduzimos a prática de ensino no Grupo Escolar Presidente Dutra. E utilizamos a metodologia moderna da Escola nova, sob forma de projetos. Foi muito bom. A minha prática de ensino foi toda feita dentro da sala de aula, acompanhando a professora dando sua aula, dentro da realidade, dentro da programação do ensino, da organização da professora. Outra mudança, foi com a Reforma de Ensino introduzida pela nova LDB. Fiz parte do grupo de reformulação do sistema de ensino estadual. E extinguímos o curso normal ginasial, ampliando o curso normal para quatro anos de duração.

Quanto à questão da formação e do trabalho desenvolvido na Escola Normal, no que se refere à qualidade da formação dos aprendizes de professores:

Havia muita dedicação, mas havia, por outro lado, a limitação dos professores, que como eu já disse só havia 05 professores formados para atender a todo o Estado, no caso a capital que era a única que contava com o ensino médio. Tínhamos uma precariedade muito grande. Contava-se com a boa vontade. Foram ofertados cursos financiados pelo governo americano para formar professores na área de orientação educacional, de currículo e programas. Essas professoras que foram fazer esses cursos voltaram com uma grande bagagem, sim, para formar professores na Escola Normal. Com a criação da Universidade do Acre, posteriormente, foram oferecidos cursos intensivos e parcelados de complementação pedagógica para os profissionais formados em outras áreas que já lecionavam como professores leigos.

Diferente dos depoimentos anteriores, a professora destaca que a opção pela docência foi por escolha pessoal:

No meu caso, considero que o meu envolvimento com a educação foi pela vocação mesmo. Desde pequena queria ser professora. Tanto que fiz o curso normal. Eu era professora no Rio de Janeiro, vim pra cá para ficar à disposição do governo, achei que ia dar aula no primário e acabei indo direto para a Escola Normal. E depois que fiz o curso de Pedagogia da UFAC passei a lecionar na própria universidade, repetindo-se o fenômeno da precariedade de professores com pós-graduação, naquele nível de ensino.

Adotar como fonte importante de análise as memórias de quem viveu na condição de aluno ou professor esta instituição educativa, trouxe outro significado ao trabalho. Pela memória destas docentes, palavras, sentimentos e sentidos são acionados compondo um vívido quadro que apenas o trato com notícias de jornais, decretos e outros documentos não possibilitaria alcançar. É como se através do olhar dessas pessoas, fosse possível visualizar com mais nitidez a Escola Normal. Conforme Chauí (2000) “A memória é uma evocação do passado. É capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais.” (CHAUI, 2000, p. 158)

Nessa perspectiva, as entrevistas ampliam, enriquecem o trabalho, pois possibilitam vislumbre das práticas que nesta instituição foram vividas e instituídas. Revelam questões que talvez nunca tenham sido escritas e que se foram, o tempo e o descuido as perderam.

Quando evocam o passado em articulação com o presente, a exemplo, dos sentidos atribuídos a Escola Normal e seu papel nos dias de hoje, ou do quanto se perdeu com o fechamento da mesma, e como hoje, esta instituição poderia ainda está atuando, há uma relação entre o passado e o presente, que envolve os sentimentos de afeto, nostalgia, mas com muita racionalidade e consciência de quem vive a educação até hoje:

A recordação, portanto, não se separa da consciência, mantendo com ela uma via de mão dupla. As memórias dizem quem somos. Integram nosso presente ao passado, tanto na perspectiva de que inventamos um passado adequado ao presente quanto o contrário. (NUNES, 2003, p.135)

Mesmo que se perceba as emoções, estas professoras conseguem manter uma relação de distanciamento, até porque hoje, elas falam de um outro lugar, de um outro momento histórico, mesmo assim, suas falas, de um modo geral, enfatizam

quanto a Escola Normal abriu caminhos, assegurou possibilidades e oportunidades a tantos alunos, professores e funcionários desta instituição educativa.

As entrevistas de fato, garantiam ao trabalho uma coesão entre os documentos analisados, confirmando e complementando algumas informações. A relação mantida com a história recontada nas leituras que realizei com as histórias contadas por aqueles que viveram me permitiu ter uma visão mais ampla e segura do objeto estudado.

A Escola Normal Lourenço Filho marcou a vida das entrevistadas de modo tão expressivo, que mesmo as muitas décadas passadas, elas ainda conseguem recriar em suas memórias fatos e acontecimentos de maneira clara, como se estiveram revivendo aqueles momentos.

CONCLUSÃO

Ao longo da pesquisa e no exame das fontes, a história da Escola Normal foi se produzindo a partir de cada elemento e ou vestígio encontrado. Cada peça localizada contribuía para que pudesse montar aquilo que em algum momento do trabalho cheguei a chamar de “quebra-cabeça”. Não foi um trabalho fácil, mas foi igualmente prazeroso. Poder trazer a tona uma narrativa sobre a história de uma instituição educativa que participou definitivamente da construção cultural da sociedade acreana com tantas histórias, altos e baixos, metamorfoses, momentos especiais e outros difíceis não se mostrou tarefa fácil.

Numa tentativa de sintetizar a longa trajetória histórica da Escola Normal Lourenço Filho posso destacar alguns momentos marcantes desse percurso, a saber: foi criada em 1934, vinculada ao Ginásio Acreano, este, criado um ano antes, através de um grupo de pessoas envolvidas e interessadas com a causa educacional do Território. No entanto, em 1934, estas instituições educativas passaram para a responsabilidade do governo municipal e territorial, que assumiram a responsabilidade de oferecer o ginásio e curso normal. Para isso, criaram regulamentos próprios, como os Decretos 40 e 41, de 28 de fevereiro de 1934. O local onde as instituições foram alojadas foi o Instituto Getúlio Vargas, prédio onde funcionava boa parte das pastas administrativas do Território. O motivo para criação da Escola Normal estava relacionado às necessidades de crescimento e desenvolvimento sociocultural da sociedade acreana, particularmente, no que se refere à necessidade de professores formados, aptos a difundirem o ensino primário na cidade de Rio Branco e atender o interior do estado.

Os primeiros professores designados para lecionarem nas cadeiras que compunham o currículo da Escola Normal possuíam formações diversas, como bacharéis, farmacêuticos, donas de casas, homens da sociedade. Fato esse, como já dito no trabalho, comum também a outras instituições do Brasil.

No Acre, não se tinha muitas pessoas com formação superior, aptas a atuarem na Escola Normal. Contava-se em muitos casos, com a boa vontade destas pessoas em atuarem como professores. Aqueles que se destacavam na sociedade, pela cultura ou por sua relação política com os administradores, eram convidados a ocupar cadeiras no Ginásio Acreano e na Escola Normal, visto que os professores eram contratados para atuarem nos dois estabelecimentos.

Os seus administradores, da mesma forma que os professores, também eram escolhidos pela condição social e cultural que usufruíam. Na verdade o primeiro Diretor da Escola Normal Lourenço Filho, Flaviano Flávio Batista, foi um dos responsáveis pela implantação do curso ginasial em 1933, que naquele momento não contou com ajuda financeira do governo.

Mesmo havendo a cobrança de taxa para a matrícula na primeira turma, como foi observado no trabalho, houve uma procura até razoável, ocasião em que foram matriculados 69 alunos. Estes, pelo que pude pesquisar, vinham de todas as classes sociais. Até porque, como já dito, não havia outra opção de continuidade de estudos, além do curso ginasial. Aos adolescentes que terminavam o ginásio, não havia outra opção de estudos, apenas a Escola Normal. E isso perdurou por muitos anos, basicamente até a década de 50, quando foi instalada no Território a Escola Técnica de Comércio Acreana – ETCA, que iniciou ofertando cursos na área de Contabilidade e Auxiliar de Escritório.

Quanto à questão relacionada à formação de professores pela Escola Normal, nos primeiros anos, talvez por falta de profissionais da área pedagógica mesmo, através dos regulamentos foi possível perceber o quanto as questões metodológicas e pedagógicas eram dispensadas, centrava-se mais nas questões organizativas, técnicas e administrativas do que no âmbito pedagógico. Com o passar do tempo, principalmente a partir da década de 40, sob a gestão da professora Maria Angélica de Castro, considerada, como uma das pessoas que mais atuou na área da educação, responsável por muitas reformas que contribuíram para o desenvolvimento da educação do Estado do Acre, a Escola Normal não apenas obteve autorização para funcionamento por meio do Ministério da Educação (algo que não existia, a escola funcionava sem a autorização oficial), mas começou a desenvolver atividades voltadas para as questões do trabalho docente, pedagógico, com oficinas, treinamentos, aulas práticas, cursos de férias, etc.

Não se pode falar em concepção pedagógica e de formação de professores de maneira una, como se a escola ao longo de sua trajetória, tenha implementado uma única proposta de formação de professores. Mudanças, rupturas, adesões a novas propostas e idéias pedagógicas foram testadas, adaptadas e implementadas. Não houve um desenvolvimento contínuo e linear, mas cheio de idas e vindas,

avanços e retrocessos. Permito considerar que o motivo estava relacionado ao contexto político e social no qual estava inserida a instituição.

Durante a pesquisa, tive acesso às diversas fontes, documentais, iconográficas, pessoas e até lugares. Interessante é que quando comecei a relacionar todas essas partes, a Escola Normal Lourenço Filho foi se aproximando, se configurando, se mostrando para mim. Percebi o modo como se representou e se apresentou à comunidade a instituição, por meio dos jornais da época, como esta instituição foi se constituindo no imaginário de seus professores e alunos, no enfoque dado ao currículo, nas atividades festivas, nas participações nos eventos, o status social que foi consolidando.

Consegui criar uma linha histórica e cronológica que me permitiu observar dos momentos de exaltação aos momentos de desmonte. Considero, por toda a pesquisa aqui realizada, que houve sim, desvalorização pela forma que a instituição foi renegada, substituída e reduzida. Os aspectos legislativos que deram respaldo para as decisões tomadas no tocante a implantação do CESEME, conforme previa a Lei 5692/71, poderiam ter considerado a trajetória, o trabalho, as finalidades formativas da Escola Normal para a realidade acreana. Teria sido importante, como as entrevistadas afirmaram, que os governantes e administradores, naquele momento, tivessem observado e levado em consideração as características sociais e geográficas do Estado do Acre.

Através do contato com pessoas que estudaram e/ou trabalharam na Escola Normal Lourenço Filho, que de fato viveram a instituição, pude perceber que para além do contexto político e a influência deste sobre a Escola Normal, esta instituição cumpriu seu papel de transformar vidas, de formar além de professores, cidadãos. Ouvir das pessoas entrevistadas que aquele espaço é considerado até hoje como o mais importante de suas vidas, responsável pelo mundo de oportunidades que tiveram me faz finalizar considerando que a Escola Normal Lourenço Filho, por toda sua história, deixou sim um legado que não se pode negar.

Ela representou um divisor de águas para a sociedade acreana. Sua instalação propiciou um momento de grande euforia e empolgação para a população local, a qual vislumbrou na ação educativa desta escola oportunidades de estudos para a comunidade juvenil e o desenvolvimento da sociedade de um modo geral.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, José Carlos Souza. **As instituições escolares na Primeira República ou os projetos educativos em busca da hegemonia**. In: Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados. 2007, p. 95-122.
- ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPEZ, A. P. C. (ORGS). **As Escolas Normais no Brasil: Do Império à República**. Campinas/SP: Editora Alínea, 2008.
- BARBOSA SOBRINHO, Maria Evanilde. **“Educação, infância e reforma dos costumes: o tripé que sustenta a produção da modernidade no território do Acre na década de 40”**. In: Educação e cultura face aos desafios do mundo moderno e contemporâneo. 1ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Letra Capital, 2014.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 8530, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 04 de janeiro de 1946. Seção 1. P.116. Publicação original. Disponível em: <http://www.camara.leg.br>. Acesso em: 19 setembro 2017.
- BUFFA, Ester. **“Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas”**. In: Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados. 2007, p. 151-164.
- CAMARGO, Marilena Aparecida Jorge Guedes de. **“Coisa Velhas”: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CASTRO, Cleyde Oliveira de. Gestão Maria Angélica de Castro: **Apropriação das idéias sobre a Escola Nova no Território Federal do Acre (1946-1951)**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. 2011.
- CASTRO, Cleyde Oliveira de. **“Caminhos da modernidade na educação acriana: a gestão de Maria Angélica de Castro”**. In: Moderno/Contemporâneo: Reflexões sobre a educação escolar. 1ª ed Curitiba: Appris, 2012, p.35-71.
- CHAUI, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo, Editora Ática, 2000.
- DANTAS, Andréa Maria Lopes. LIMA, Elizabeth Miranda de. **“Da Riqueza do Território à Grandeza Moral e Cultural dos Habitantes: A implantação da Educação Primária no Acre Território: 1905-1930”**. In: Escola primária na primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012, p. 272-298.
- DOMINIQUE, Julia. **A Cultura escolar como objeto histórico**. Tradução de Gizele de Souza. Revista Brasileira da História da Educação. SBHE. São Paulo, n. 01, P. 09-43, jan/jul, 2001.

FERREIRA, Gerinalda de Souza; LIMA, Julyana Jessyka G Casimiro. **Instituto Santa Terezinha: Memórias e Trajetórias de uma instituição educação escolar no Alto Juruá – Amazonia Acreana (137-1970)**. TCC (Graduação) – Universidade Federal do Acre, Centro de Educação, Letras e Artes, Curso de Pedagogia. Rio Branco, 2017.

GATTI JUNIOR, Décio. **História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico- metodológicas**. Revista Educação em Questão, vol. 28, nº 14, p. 172-191, jan/jun, 2007.

GINELLI, Giovanna. **História da Educação do Acre: Período Territorial 1920-1962, Rio Branco**: SEE, vol. 2 2008.

GROTTI, Giane Lucelia. **História da assistência à criança pobre em Rio Branco-Acre: instituições, sujeitos e ações na década de 1940**. Tese (Doutorado em Educação). Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2016.

HORTA, J.S.B. **O hino o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. 2 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012 – (Coleção educação contemporânea).

LIMA, Elizabeth Miranda de. **“Modos diferenciados na produção da escolarização primária no Acre Território: a organização do trabalho docente e dos saberes presentes na educação da infância acriana”**. In: Moderno/Contemporâneo: Reflexões sobre a educação escolar. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2012, p. 17-34.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação** / Manoel Bergström Lourenço Filho, organização: Ruy Lourenço Filho. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, vol. 04, 2001.

MAGALHÃES, Justino. **A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas**. Revista Educação Unisinos, vol. 11, nº 2, mai/ago, 2007, p.70,74).

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. **Os arquivos e fontes como conhecimento. In: Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados. 2007, p. 31-38.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno as luzes**. São Paulo: Editora Unicamp, 1999.

MORAES, Maria Célia Marcondes. **Educação e Política nos anos 30: A presença de Francisco Campos**. UFF. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP. Brasília, v.73, n. 17-4, p. 291-321, maio/ago. 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NORONHA, Olinda Maria. **Historiografia das instituições escolares: Contribuição ao debate metodológico.** In: Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados. 2007, p. 165-176.

NUNES, CLARICE. **Memórias e história da educação: entre práticas e representações.** In: Formação de educadores, desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP. 2003, p. 131-145.

PALMA FILHO, João Cardoso (org). **A Educação Brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas.** In Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3 Ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora 2005.

Revista HISTEDBR On-line. **Manifesto dos Pioneiros da educação nova.** Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf> Acesso em: 24 julho 2017

SAVIANI, Demerval. **Instituições escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica.** In: Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas. Autores Associados. 2007, p. 03-27.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SILVA, Francisco Bento. **Autoritarismo e Personalismo no poder executivo acreano, 1921-1964.** Rio Branco: Edufac, 2012.

SANFELICE, José Luís. **História das instituições escolares.** In: Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados. 2007, p. 76-94.

SANTOS FILHO, J. C. dos, GAMBOA, Silvio S. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANNI, Dermeval. **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica.** In: Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados. 2007, p. 03-27.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores.** In: Revista Brasileira: 500 anos de Educação. Editores Associados, nº 14, mai/jun/jul/ago.2000, 61-68.

TERRITÓRIO DO ACRE: Decreto 41, Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 220, de 18 de março de 1934. Disponível em:< <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 12 junho 2017

TERRITÓRIO DO ACRE, Decreto N. 74, de 20 de março de 1934. Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 221 de 29 de março de 1934. Disponível em:< http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital> Acesso em: 15 junho 2017

TERRITÓRIO DO ACRE. Decreto N. 40 de 11 de março de 1947, publicado no O Jornal O Acre, n. 811, de 23 de março de 1947. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 19 junho 2017

TERRITÓRIO DO ACRE. Decreto 104, de 25 de fevereiro de 1943. Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 684 de 07 de março de 1943. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital> Acesso em: 26 junho 2017

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário G. **História da profissão docente no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Por uma ampliação da noção de documento escolar**. In: **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados. 2007, p. 59-74.

ANEXOS

Turma de formandos de 1954

Domingo, 5-12-1954 O ACRE 3

Mais Professores Para O Acre

Colaram grau, ontem, os diplomandos pela Escola Normal «Lourenço Filho»

O tradicional estabelecimento de ensino pedagógico que é a Escola Normal «Lourenço Filho», ano a ano, firmando o seu nome na sociedade acreana, cumprindo satisfatoriamente a sua finalidade de preparar elementos capazes para o magistério primário, já deu ao Acre contribuição valiosa, tendo formado professores que se projetam e se destacam e que quer que seja exigido o seu curso, para a educação da nossa infância, como também em outros setores de atividades.

Este ano, onze professores, dos elementos de realce, deixam o conceituado estabelecimento de ensino, habilitados a aplicar os conhecimentos que receberam no decorrer do curso.

Entre festividades várias, constantes do programa de comemoração, receberam seus diplomas, ontem, os seguintes novos professores: Audenor Ortiz Chaves, Antônio da Costa Gadelha, Elida Vasconcelos da Silva, Elida Herculano Lima, Leopoldina da Silva Dantas, Lucimar Gonçalves de Sousa, Maria Risoleta Cruz, Olgarina Rodrigues de Souza, Raimundo da Costa, Raimunda Melo da Silva e Raimundo Gomes Oliveira.

As oito horas, na Igreja Matriz de São Sebastião, foi celebrada Missa em ação de graças, por Frei Thiago Matioli, que proferiu logo após, a bênção dos anéis.

À noite, às 20 horas, realizou-se a cerimônia de colação de grau, nos salões do Rio Branco Futebol Clube, onde os diplomandos ofereceram elegante baile à sociedade riobranquina.

Da turma que vem de deixar a Escola Normal «Lourenço Filho» foi paraninfo a Senhorinha Nely Catunda da Cruz, Professora de Higiene e Biologia, e oradora a diplomanda Elida Herculano Lima, tendo sido muito aplaudidos os discursos que ambas pronunciaram, por ocasião da solenidade de colação de grau. Foram seus homenageados de honra o Excmo. Sr. Dr. Francisco d'Oliveira Conde, Governador do Território, o Professor João Coelho de Carvalho, Diretor do Departamento de Educação e Cultura, e a Professora Nilce de Pinho Leite, Diretora da Escola. Como homenageados especiais figuraram os Professores Geraldo Gurgel de Mesquita e Ceilda Novais Neves, ex-Diretores, sendo homenageados também os Professores Arlindo Barros de Sá, Orestes Barros de Sá, Manoel Vargues Matoso, Selva Leite Sobreira, Idelzuite Galo Maciel, Clarisse Batista Avocat e Nilda Melo de Andrade.

Congratulemo-nos com a Professora Nilce de Pinho Leite por mais essa expressiva vitória alcançada pelo Estabelecimento e dirige com dedicação e proficiência e felicitamos os novos professores pelo brilhantismo de que se revestiram as festividades assinaladoras do término do seu curso.

Alguns dos novos professores: Da esquerda para a direita, na primeira fila: Audenor Ortiz Chaves; Maria Risoleta Cruz; Elida Herculano Lima e Antônio da Costa Gadelha. Na segunda fila: Raimunda Melo da Silva; Leopoldina Dantas; Lucimar Gonçalves de Souza e Olgarina Rodrigues de Souza.



Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 1182, de 05 de dezembro de 1954, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Alunos da Escola Normal na Biblioteca da instituição – Década de 40



Fonte: Patrimônio histórico do Estado do Acre

Fachada do prédio da Escola Normal

O ACRE

Terça-Feira, 30-4-1957

O Que Fez...

(Conclusão da 10ª página)

- 1 — caminhonete Dodge
- 9 — jeeps Willys
- 2 — caminhão Ford
- 2 — caminhão Internacionais
- 1 — caminhão Studebaker
- 1 — motor-niveladora Caterpillar 12
- 1 — trator Internacional TD-18
- 1 — trator Caterpillar D-4
- 1 — niveladora Internacional
- 1 — trator Caterpillar D-6

VEICULOS E MAQUINAS PESADAS EM RECUPERAÇÃO

- 4 — caminhões Internacionais
- 1 — jeeps Willys
- 1 — caminhonete Willys
- 1 — caminhonete alemã
- 1 — trator Caterpillar D-7
- 1 — niveladora Galion
- 1 — trator Internacional TD-14
- 1 — caminhão Internacional K-5 Basculato.

MAQUINAS PESADAS E VEICULOS



INTERNATO NORMAL—(Escola Normal «Lourenço Filho»). Vista da fachada principal, fotografia colhida recentemente

Sabão — caixa com 20 barras — Cr\$ 352,00.

DO VAREJISA AO CONSUMIDOR

- Acucar refinado quilo Cr\$ 25,00.
- Acucar triturado, quilo Cr\$ 23,00.
- Arroz beneficiado, regional, quilo Cr\$ 20,00.
- Arroz beneficiado importado quilo Cr\$ 20,00.
- Banha de porco refinada, quilo Cr\$ 70,00.
- Banha ou toucinho de porco, quilo Cr\$ 50,00.
- Banana comprida ou da terra, grande, uma Cr\$ 1,50.
- Idem, idem média ou pequena, uma Cr\$ 0,50.
- Idem prata ou maçã, sete Cr\$ 1,00.
- Carne, beef, lata Cr\$ 28,00.
- Café em grão importado, quilo Cr\$ 45,00.
- Café moído, quilo Cr\$ 80,00.
- Cafézinho, chicara pequena, uma Cr\$ 1,50.
- Carvão vegetal saco com 4 latas, um Cr\$ 50,00.
- Farinha de trigo, importada, quilo Cr\$ 22,00.
- Farinha de mandioca, quilo Cr\$ 8,00.
- Feijão de arrancar regional quilo Cr\$ 35,00.
- Leite em pó, qualquer marca, lata Cr\$ 70,00.
- Leite condensado, lata Cr\$ 24,00.
- Leite de vaca, litro Cr\$ 14,00.

Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 1298, de 30 de abril de 1957, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Construção do prédio da Escola Normal

O ACRE

Terça-Feira, 30-4-1957

10

cio, não sendo normal o abastecimento do mercado de Rio Branco, não obstante os infindos esforços da administração territorial junto as autoridades bolivianas e aos marchantes.

Com o frigorífico em funcionamento, seria possível firmar-se contrato para a importação de carne do norte de Mato Grosso por via aérea, em duas viagens semanais, ou mesmo da região "Santa Cruz e Mórros", na Bolívia.

A construção e instalação do frigorífico, pelo motivo exposto, representa fator de particular importância para o abastecimento normal da capital, possibilitando ainda atendimento as cidades de Brasília e Xapuri, no vale do Acre e Sena Madureira no rio Iácu.

Além desses empreendimentos de base, o Governo realiza, no momento, no interior, a construção de cinco hospitais nas cidades de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó, Sena Madureira e Xapuri bem assim três quartéis para os destacamentos da Guarda, sediados nas cidades de Xapuri, Feijó e Tarauacá.

Entre outras obras de menor vulto, estão sendo inauguradas 3 estações de passageiros, nos aeroportos de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Xapuri. Em Rio Branco inaugura-se neste mês, dois prédios importantes, o Palácio da Justiça e o Grupo Escolar "Neutel Main" e em Cruzeiro do Sul, o Grupo Escolar "Neutel Main".



INTERNATO NORMAL—(Escola Normal «Lourenço Filho»). Operários trabalhando na fundição da última laje, em março último

Pôsto Médico da colônia "Boia Vista", colocada a pedra fundamental.

Instalação do novo transmissor de 1.000 Watts da Rádio Difusora concluído, (tubo comprado pela administração anterior).

OBRAS E SERVIÇOS RECUPERADOS E EM FASE DE RECUPERAÇÃO INCLUSIVE REPAROS GERAIS:

- Departamento de Saúde (pintura geral).
- Pôsto de Piscicultura, em Rio Branco.
- Granja "Cel. Silvestre Gomes Coelho", em Rio Branco.
- Escola Rural "Pimental Gomes", em Rio Branco.
- Conjunto mecanizado na Colônia "Jusares Távora", em Rio Branco.
- Escola Rural "Dom Bosco", em Rio Branco.
- Conjunto mecanizado da Vila Epitácio, em Brasília.
- Sede da Inspetoria Agrícola, em Brasília.
- Conjunto mecanizado da Colônia "Apolônio Sales".
- Conjunto mecanizado na Colônia "Alberto Torres".

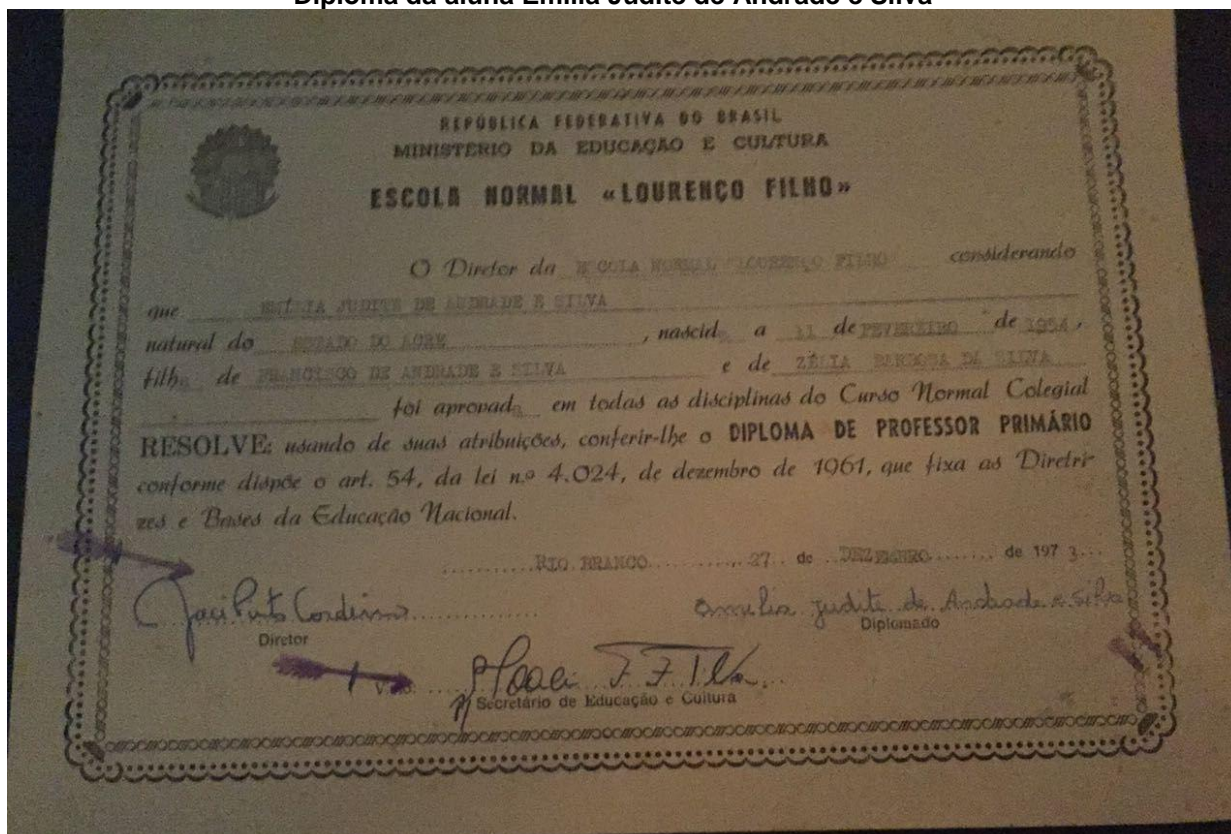
Fonte: Jornal O Acre - Órgão Oficial, n. 1298, de 30 de abril de 1957, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Hasteamento da Bandeira Nacional pela Professora Maria Angélica de Castro na inauguração da Escola Infantil Menino Jesus – 1949



Fonte: Patrimônio Histórico do Acre

Diploma da aluna Emilia Judite de Andrade e Silva



Fonte: acervo pessoal da ex-aluna da Escola Normal Emilia Judite

ROTEIRO PARA A COLETA DOS DEPOIMENTOS

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Formação:

Qual a sua relação com a Escola Normal Lourenço Filho?

() Aluna() Professora() Outro

Em que ano?

Se somente aluna, o que a motivou a estudar na Escola Normal?

Quais as suas principais lembranças?

Quais eram as expectativas que tinha?

Como percebia a relação da escola com a sociedade.

Qual a opinião acerca do fechamento da Escola Normal